



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

TERMO DE REFERÊNCIA

SERVIÇO COMUM DE ENGENHARIA

SISTEMA DE REGISTRO DE PREÇOS (SRP) – MAIOR DESCONTO

EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA RELATIVOS À PERFURAÇÃO, MONTAGEM E INSTALAÇÃO DE POÇOS TUBULARES, COM SUPRIMENTO DE ENERGIA SOLAR, EM ROCHAS DO TIPO CRISTALINO, CALCARIA E SEDIMENTAR, LOCALIZADOS EM MUNICÍPIOS DIVERSOS NA ÁREA DE ATUAÇÃO DA 6ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA CODEVASF, NO ESTADO DA BAHIA.

DEZEMBRO/2021



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

ÍNDICE

1.	OBJETO DA CONTRATAÇÃO.....	3
2.	TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES.....	3
3.	FORMA DE REALIZAÇÃO, MODO DE DISPUTA, REGIME DE EXECUÇÃO, VALOR ESTIMADO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO.....	6
4.	LOCALIZAÇÃO DO OBJETO.....	6
5.	DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS.....	7
6.	CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO	8
7.	PROPOSTA FINANCEIRA.....	9
8.	DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO.....	10
9.	REFERÊNCIA DE PREÇOS E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA	12
10.	PRAZO DE EXECUÇÃO	13
11.	FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO	13
12.	REAJUSTAMENTO.....	14
13.	ACOMPANHAMENTO E FISCALIZAÇÃO	14
14.	RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS SERVIÇOS	17
15.	SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO	17
16.	CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL.....	18
17.	OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA	19
18.	OBRIGAÇÕES DA CODEVASF.....	23
19.	CONDIÇÕES GERAIS.....	24
20.	ANEXOS	24

**Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR**
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional**TERMO DE REFERÊNCIA****1. OBJETO DA CONTRATAÇÃO**

Execução dos serviços comuns de engenharia relativos a perfuração, montagem e instalação de poços tubulares, com suprimento de energia solar, em áreas de rochas do tipo cristalino, calcária e sedimentar, localizados em municípios diversos na área de atuação da 6ª Superintendência Regional da Codevasf, no estado do Bahia, conforme quantitativos estimados na planilha de estimativa de custos (anexa), distribuídos em 03 (três) itens, em grupo único, conforme descrito abaixo:

GRUPO UNICO			
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QUANT.
1	Perfuração, montagem e instalação poços tubulares em áreas de rochas cristalinas com suprimento de energia solar	Und	188
2	Perfuração, montagem e instalação de poços tubulares em áreas de rochas calcárias com suprimento de energia solar	Und	70
3	Perfuração, montagem e instalação de poços tubulares em áreas de rochas sedimentares com suprimento de energia solar	Und	90

2. TERMINOLOGIAS E DEFINIÇÕES

Neste Termo de Referência (TR) ou em quaisquer outros documentos relacionados com os serviços acima solicitados, os termos ou expressões têm o seguinte significado e/ou interpretação:

CANTEIRO DE OBRAS – Local onde serão implantadas as estruturas fixas e/ou móveis do empreiteiro, com vistas a apoiar suas atividades de execução das obras ou serviços comuns de engenharia. Nestas estruturas estarão incluídas as instalações para as equipes de apoio e eventualmente do pessoal de acompanhamento e controle da Codevasf.

CODEVASF – Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba – Empresa pública vinculada ao Ministério do Desenvolvimento Regional, com sede no Setor de Grandes Áreas Norte, Quadra 601 – Lote 1 – Brasília-DF. Como responsável pelo acompanhamento dos presentes serviços está a 6ª Superintendência Regional da Codevasf, que se localiza na Av. Comissão do Vale, S/N, Piranga, Juazeiro / BA.

COMO CONSTRUÍDO (AS BUILT) – É a definição qualitativa e quantitativa de todos os serviços executados, resultante do Projeto Executivo com as alterações e modificações ocorridas durante a execução da obra ou serviços comuns de engenharia, como desenhos, listas, planilhas, etc.

CONTRATADA – Empresa licitante selecionada e contratada pela Codevasf para a execução dos serviços.

CONTRATO – Documento, subscrito pela Codevasf e o licitante vencedor do certame, que define as obrigações e direitos de ambas com relação à execução dos serviços.



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO – representação gráfica da programação parcial ou total de um trabalho ou serviço, no qual são indicadas as suas diversas etapas e respectivos prazos para conclusão, aliados aos custos ou preços.

DOCUMENTOS COMPLEMENTARES ou SUPLEMENTARES – Documentos que, por força de condições técnicas imprevisíveis, se fizerem necessários para a complementação ou suplementação dos documentos emitidos no Termo de Referência.

DOCUMENTOS DE CONTRATO – Conjunto de todos os documentos que integram o contrato e regulam a execução dos serviços, compreendendo o Edital, Termo de Referência, especificações técnicas, desenhos e proposta financeira da executante, cronogramas e demais documentos complementares que se façam necessários à execução do objeto.

DIÁRIO DE OBRA – É uma espécie de memorial da obra ou serviços comuns de engenharia, onde são descritos os acontecimentos mais importantes em um determinado dia: os serviços feitos, os equipamentos utilizados - e por quantas horas -, as condições do clima, etc. Caso necessário, também podem ser descritos os problemas na execução de serviços, falhas nos equipamentos, etc.

ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA – Documento que descreve, de forma precisa, completa e ordenada, os materiais e os procedimentos de execução a serem adotados na construção. Têm como finalidade complementar a parte gráfica do projeto. São partes integrantes das especificações técnicas:

- a) Generalidades - incluem o objetivo, identificação da obra ou serviços comuns de engenharia, regime de execução da obra ou serviços comuns de engenharia, fiscalização, recebimento da obra ou serviços comuns de engenharia, modificações de projeto, classificação dos serviços (item c). Havendo caderno de encargos, este englobará quase todos estes aspectos.
- b) Especificação dos materiais - pode ser escrito de duas formas: genérica (aplicável a qualquer obra ou serviço comum de engenharia) ou específica (relacionando apenas os materiais a serem usados nos serviços comuns de engenharia em questão).
- c) Discriminação dos serviços - especifica como devem ser executados os serviços, indicando traços de argamassa, método de assentamento, forma de corte de peças, etc.

FISCALIZAÇÃO – Equipe da Codevasf indicada para exercer em sua representação a fiscalização do contrato.

LICITANTE – Empresa habilitada para apresentar proposta.

OBRAS E SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA – São todas as atividades relativas à execução das obras civis ou serviços comuns de engenharia, de construção, reforma, recuperação ou ampliação de bem imóvel.

PLANILHA DE CUSTOS DO VALOR DA PROPOSTA DO LICITANTE – Representa o produto do somatório do preço do Licitante de cada item discriminado, multiplicado pelos respectivos quantitativos, gerando o valor para execução do objeto que se pretende contratar.

PLANILHA DE CUSTOS DO VALOR DO ORÇAMENTO DE REFERÊNCIA – Representa o produto do somatório do preço de referência da Codevasf de cada item discriminado, multiplicado pelos respectivos quantitativos, gerando o valor estimado para a reserva orçamentária e o limite para o pagamento do objeto que se pretende contratar.

PLANO DE TRABALHO – Documento que descreve a sequência de fases de uma tarefa ou a sequência de tarefas referentes a determinado serviço ou trabalho, indicando, inclusive, o tempo a ser gasto em cada uma.

PLANO DE CONTROLE AMBIENTAL DA OBRA - PGOA consiste numa ferramenta de gerenciamento das atividades corriqueiras, relacionadas à questão ambiental, na fase de construção de obras ou serviços comuns de engenharia, de forma a evitar, minimizar e controlar os impactos



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

ambientais relacionados. Esse plano, elaborado por uma equipe especializada em meio ambiente, estabelece diretrizes e procedimentos para a aplicação adequada de medidas ambientais a serem executadas na Área Diretamente Afetada – ADA da obra ou serviços comuns de engenharia. Esse plano tem como objetivo geral assegurar, de forma integrada, que as ações ambientais aqui propostas, sejam implantadas, de forma a zelar pela qualidade ambiental da obra ou serviços comuns de engenharia. Como objetivos específicos:

- a. Executar a obra ou serviços comuns de engenharia de forma a evitar, controlar e/ou mitigar os impactos ambientais associados;
- b. Estabelecer diretrizes que zelem pela melhor qualidade ambiental possível da água, solo, ar, fauna e flora;
- c. Executar trabalhos de educação ambiental junto aos operários da obra ou serviços comuns de engenharia;
- d. Evitar interferências negativas, das atividades na obra ou serviços comuns de engenharia e dos seus colaboradores sobre o meio ambiente.

PROJETO BÁSICO – Conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar a obra ou serviço de engenharia, ou complexo de obras ou serviços comuns de engenharia objeto da licitação, elaborado com base nas indicações dos estudos técnicos preliminares, que assegurem a viabilidade técnica e o adequado tratamento do impacto ambiental do empreendimento, e que possibilite a avaliação do custo da obra ou serviço comum de engenharia e a definição dos métodos e do prazo de execução, devendo conter os seguintes elementos:

- a) Desenvolvimento da solução escolhida de forma a fornecer visão global da obra ou serviços comuns de engenharia e identificar todos os seus elementos constitutivos com clareza;
- b) Soluções técnicas globais e localizadas, suficientemente detalhadas, de forma a minimizar a necessidade de reformulação ou de variantes durante as fases de elaboração do projeto executivo e de realização das obras ou serviços comuns de engenharia e montagem;
- c) Identificação dos tipos de serviços a executar e de materiais e equipamentos a incorporar à obra ou serviço comum de engenharia, bem como suas especificações que assegurem os melhores resultados para o empreendimento, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução;
- d) Informações que possibilitem o estudo e a dedução de métodos construtivos, instalações provisórias e condições organizacionais para a obra ou serviços comuns de engenharia, sem frustrar o caráter competitivo para a sua execução;
- e) Subsídios para montagem do plano de licitação e gestão da obra ou serviços comuns de engenharia, compreendendo a sua programação, a estratégia de suprimentos, as normas de fiscalização e outros dados necessários em cada caso;

PROJETO EXECUTIVO – É o conjunto dos elementos necessários e suficientes à execução completa da obra ou serviços comuns de engenharia, de acordo com as normas pertinentes da Associação Brasileira de Normas Técnicas – ABNT.

PROPOSTA FINANCEIRA – Documento gerado pelo licitante que estabelece os valores unitário e global dos serviços e fornecimentos, apresentando todo o detalhamento dos custos e preços unitários propostos.

RELATÓRIO DE OBRAS OU SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA – Documento a ser emitido pela CONTRATADA mensalmente, com o resumo da situação física e financeira, contendo: cumprimento da programação, ocorrências e recomendações, além de conclusões e projeções a respeito de prazos e custos.

REUNIÃO DE PARTIDA – Reunião com as partes envolvidas, CONTRATADA, Codevasf e fornecedores, onde se define todos os detalhes do plano de trabalho e dá-se o “start up” da execução das obras ou serviços comuns de engenharia.



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL – Unidade executiva descentralizada subordinada diretamente à presidência da Codevasf, situada em Brasília /DF, em cuja jurisdição territorial localizam-se os serviços comuns de engenharia objeto deste Termo de Referência.

TERMO DE REFERÊNCIA – Conjunto de elementos necessários e suficientes, com nível de precisão adequado, para caracterizar os serviços a serem contratados ou os bens a serem fornecidos.

3. FORMA DE REALIZAÇÃO, MODO DE DISPUTA, REGIME DE EXECUÇÃO, VALOR ESTIMADO E CRITÉRIO DE JULGAMENTO.

3.1. Regime de Execução: Empreitada por Preço Unitário.

3.2. Valor estimado **R\$39.992.797,60 (trinta e nove milhões, novecentos e noventa e dois mil, setecentos e noventa e sete reais e sessenta centavos)**, com data-base para SINAPI (OUTUBRO/2021) e ORSE (SETEMBRO/2021) e Cotações.

3.3. Critério de Julgamento: Maior Desconto.

4. LOCALIZAÇÃO DO OBJETO

4.1. Os serviços serão executados em municípios diversos inseridos na área de atuação da 6ª Superintendência Regional da CODEVASF em comunidades na zona rural ou na Sede dos seguintes municípios:

Relação de municípios na área de atuação da 6ª Superintendência Regional da CODEVASF					
1	Abaré	71	Iaçu	141	Presidente Tancredo Neves
2	Acajutiba	72	Ibiquera	142	Queimadas
3	Adustina	73	Ichu	143	Quijingue
4	Água Fria	74	Igrapiúna	144	Quixabeira
5	Alagoinhas	75	Inhambupe	145	Rafael Jambeiro
6	Amargosa	76	Ipecaetá	146	Remanso
7	Amélia Rodrigues	77	Ipirá	147	Retirolândia
8	Andorinha	78	Irajuba	148	Riachão do Jacuípe
9	Anguera	79	Irará	149	Ribeira do Amparo
10	Antas	80	Itaberaba	150	Ribeira do Pombal
11	Antônio Cardoso	81	Itaeté	151	Rio Real
12	Antônio Gonçalves	82	Itanagra	152	Rodelas
13	Aporá	83	Itaparica	153	Ruy Barbosa
14	Araçás	84	Itapicuru	154	Salinas da Margarida
15	Araci	85	Itaquara	155	Salvador
16	Aramari	86	Itatim	156	Santa Bárbara
17	Aratuípe	87	Itiruçu	157	Santa Brígida
18	Baixa Grande	88	Itiúba	158	Santa Inês
19	Banzaê	89	Ituberá	159	Santa Terezinha
20	Barrocas	90	Jacobina	160	Santaluz
21	Biritinga	91	Jaguaquara	161	Santanópolis
22	Boa Vista do Tupim	92	Jaguarari	162	Santo Amaro
23	Brejões	93	Jaguaripe	163	Santo Antônio de Jesus
24	Cabaceiras do Paraguaçu	94	Jandaíra	164	Santo Estêvão
25	Cachoeira	95	Jeremoabo	165	São Domingos
26	Caém	96	Jiquiriçá	166	São Felipe
27	Cairu	97	Juazeiro	167	São Félix
28	Caldeirão Grande	98	Laje	168	São Francisco do Conde
29	Camaçari	99	Lajedinho	169	São Gonçalo dos Campos
30	Camamu	100	Lajedo do Tabocal	170	São José do Jacuípe



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

Relação de municípios na área de atuação da 6ª Superintendência Regional da CODEVASF					
31	Campo Alegre de Lourdes	101	Lamarão	171	São Miguel das Matas
32	Campo Formoso	102	Lauro de Freitas	172	São Sebastião do Passé
33	Candeal	103	Macajuba	173	Sapeaçu
34	Candeias	104	Macururé	174	Sátiro Dias
35	Cansanção	105	Madre de Deus	175	Saubara
36	Canudos	106	Mairi	176	Saúde
37	Capela do Alto Alegre	107	Maragogipe	177	Senhor do Bonfim
38	Capim Grosso	108	Marcionílio Souza	178	Sento Sé
39	Cardeal da Silva	109	Mata de São João	179	Serra Preta
40	Casa Nova	110	Miguel Calmon	180	Serrinha
41	Castro Alves	111	Milagres	181	Serrolândia
42	Catu	112	Mirangaba	182	Simões Filho
43	Chorrochó	113	Monte Santo	183	Sítio do Quinto
44	Cícero Dantas	114	Mundo Novo	184	Sobradinho
45	Cipó	115	Muniz Ferreira	185	Tanquinho
46	Conceição da Feira	116	Muritiba	186	Taperoá
47	Conceição do Almeida	117	Mutuípe	187	Tapiramutá
48	Conceição do Coité	118	Nazaré	188	Teodoro Sampaio
49	Conceição do Jacuípe	119	Nilo Peçanha	189	Teofilândia
50	Conde	120	Nordestina	190	Teolândia
51	Coração de Maria	121	Nova Fátima	191	Terra Nova
52	Coronel João Sá	122	Nova Itarana	192	Tucano
53	Cravolândia	123	Nova Redenção	193	Uauá
54	Crisópolis	124	Nova Soure	194	Ubaíra
55	Cruz das Almas	125	Novo Triunfo	195	Umburanas
56	Curaçá	126	Olindina	196	Utinga
57	Dias D'Ávila	127	Ouriçangas	197	Valença
58	Dom Macedo Costa	128	Ourolândia	198	Valente
59	Elísio Medrado	129	Paripiranga	199	Várzea da Roça
60	Entre Rios	130	Paulo Afonso	200	Várzea do Poço
61	Esplanada	131	Pé de Serra	201	Várzea Nova
62	Euclides da Cunha	132	Pedraão	202	Varzedo
63	Fátima	133	Pedro Alexandre	203	Vera Cruz
64	Feira de Santana	134	Pilão Arcado	204	Wagner
65	Filadélfia	135	Pindobaçu	205	Wenceslau Guimarães
66	Gandu	136	Pintadas		
67	Gavião	137	Piraí do Norte		
68	Glória	138	Piritiba		
69	Governador Mangabeira	139	Pojuca		

5. DESCRIÇÃO DOS SERVIÇOS

5.1. Os serviços objeto desta licitação encontram-se descritos e caracterizados no Projeto Básico, Desenhos e Especificações Técnicas e quantificados na Planilha de Custos do Valor do Orçamento de Referência, que integram este Termo de Referência (Anexo IV, VI e VII).

5.2. O objeto do presente certame licitatório compreende basicamente os seguintes serviços:

- a) Perfuração, montagem e instalação, de 188 (Cento e oitenta e oito) poços tubulares em áreas de rochas cristalinas com suprimento de energia solar, em municípios contidos na área de atuação da 6ª Superintendência Regional da CODEVASF, no Estado da Bahia;



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDK
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

- b) Perfuração, montagem e instalação de 90 (Noventa) poços tubulares em áreas de rochas sedimentares com suprimento de energia solar, em municípios contidos na área de atuação da 6ª Superintendência Regional da CODEVASF, no Estado da Bahia
- c) Perfuração, montagem e instalação de 70 (Setenta) poços tubulares em áreas de rochas calcárias com suprimento de energia solar, em municípios contidos na área de atuação da 6ª Superintendência Regional da CODEVASF, no Estado da Bahia.
- d) Confecção do projeto executivo.

Observação: Em todos os poços mencionados acima, serão instalados sistemas de painéis Solares (Conforme Especificações Técnicas) que servirão como fonte de alimentação/suprimento de energia elétrica de energia.

6. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

6.1. Poderão participar da presente licitação empresas do ramo, pertinente com o objeto desta licitação, individuais, que atendam às exigências do TR e seus anexos, bem como os demais documentos desta licitação.

6.2. CONSÓRCIO E COOPERATIVAS

6.2.1. Não será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas sob a forma de Consórcio de empresas, considerando que o objeto não envolve diversas especialidades que exigem empresas de ramos distintos, como também não se trata de metodologia de execução de alta complexidade. Não será permitida também a participação de Cooperativas, uma vez que não se enquadra o objeto da licitação de contrato de mão-de-obra para execução sob a forma de cooperados, não havendo a necessidade de permissão de participação de empresas na forma de cooperativa, conforme estabelece a IN 05/2017.

6.3. SUBCONTRATAÇÃO

6.3.1. Não será permitida a subcontratação parcial ou total dos serviços objeto deste TR, visto que se trata de serviços comuns de engenharia e que o objeto não envolve diversas especialidades que exigem empresas de ramos distintos, como também não se trata de metodologia de execução de alta complexidade.

6.4. VISITA AO LOCAL DOS SERVIÇOS

6.4.1. A visita aos locais de prestação dos serviços **NÃO será obrigatória**, porém, recomenda-se aos licitantes que seja realizada a visita aos locais onde serão executados os serviços e suas circunvizinhanças, por intermédio de pelo menos um engenheiro civil/Geólogo, indicado pelo licitante, ou de seu representante legal ou responsável técnico, para tomar pleno conhecimento das condições e peculiaridades inerentes à natureza dos trabalhos a serem executados, avaliando os problemas futuros de modo que os custos propostos cubram quaisquer dificuldades decorrentes de sua execução, e obter, sob sua exclusiva responsabilidade, todas as informações que possam ser necessárias para a elaboração da proposta e execução do contrato.

6.4.2. É de inteira responsabilidade do licitante a verificação "in loco" das dificuldades e dimensionamento dos dados necessários à apresentação da Proposta. A não verificação dessas dificuldades não poderá ser avocada no desenrolar dos trabalhos como fonte de alteração dos termos contratuais estabelecidos.

6.4.3. Os custos de visita aos locais dos serviços comuns de engenharia correrão por exclusiva conta do licitante.

6.4.4. Em caso de dúvidas sobre a visita ao local onde serão executados os serviços comuns de engenharia, os licitantes deverão contatar com a Gerência Regional de Infraestrutura da 6ª Superintendência Regional da Codevasf, em Juazeiro, no estado da Bahia nos telefones: (74) 3614-6224.

6.4.5. A declaração de que conhece o local onde serão executados os serviços comuns de engenharia e suas circunvizinhanças será obrigatoriamente emitida pela empresa licitante (Modelo de Declaração – Anexo II deste TR), através dos seus prepostos.



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

7. PROPOSTA

7.1. A Proposta deverá ser firme e precisa, limitada rigorosamente ao objeto desta licitação, e não poderá conter condições ou alternativas não previstas neste TR e seus anexos constitutivos.

7.2. A Proposta constitui-se dos seguintes documentos:

- a) Planilha de Custos do Valor da Proposta do Licitante (Planilha Detalhada) com todos os seus itens, devidamente preenchida, com clareza e sem rasuras, conforme a Planilha de Custos do Valor do Orçamento de Referência (Planilha Detalhada) – Anexo VI, que é parte integrante deste Termo de Referência, observando-se os preços unitários orçados pela Codevasf, conforme inciso I do art. 54 da Lei nº 13.303 de 30/06/2016.
- b) Junto com a proposta, a Planilha de Custos do Valor da Proposta do Licitante deverá ser apresentada em meio eletrônico (Microsoft Excel ou software livre), sem proteção do arquivo, objetivando facilitar a conferência da mesma.
- c) As Planilhas de Custos Resumida e Detalhada do Licitante deverão ser preenchidas e assinadas por profissional competente, conforme os arts. 13 e 14 da Lei 5194/1966.
- d) Não poderão ser apresentados preços unitários diferenciados para um mesmo serviço.
- e) O licitante de melhor proposta classificada deverá preencher os formulários próprios de composição de preços unitários, ofertados por item e subitem, com clareza e sem rasuras, vedada a utilização de unidades genéricas ou indicadas como verba.
 - A planilha de composição de preços unitários deverá ser apresentada também em meio eletrônico (Microsoft Excel ou software livre), sem proteção do arquivo, objetivando facilitar a conferência da mesma;
 - O licitante deverá apresentar a planilha de composição de preços unitários em conformidade com a Planilha de Custos do Valor da Proposta do Licitante;
 - O licitante deverá, na composição de preços unitários de mão-de-obra, observar os pisos salariais normativos da categoria correspondente, fixados por lei, dissídio coletivo, acordos ou convenções coletivas de trabalho do(s) município(s) onde ocorrerá(ão) o(s) serviço(s), ou, quando esta abranger mais de um município;
 - No caso de existirem itens de serviços repetidos na Planilha de Custos do Valor da Proposta do Licitante será necessário apresentar apenas uma composição de preços unitários, referenciando os itens aos quais a composição pertence, sendo necessário entregar as referidas composições na mesma ordem e com os mesmos nomes dos serviços constantes das planilhas, devendo estar devidamente assinadas por profissional competente, conforme os arts. 13 e 14 da Lei 5194/1966;
 - As composições de custos unitários poderão ser verificadas quanto à adequação ao projeto, cabendo à comissão solicitar a compatibilidade da composição de custo unitário ao projeto.
- f) Detalhamento dos Encargos Sociais (Quadro PO-XIV) – Anexo III.
 - Encargos Sociais distintos para mensalistas e outro para horista.
- g) Detalhamento do BDI (Quadros PO-XV) – Anexo III.
 - Um quadro para os serviços (Quadro PO-XV), sob pena de desclassificação da proposta;
 - No preenchimento dos Quadros – Detalhamento do BDI, o licitante deverá considerar todos os impostos, taxas e tributos, conforme previsto na legislação vigente, ou seja, aplicado sobre o preço de venda dos serviços comuns de engenharia;
 - Deverá ser considerado na apresentação da proposta, o BDI com ISS de 5% (cinco por cento). Como os serviços abrangem municípios distintos, o valor do pagamento será ajustado de acordo com o ISS do município ao qual serão realizados os serviços;



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

- Não poderão ser considerados no Detalhamento do BDI, bem como na Planilha de Custos do Valor da Proposta do Licitante, os tributos: Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ e a Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido – CSLL;
- No detalhamento do BDI – Quadros PO-XV, não deverá constar do item “Despesas Financeiras” a previsão de despesas relativas aos dissídios;
- Os custos referentes aos serviços de Administração Local e Manutenção do Canteiro (AM) não poderão ser considerados como despesas indiretas e, portanto, não deverão constar do BDI. O licitante deverá apresentar um montante global específico para os serviços de “AM” na Planilha de Custos do Valor da Proposta, onde deverão estar contemplados os itens transporte de pessoal, mão-de-obra, ferramentas, medicina e segurança do trabalho, seguros, alimentação do pessoal, veículos e equipamentos, outros materiais diversos, controle tecnológico, comunicação e energia, etc., devendo observar os quantitativos mínimos necessários ao atendimento do escopo do Termo de Referência.

h) Cronograma Físico-Financeiro dos itens da Planilha de Custos do Valor da Proposta do Licitante (Planilha Resumida), obedecendo às atividades e prazos, com quantitativos previstos mês a mês, observando o prazo estabelecido para a execução dos serviços, conforme estabelecido neste TR. A medida que forem realizados as ordens de serviço a Codevasf determinará o prazo para execução dos serviços em prazo compatível com o volume de atividades.

7.3. A Proposta deverá ser datada e assinada pelo representante legal do licitante, com o valor global evidenciado em separado na 1ª folha da proposta, em algarismo e por extenso, baseado nos quantitativos dos serviços e fornecimentos descritos na Planilha de Custos do Valor da Proposta do Licitante (Planilha Resumida ou Detalhada), nela incluídos todos os impostos e taxas, emolumentos e tributos, leis, encargos sociais e previdenciários, lucro, despesas indiretas, custos relativos à mão-de-obra, fornecimento de materiais, ferramentas e equipamentos necessários à sua execução, transporte até o local da execução dos serviços comuns de engenharia, carga, transporte e descarga de materiais destinados ao bota-fora. No caso de omissão das referidas despesas, considerar-se-ão incluídas no valor global ofertado.

7.4. O licitante deverá prever todos os acessos necessários para permitir a chegada dos equipamentos e materiais no local de execução dos serviços comuns de engenharia, avaliando-se todas as suas dificuldades, pois os eventuais custos decorrentes de qualquer serviço para melhoria destes acessos correrão por conta do CONTRATADO.

7.5. O licitante deverá utilizar, sempre que possível, nos valores propostos, mão-de-obra, materiais, tecnologias e matérias primas existentes no local da execução dos serviços de engenharia, desde que não se produzam prejuízos à eficiência na execução do objeto e que seja respeitado o limite do orçamento estimado para a contratação.

7.6 Só serão aceitas as propostas das Licitantes que apresentarem valores para os 03 (três) itens do grupo, uma vez que o critério de julgamento é o maior desconto.

7.7 Licitantes que apresentarem propostas para apenas 01 (um) dos itens do grupo serão desclassificados.

8. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO

8.1. QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

8.1.1. O Licitante deverá apresentar os seguintes documentos:

- a) Registro ou inscrição da empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia (CREA) ou Conselho de Arquitetura e Urbanismo (CAU), demonstrando o ramo de atividade pertinente e compatível com o objeto deste Termo de Referência, conforme legislação vigente.

**Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR**
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

- b) DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS (conforme subitem 6.4.5. e Anexo II) informando que tem conhecimento do local onde serão executados os serviços comuns de engenharia, emitida pelo próprio licitante, assinada pelo(s) o(s) Responsável(is) Técnico(s) ou Representante Legal.
- c) Atestado(s) de capacidade técnica operacional, em nome da empresa, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, acompanhado(s), quando necessário, como forma de conferir autenticidade às informações emitidas em nome da licitante, da(s) respectiva(s) Certidão(ões) de Acervo Técnico (CAT) ou anotações/registro de responsabilidade técnica (ART/RRT) emitidas pelo conselho de fiscalização competente em nome dos profissionais, expedida(s) pelo CREA ou CAU da região onde os serviços foram executados, que comprove que a licitante tenha executado serviços de perfuração, montagem e instalações de poços tubulares, em condições similares desta licitação, executadas com técnicas construtivas semelhantes ou superiores às requeridas para execução dos itens relacionados abaixo, com os seguintes quantitativos mínimos (Acórdão nº 2326/2019 Plenário do TCU):

Quadro 8.1-Qualificação Técnica

ITEM	SERVIÇOS	QUANTIDADE
1	Perfuração, montagem e instalação de poço tubular em área de rocha cristalina ou similar.	75 unidades
2	Perfuração, montagem e instalação de poço tubular em área de rocha sedimentar ou similar	36 unidades
3	Perfuração, montagem e instalação de poço tubular em área de rocha calcária ou similar.	28 unidades
4	Instalação de Kit de bombeamento com suprimento de energia solar(Poços com Sistemas Fotovoltáicos)	140 unidades

- c1) É permitido o somatório dos quantitativos estipulados na alínea “c”, mediante comprovação em mais de um atestado;
- c2) Definem-se como serviços similares: serviços construtivamente afins às de perfuração de poços tubulares em áreas de rochas cristalinas e sedimentares.
- c3) Definem-se como serviços de porte e complexidade similares àquelas que apresentam grandezas e características técnicas semelhantes às descritas no Projeto Básico – Anexo VI, parte integrante deste Termo de Referência;
- c4) Deverá(ão) constar do(s) atestado(s) ou da(s) certidão(ões) expedida(s) pelo CREA ou CAU, em destaque, os seguintes dados: local de execução, nome do contratante e da pessoa jurídica contratada, nome(s) do(s) responsável(is) técnicos(s), seu(s) título(s) profissional(is) e número(s) de registro(s) no CREA ou CAU; descrição técnicas sucinta indicando os serviços e quantitativos executados e o prazo final de execução.
- d) Comprovação de que o licitante possui em seu quadro permanente, na data da entrega da proposta, profissional de nível superior ou outro devidamente reconhecido pela entidade competente, detentor de atestado de responsabilidade técnica, e devidamente registrado no CREA ou CAU, acompanhado da respectiva Certidão de Acervo Técnico – CAT, expedida por este Conselho, que comprove ter o profissional executado serviço(s) relativo(s) à perfuração e instalação de poços ou similares em complexidade ao objeto desta licitação, conforme alínea “c2” deste subitem.



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

d1) Entende-se, para fins deste Termo de Referência, como pertencente ao quadro permanente:

- O empregado;
- O sócio;
- O detentor de contrato de prestação de serviço.

d2) O licitante deverá comprovar através da juntada de cópia de: ficha ou livro de registro de empregado ou carteira de trabalho do profissional, que comprove a condição de pertencente ao quadro do licitante, do contrato social, que demonstre a condição de sócio do profissional, ou do contrato de prestação de serviço, celebrado de acordo com a legislação civil comum, ou declaração de contratação futura do profissional detentor do atestado apresentado, desde que acompanhado da anuência deste.

d3) Quando se tratar de dirigente ou sócio do licitante tal comprovação será através do ato constitutivo do mesmo;

d4) No caso de dois ou mais licitantes apresentarem atestados de um mesmo profissional como responsável técnico, como comprovação de qualificação técnica, ambos serão inabilitados.

9. REFERÊNCIA DE PREÇOS E DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

9.1. As indicações para as despesas orçamentárias para a contraprestação dos serviços, sob a gestão da 6ª Superintendência Regional da Codevasf, serão definidas na etapa de formalização do contrato, conforme Art. 7º, § 2º, do Decreto 7.892 de 23 de janeiro de 2013.

O valor total estimado para a contratação dos serviços comuns de engenharia, objeto deste Termo de Referência, é **R\$39.992.797,60 (trinta e nove milhões, novecentos e noventa e dois mil, setecentos e noventa e sete reais e sessenta centavos)**, com data-base para SINAPI OUTUBRO/2021) e ORSE (SETEMBRO/2021) e Cotações, conforme tabela a seguir:

Tabela 1 - Resumo de Itens e Valores

GRUPO					
ITEM	DESCRIÇÃO	UND	QTDE	VALOR (R\$)	
				UNITARIO C/ BDI	TOTAL
1	Perfuração e instalação de poços em rocha do tipo cristalino com suprimento de energia solar	Und.	188	R\$ 64.280,20	R\$ 12.084.677,60
2	Perfuração e instalação de poços em rocha do tipo calcária com suprimento de energia solar	Und.	70	R\$ 112.392,62	R\$ 7.867.483,40
3	Perfuração e instalação de poços em rocha do tipo sedimentar com suprimento de energia solar	Und.	90	R\$ 222.673,74	R\$ 20.040.636,60
VALOR GLOBAL (R\$)					R\$ 39.992.797,60

9.2. Estão inclusos no valor acima, o BDI, os encargos sociais, as taxas, os impostos e os emolumentos. Os quantitativos e os preços de referência da Codevasf para os itens necessários à execução do objeto constam da Planilha de Custos do Valor do Orçamento de Referência – Anexo VI, parte integrante deste Termo de Referência.

9.3. O valor estimado para a contratação foi elaborado com base no Sistema de Preços, Custos e Índices da Caixa Econômica Federal (SINAPI Outubro/2021) para o estado da Bahia, ORSE (Setembro/2021 – Sergipe), não desonerados, cotações de mercado, atendendo ao disposto no Decreto nº 7.983, de 08/04/2013, já inclusos o BDI, encargos sociais, taxas, impostos e emolumentos.

9.3.1. No orçamento de referência foram consideradas as seguintes taxas de BDI e Encargos Sociais:

**Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR**
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

BDI:		Serviços: 27,65%		Fornecimentos:	
ENCARGOS SOCIAIS:		114,02 % Horista		70,79 % Mensalista	
OUTROS:		PIS: 0,65 %		COFINS: 3,00 %	
				ISS: 5,00 %	

9.4. O orçamento estimado estará disponível permanentemente aos órgãos de controle externo e interno.

10. PRAZOS

10.1. O prazo para vigência da Ata de Registro de preços será de 12 (doze) meses.

10.2. O prazo de vigência dos contratos firmados a partir do presente SRP será a partir da data de emissão da Ordem de Serviço, contado em dias consecutivos, sendo o prazo de vigência dos contratos de 15 (quinze) meses.

10.3. O prazo de execução do objeto dos contratos firmados a partir do presente SRP será a partir da data de emissão da Ordem de Serviço, contado em dias consecutivos, com prazo de execução do objeto de 12 (doze) meses.

10.4. A emissão da Ordem de Serviço só ocorrerá após a anuência ambiental, conforme legislação do município ao qual serão realizados os serviços.



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

11. FORMAS E CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

11.1. Os pagamentos dos serviços comuns de engenharia serão efetuados em reais, com base nas medições mensais conforme o que foi efetivamente executado no período, e contra a apresentação da Fatura/Notas Fiscais, devidamente atestada pela fiscalização da Codevasf, formalmente designada, e do respectivo Boletim de Medição referente ao mês de competência, observando-se o disposto nos subitens seguintes:

A Codevasf somente pagará a CONTRATADA pelos serviços efetivamente executados, com base nos preços integrantes da proposta aprovada e, caso aplicável, a incidência de reajustamento e reequilíbrio econômico financeiro e atualização financeira.

Somente serão pagos os materiais e equipamentos instalados, assentados e utilizados, mediante atesto pelo fiscal do contrato. Quando for dada ordem de serviço para poço com perfuração e instalação, não será pago isoladamente somente a perfuração dos poços, mas sim devidamente montados/instalados, salvo os casos onde após a perfuração forem considerados secos e acerto com a fiscalização.

Quando o poço for considerado seco a instalação será transferida para um poço existente a ser indicado pela fiscalização.

Nos preços apresentados pelo Licitante deverão estar incluídos todos os custos diretos e indiretos para a execução dos serviços, de acordo com as condições previstas no Edital e seus anexos, constituindo-se na única remuneração possível de ser atribuída pelos trabalhos contratados e executados.

11.2. Administração Local e Manutenção de Canteiro (AM) – será pago conforme o percentual de serviços executados (execução física) no período, conforme a fórmula abaixo, limitando-se ao recurso total destinado para o item, sendo que ao final da obra o item será pago 100%.

$$\%AM = \frac{\text{Valor da Medição Sem AM}}{\text{Valor do Contrato (incluso aditivo financeiro) Sem AM}}$$

11.3. Administração Local e Manutenção de Canteiro (AM) terá como unidade, na Planilha de Custos, a medida “global”, e será pago mensalmente o valor absoluto, com no máximo duas casas decimais, oriundo do produto entre o percentual da fórmula supracitada e o valor total da “AM”.

11.4. Caso haja atraso no cronograma, comprovadamente, por problemas gerados pela CODEVASF, será pago o valor total da Administração Local e Manutenção de Canteiro (AM), calculado segundo a seguinte fórmula:

$$AM \text{ da medição} = \frac{\text{Valor Total da AM}}{\text{Número de meses do contrato previsto no cronograma físico vigente}}$$

11.5. O aditivo financeiro da Administração Local/Manutenção do canteiro de obras (AM) não está atrelado à prorrogação de prazo contratual. Seu acréscimo decorre apenas em virtude de acréscimos financeiros realizados ao contrato, por meio de aditivos de valor. Além disso, a CONTRATADA deverá demonstrar efetivamente o acréscimo da estrutura de Administração Local/Manutenção do canteiro de obras (AM), disponibilizada para execução dos serviços.

12. REAJUSTAMENTO

12.1. Os preços permanecerão válidos por um período de um ano, contados da data de apresentação da proposta. Após este prazo serão reajustados aplicando-se a seguinte fórmula(desde que todos os índices tenham a mesma data base):

$$R = Vx \left[\frac{Ti - To}{To} \right]$$

Onde:

- **R**: valor do reajustamento
- **V**: valor a ser reajustado
- **Ti** – Refere-se à coluna 35 da FGV – Edificações, cód. AO159428, correspondente ao mês de aniversário da proposta.
- **To** – Refere-se à coluna 35 da FGV – Edificações, cód. AO159428, correspondente ao mês de aniversário da proposta.

12.2. Caso haja mudança de data base nestes índices, deve-se primeiro calcular o valor do índice na data base original utilizando-se a seguinte fórmula:

$$I_{DB1}^{Mes2} = \frac{I_{DB2}^{Mes2} \times I_{DB1}^{Mes1}}{100}$$

Sendo:

- I_{DB1}^{Mes2} = Valor desejado. Índice do mês de reajuste com data base original.
- I_{DB2}^{Mes2}
- I_{DB1}^{Mes1}
- = Índice do mês de reajuste com a nova data base.
- = Índice do mês em que mudou a tabela, na data base original.

13. FISCALIZAÇÃO

13.1. A fiscalização dos serviços será feita por empregado formalmente designado, a quem compete verificar se a CONTRATADA está executando os trabalhos, observando o contrato e os documentos que o integram e competências definidas no Manual de Contrato.

13.2. Fica assegurado aos técnicos da Codevasf o direito de a seu exclusivo critério, acompanhar, fiscalizar e participar, total ou parcialmente, diretamente ou por meio de terceiros, da execução dos serviços prestados pela CONTRATADA, com livre acesso ao local de trabalho para obtenção de quaisquer esclarecimentos julgados necessários à execução dos serviços.

13.3. Participar da Reunião de Partida entre as partes envolvidas, Codevasf e CONTRATADA, onde serão definidos todos os detalhes do Plano de Trabalho e dar-se-á o “start up” da execução dos serviços.

13.4. Acompanhar a execução dos serviços objeto do contrato, “in loco”, como representante da Codevasf, de forma a garantir o cumprimento do que foi pactuado, observando para que não haja subcontratação de serviços.

13.5. Esclarecer dúvidas ou fornecer informações solicitadas pelo preposto/representante da CONTRATADA ou, quando não estiverem sob sua alçada, encaminhá-las a quem compete.

13.6. Checar se a CONTRATADA disponibilizou as instalações, equipamentos e recursos humanos previstos para a execução dos serviços.

13.7. Acompanhar a elaboração do “as built” (como construído) ao longo da execução dos serviços, quando couber.

13.8. Tratar diretamente com a equipe de apoio à fiscalização contratada pela Codevasf, quando houver, exigindo atuação em conformidade com o instrumento do contrato, cobrando a presença de técnicos no local da prestação dos serviços, emissão de relatórios, boletins ou outros documentos

13.9. que se façam necessários ao fiel cumprimento do objeto.

13.10. Solicitar da CONTRATADA a relação de empregados contratados e terceirizados, com as seguintes informações: nome completo, cargo ou função, valor do salário, número do RG e do CPF.

13.11. Informar ao titular da unidade orgânica demandante e ao gestor de contrato sobre o andamento dos serviços, por meio do Relatório de Acompanhamento Físico – RAF.

13.12. Efetuar os registros e ocorrências diariamente no Diário da Obra.

13.13. Determinar a reparação, correção, remoção, reconstrução ou substituição, às expensas da CONTRATADA, no total ou em parte, dos serviços nos quais forem detectados vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados.

13.14. Acompanhar o cumprimento, pela CONTRATADA, do cronograma físico-financeiro pactuado, encaminhando ao gestor de contrato, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica demandante, eventuais pedidos de modificações, substituições de materiais e equipamentos, solicitados pela CONTRATADA.

13.15. Estabelecer prazo para correção de eventuais pendências na execução do contrato e informar ao gestor de contrato, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica, ocorrências que possam gerar

13.16. dificuldades à conclusão dos serviços ou em relação a terceiros, cientificando-a da possibilidade de não conclusão do objeto na data apazada, com as devidas justificativas.

13.17. Rejeitar, no todo ou em parte, serviço ou fornecimento executado em desacordo com o instrumento contratual.

13.18. Notificar a CONTRATADA sobre quaisquer ocorrências encontradas em desconformidade com as cláusulas contratuais, sempre por escrito, com prova de recebimento da notificação.

13.19. Manter em arquivo organizado memória de cálculo dos quantitativos de serviços executados e os consequentes boletins de medição.

13.20. Encaminhar à Contratada cópia da Licença Ambiental ou Anuência Ambiental, se houver, caso contrário, cópia da legislação que dispensa os referidos documentos.

13.21. Atestar as notas fiscais e encaminhá-las ao gestor de contrato, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica demandante

13.22. , para providências quanto ao pagamento.

13.23. Receber, analisar, emitir parecer e encaminhar ao gestor de contrato, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica demandante, para providências, os pedidos de reajuste/repactuação e reequilíbrio econômico financeiro.

13.24. Manter controle sobre o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade e encaminhar processo ao gestor de contrato, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica demandante, no caso de solicitação de prorrogação do prazo de vigência contratual.

13.25. Analisar e emitir nota técnica referente aos pedidos de prorrogação de prazos, de interrupções na execução do objeto, de serviços extraordinários, de modificações no projeto ou alterações relativas à qualidade, à segurança e outras, de modo a subsidiar a decisão final pela autoridade competente.

13.26. Informar à unidade de finanças, mediante Termo de Encerramento Físico – TEF, quanto ao término da execução dos serviços, para providências no sentido de liberação da garantia contratual em favor da CONTRATADA.

13.27. Receber as etapas dos serviços ou fornecimentos mediante medições precisas e de acordo com as regras contratuais.



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

13.28. Receber, analisar, emitir parecer e encaminhar ao gestor de contrato, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica demandante, para providências, os pedidos de reajuste/repactuação e reequilíbrio econômico financeiro.

13.29. Manter controle sobre o prazo de vigência do instrumento contratual sob sua responsabilidade e encaminhar processo ao gestor de contrato, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica demandante, no caso de solicitação de prorrogação do prazo de vigência contratual.

13.30. Analisar e emitir nota técnica referente aos pedidos de prorrogação de prazos, de interrupções na execução do objeto, de serviços extraordinários, de modificações no projeto ou alterações relativas à qualidade, à segurança e outras, de modo a subsidiar a decisão final pela autoridade competente.

13.31. Informar à unidade de finanças, mediante Termo de Encerramento Físico – TEF, quanto ao término da execução dos serviços, para providências no sentido de liberação da garantia contratual em favor da CONTRATADA.

13.32. Receber as etapas dos serviços ou fornecimentos mediante medições precisas e de acordo com as regras contratuais.

13.33. Informar ao gestor de contrato, quando houver, ou ao titular da unidade orgânica demandante as ocorrências relacionadas à execução do contrato que ultrapassem a sua competência de atuação, objetivando a regularização das faltas ou defeitos observados.

13.34. Receber, provisória e definitivamente, as aquisições e serviços sob sua responsabilidade, mediante recibo ou Termo Circunstanciado, quando não for designada comissão de recebimento ou outro empregado.

13.35. Acompanhar e cobrar da CONTRATADA a execução de planos ou programas ambientais, quando houver, bem como o cumprimento das condicionantes da licença ambiental, também quando houver, tomando providências para minimizar impactos de acidentes ambientais.

13.36. Realizar vistorias no local de execução dos serviços e verificar sua conformidade com as normas aplicáveis e com as orientações técnicas, indicações de segurança e uso de Equipamentos de Proteção Individual – EPI's.

13.37. Acompanhar a execução dos serviços, verificando a correta utilização quantitativa e qualitativa dos materiais e equipamentos empregados, com a finalidade de zelar pela manutenção da qualidade adequada.

13.38. Cabe à Fiscalização verificar a ocorrência de fatos para os quais haja sido estipulada qualquer penalidade contratual. A Fiscalização informará ao setor competente quanto ao fato, instruindo o seu relatório com os documentos necessários, e em caso de multa, a indicação do seu valor.

13.39. A ação e/ou omissão, total ou parcial, da Fiscalização não eximirá a CONTRATADA da integral responsabilidade pela execução do objeto deste contrato.

13.40. A Fiscalização deverá verificar, periodicamente, no decorrer da execução do contrato, se a CONTRATADA mantém, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, comprovada mediante consulta ao SICAF, CADIN ou certidões comprobatórias.



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

14. RECEBIMENTO DEFINITIVO DOS SERVIÇOS

14.1. Para a finalização dos trabalhos e, respectiva emissão, por parte da CODEVASF, do Termo de Encerramento Físico e do Atestado de Capacidade Técnica, além da liberação da caução contratual, a CONTRATADA deverá executar todos os serviços descritos no item 5 deste TR, conforme o projeto básico e as especificações técnicas estabelecidas pela CODEVASF.

14.1.1. Após o término dos serviços objeto deste TR, a CONTRATADA requererá à FISCALIZAÇÃO, o seu recebimento provisório, que deverá ocorrer no prazo de até 15 (quinze) dias da data de sua solicitação.

14.1.2. Na hipótese da necessidade de correção, será estabelecido pela FISCALIZAÇÃO um prazo, para que a CONTRATADA, às suas expensas, complemente, refaça ou substitua os serviços rejeitados.

14.1.3. Após o recebimento provisório do objeto pela FISCALIZAÇÃO, será designado Servidor ou Comissão para o recebimento definitivo do objeto, que deverá ocorrer no prazo de até 90 (noventa) dias da data de sua designação.

14.1.4. Na hipótese da necessidade de correção, o Servidor ou Comissão estabelecerá um prazo para que a CONTRATADA, às suas expensas, complemente, refaça ou substitua os serviços rejeitados.

14.1.5. Os ensaios, testes e demais provas exigidas por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto do contrato correm por conta da CONTRATADA.

14.1.6. Aceitos e aprovados os serviços, será emitido o Termo de Encerramento Físico (TEF), que deverá ser assinado por representante autorizado da CONTRATADA, possibilitando a liberação da garantia.

14.1.7. O recebimento provisório ou definitivo não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança do serviço, nem ético-profissional pela perfeita execução do contrato, dentro dos limites estabelecidos neste Termo de Referência, por parte da CONTRATADA.

14.1.8. Após a emissão do Termo de Encerramento Físico (TEF), o Diretor ou Gerente-Executivo da Área correspondente, no caso de contratos firmados pela Sede, ou o Superintendente Regional, para os contratos firmados pelas Superintendências Regionais, emitirá, caso solicitado, o Atestado de Capacidade Técnica declarando a qualidade e o desempenho dos serviços prestados pela Contratada.

14.1.9. A CONTRATADA entende e aceita que o pleno cumprimento do estipulado neste item é condicionante para:

- a) Emissão do Termo de Encerramento Físico (TEF);
- b) Emissão do Atestado de Capacidade Técnica;
- c) Liberação da Caução Contratual.

14.1.10. A última fatura de serviços somente será encaminhada para pagamento após a emissão do Termo de Encerramento Físico do Contrato (TEF), que deverá ser anexado ao processo de liberação e pagamento.

15. SEGURANÇA E MEDICINA DO TRABALHO

15.1. A CONTRATADA deverá atender à legislação pertinente à proteção da integridade física e da saúde dos trabalhadores durante a realização dos serviços, conforme dispõe a Lei nº 6.514 de 22/12/1977, Portaria nº 3.214, de 08/06/1978, do ISSO e deverá quando couber:



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

- a) Cumprir e fazer cumprir as Normas Regulamentadoras de Segurança e Medicina do Trabalho – NRs, pertinentes à natureza dos serviços a serem desenvolvidos;
- b) Elaborar os Programas PPRA e PCMSO, além do PCMAT nos casos previstos na NR-18;
- c) Manter nos Eixos, o SESMT conforme dimensionamento disposto no Quadro II da NR-4.

16. CRITÉRIOS DE SUSTENTABILIDADE AMBIENTAL

16.1. A Contratada deverá executar os serviços de engenharia em conformidade com a Licença Ambiental e o respectivo estudo ambiental, quando couber, em função da legislação vigente no local de execução dos serviços.

16.2. Na execução dos serviços será exigido o pleno atendimento da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01/2010, onde a CONTRATADA deverá adotar as seguintes providências:

- a) Deverá ser priorizado o emprego de mão-de-obra, materiais, tecnologias e matérias-primas de origem local para execução, conservação e operação das obras públicas.
- b) Os resíduos sólidos reutilizáveis e recicláveis devem ser acondicionados adequadamente e de forma diferenciada, para fins de disponibilização à coleta seletiva.
- c) Otimizar a utilização de recursos e a redução de desperdícios e de poluição, através das seguintes medidas, dentre outras:
 - I) Racionalizar o uso de substâncias potencialmente tóxicas ou poluentes;
 - II) Substituir as substâncias tóxicas por outras atóxicas ou de menor toxicidade;
 - III) Usar produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;
 - IV) Racionalizar o consumo de energia (especialmente elétrica) e adotar medidas para evitar o desperdício de água tratada;
- d) Fornecer aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;
- e) Respeitar as Normas Brasileiras - NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos;
- f) Desenvolver ou adotar manuais de procedimentos de descarte de materiais potencialmente poluidores, dentre os quais:
 - I) Pilhas e baterias que contenham em suas composições chumbo, cádmio, mercúrio e seus compostos devem ser recolhidas e encaminhadas aos estabelecimentos que as comercializam ou à rede de assistência técnica autorizada pelas respectivas indústrias, para repasse aos fabricantes ou importadores;
 - II) Lâmpadas fluorescentes e frascos de aerossóis em geral devem ser separados e acondicionados em recipientes adequados para destinação específica;
 - III) Pneumáticos inservíveis devem ser encaminhados aos fabricantes para destinação final, ambientalmente adequada, conforme disciplina normativa vigente.

16.3. A CONTRATADA deverá observar as diretrizes, critérios e procedimentos para a gestão dos resíduos da construção civil estabelecidos na Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, Resolução nº 307, de 05/07/2002, do Conselho Nacional de Meio Ambiente – CONAMA, e Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, de 19/01/2010, nos seguintes termos:

- a) O gerenciamento dos resíduos originários da contratação deverá obedecer às diretrizes técnicas e procedimentos do Plano Municipal de Gestão de Resíduos da Construção Civil e do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil apresentado ao órgão competente, conforme o caso;
- b) Nos termos dos artigos 3º e 10º da Resolução CONAMA nº 307, de 05/07/2002, a CONTRATADA deverá providenciar a destinação ambientalmente adequada dos resíduos da construção civil originários da contratação, obedecendo, no que couber, aos seguintes procedimentos:

- b.1) resíduos Classe A (reutilizáveis ou recicláveis como agregados): deverão ser reutilizados ou reciclados na forma de agregados ou encaminhados a aterro de resíduos Classe A de reservação de material para usos futuros;
 - b.2) resíduos Classe B (recicláveis para outras destinações): deverão ser reutilizados, reciclados ou encaminhados a áreas de armazenamento temporário, sendo dispostos de modo a permitir a sua utilização ou reciclagem futura;
 - b.3) resíduos Classe C (para os quais não foram desenvolvidas tecnologias ou aplicações economicamente viáveis que permitam a sua reciclagem/recuperação): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas;
 - b.4) resíduos Classe D (perigosos, contaminados ou prejudiciais à saúde): deverão ser armazenados, transportados e destinados em conformidade com as normas técnicas específicas.
- c) Em nenhuma hipótese a CONTRATADA poderá dispor os resíduos originários da contratação aterros de resíduos domiciliares, áreas de “bota fora”, encostas, corpos d’água, lotes vagos e áreas protegidas por Lei, bem como em áreas não licenciadas.
- d) Para fins de fiscalização do fiel cumprimento do Plano de Gerenciamento de Resíduos da Construção Civil, conforme o caso, a CONTRATADA comprovará, sob pena de multa, que todos os resíduos removidos estão acompanhados de Controle de Transporte de Resíduos, em conformidade com as normas da Agência Brasileira de Normas Técnicas - ABNT, ABNT NBR nºs 15.112, 15.113, 15.114, 15.115 e 15.116, de 2004”

16.4. Nos termos do artigo 33, inciso IV, da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, a CONTRATADA deverá efetuar o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens, obedecendo aos seguintes procedimentos:

- a) Recolher o óleo lubrificante usado ou contaminado, armazenando-o em recipientes adequados e resistentes a vazamentos e adotando as medidas necessárias para evitar que venha a ser misturado com produtos químicos, combustíveis, solventes, água e outras substâncias que inviabilizem sua reciclagem, conforme artigo 18, incisos I e II, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005 e legislação correlata;
- b) Providenciar a coleta do óleo lubrificante usado ou contaminado recolhido, através de empresa coletora devidamente autorizada e licenciada pelos órgãos competentes, ou entregá-lo diretamente a um revendedor de óleo lubrificante acabado no atacado ou no varejo, que tem obrigação de recebê-lo e recolhê-lo de forma segura, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigo 18, inciso III e § 2º, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;
- c) Exclusivamente quando se tratar de óleo lubrificante usado ou contaminado não reciclável, dar-lhe a destinação final ambientalmente adequada, devidamente autorizada pelo órgão ambiental competente, conforme artigo 18, inciso VII, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata.

16.5. A CONTRATADA deverá comprovar a adoção de práticas de desfazimento sustentável ou reciclagem dos bens que forem inservíveis para o processo de reutilização.

17. OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

17.1. A CONTRATADA deverá apresentar à Codevasf antes do início dos trabalhos, os seguintes documentos:

- a) Identificação da área para construção de canteiro de obra e “layout” das instalações e edificações previstas, bem como área para implantação do laboratório de ensaios de campo, quando for o caso.
- b) Plano de trabalho detalhado para os serviços propostos e respectivas metodologias de execução, devendo ser complementado com desenhos, croquis ou gráficos elucidativos das



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

fases de implantação, respeitando os prazos parcial e final para execução dos serviços. Na formulação do plano de trabalho proposto a CONTRATADA deverá considerar, necessariamente, as diretrizes, recomendações e exigências previstas no Plano de Controle Ambiental e outros Planos Ambientais decorrentes e o esquema organizacional da CONTRATADA para execução dos serviços.

- b.1) Com base no pleno conhecimento das condições locais a CONTRATADA deverá apresentar declaração de procedência dos materiais a serem utilizados, tais como: areia, brita, pedra, indicando, quando não especificado no projeto básico, sua localização e distância de transporte posto obra, inclusive quanto ao fornecimento de água para manutenção do canteiro. É obrigatória a comprovação da regularidade ambiental para exploração dos materiais nas áreas apresentadas, conforme legislação vigente.
- c) Regularização ambiental e fundiária das localidades onde serão perfurados os poços;
- d) Planejamento em meio eletrônico, no formato MS Project ou software similar, demonstrando todas as etapas previstas para a execução do objeto contratado
- e) Cronograma físico-financeiro, detalhado e adequado ao Plano de Trabalho referido na alínea acima.
- f) As Anotações de Responsabilidade Técnica – ART's referentes ao objeto do contrato e especialidades pertinentes, nos termos da Lei nº. 6.496/77, juntamente com o registro dos responsáveis técnicos pelos serviços objeto desta licitação, conforme Resolução nº 317 de 31/10/86.
- g) Autorização dos órgãos competentes para escavação/desmante de rocha com uso de explosivos, plano de fogo assinado por Engenheiro de Minas com a respectiva ART, e projeto do paiol, quando couber.
- h) Declaração, nota fiscal ou proposta do fabricante/distribuidor comprovando preços, com garantia de fornecimento, dos principais insumos.

17.2. Manter, durante toda a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas, em compatibilidade com as obrigações por ela assumidas e manter situação regular junto ao Cadastro Informativo de Créditos do Setor Público Federal – CADIN, conforme disposto no Artigo 6º da Lei nº 10.522, de 19 de julho de 2002.

17.3. Apresentar-se sempre que solicitada, através do seu Responsável Técnico e/ou Coordenador dos trabalhos, nos escritórios da CONTRATANTE em Brasília/DF ou Superintendências Regionais.

17.4. Acatar as orientações da Codevasf, notadamente quanto ao cumprimento das Normas Internas, de Segurança e Medicina do Trabalho.

17.5. Assumir a inteira responsabilidade pelo transporte interno e externo do pessoal e dos insumos até o local dos serviços e fornecimentos.

17.6. Utilização de pessoal experiente, bem como de equipamentos, ferramentas e instrumentos adequados para a boa execução dos serviços.

17.7. Colocar tantas frentes de serviços quantos forem necessários (mediante anuência prévia da fiscalização), para possibilitar a perfeita execução dos serviços comuns de engenharia dentro do prazo contratual.

17.8. Responsabilizar-se pelo fornecimento de toda a mão-de-obra, sem qualquer vinculação empregatícia com a Codevasf, bem como todo o material necessário à execução dos serviços objeto do contrato.

17.9. Responsabilizar-se por todos os ônus e obrigações concernentes à legislação tributária, trabalhista, securitária, previdenciária, e quaisquer encargos que incidam sobre os materiais e equipamentos, os quais, exclusivamente, correrão por sua conta, inclusive o registro do serviço contratado junto ao CREA ou CAU do local de execução dos serviços comuns de engenharia.



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

17.10. A CONTRATADA deve assegurar e facilitar o acesso da Fiscalização, aos serviços e a todos os elementos que forem necessários ao desempenho de sua missão.

17.11. Promover a substituição dos profissionais integrantes da equipe técnica somente quando caracterizada a superveniência das situações de caso fortuito ou força maior, sendo que a substituição deverá ser feita por profissional de perfil técnico equivalente ou superior e mediante prévia autorização da Codevasf.

17.12. A CONTRATADA deverá conceder livre acesso aos seus documentos e registros contábeis, referentes ao objeto da licitação, para os servidores ou empregados do órgão ou entidade CONTRATANTE e dos órgãos de controle interno e externo.

17.13. Caso a CONTRATADA seja registrada em região diferente daquela em que serão executados os serviços objeto deste TR, deverá apresentar visto, novo registro ou dispensa de registro, em conformidade com disposto nos arts. 5º, 6º e 7º da Resolução CONFEA nº 336 de 27 de outubro de 1989.

17.14. A CONTRATADA será responsável por quaisquer acidentes de trabalho referentes a seu pessoal que venham a ocorrer por conta do serviço contratado e/ou por ela causado a terceiros.

17.15. Desfazer e corrigir os serviços rejeitados pela Fiscalização dentro do prazo estabelecido pela mesma, arcando com todas as despesas necessárias.

17.16. Caberá à CONTRATADA obter e arcar com os gastos de todas as licenças e franquias, pagar encargos sociais e impostos municipais, estaduais e federais que incidirem sobre a execução dos serviços.

17.17. Assumir toda a responsabilidade pela execução dos serviços contratados perante a Codevasf e terceiros, na forma da legislação em vigor, bem como por danos resultantes do mau procedimento, dolo ou culpa de empregados ou prepostos seus, e ainda, pelo fiel cumprimento das leis e normas vigentes, mantendo a Codevasf isenta de quaisquer penalidades e responsabilidades de qualquer natureza pela infringência da legislação em vigor, por parte da CONTRATADA.

17.18. A CONTRATADA será responsável, perante a Codevasf, pela qualidade do total dos serviços, bem como pela qualidade dos relatórios/documentos gerados, no que diz respeito à observância de normas técnicas e códigos profissionais.

17.19. A CONTRATADA deverá tomar todas as providências para proteger o meio ambiente, nos âmbitos interno e externo ao local de execução dos serviços, obedecendo às instruções advindas da Fiscalização, além de evitar danos e aborrecimentos às pessoas e/ou propriedades privadas ou públicas.

17.20. A contratada deverá investir em medidas de promoção da ética e de prevenção da corrupção que contribuam para um ambiente mais íntegro, ético e transparente no setor privado e em suas relações como o setor público, comprometendo-se a atuar contrariamente a quaisquer manifestações de corrupção, atuando junto a seus fornecedores e parceiros privados a também conhecer e cumprir as previsões da Lei nº 12.846/2013 e do Decreto nº 8.420/15, abstendo-se, ainda, de cometer atos tendentes a lesar a Administração Pública, denunciando a prática de irregularidades que tiver conhecimento por meios dos canais de denúncias disponíveis.

17.21. A CONTRATADA entende e aceita que é condicionante para na execução dos serviços comuns de engenharia, objeto da presente licitação, atender ainda às seguintes normas complementares:

- a) Códigos, leis, decretos, portarias e normas federais, estaduais e municipais, inclusive normas de concessionárias de serviços públicos, e as normas técnicas da Codevasf.



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

- b) Normas técnicas da ABNT e do INMETRO, principalmente no que diz respeito aos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança.
- c) Atendimento a todas as condicionantes ambientais das licenças, quando couber.

17.22. Manter em local visível no canteiro de obras cópia da Anuência Ambiental, se houver, caso contrário, cópia da legislação de dispensa do referido documento.

17.23. Atendimento às condicionantes ambientais necessárias à obtenção das Licenças do Empreendimento, emitidas pelo órgão competente, relativas à execução dos serviços, quando couber.

17.23.1. Realizar e executar o Plano de Recuperação Ambiental de Áreas Degradadas (PRAD) das áreas onde forem realizadas intervenções em função dos serviços, quando couber.

17.23.2. Os serviços/fornecimentos contratados deverão ser executados em total conformidade com legislação ambiental vigente em todas as esferas e com o cumprimento dos atos administrativos ambientais inerentes ao empreendimento em questão, mediante observância dos termos e registros sistemáticos, como forma de comprovar a execução.

17.23.3. A empresa deverá emitir um relatório mensal específico acerca da regularidade ambiental do empreendimento, demonstrando a fiel observância das licenças e atos administrativos ambientais correlatos, bem como de toda a legislação ambiental vigente.

17.24. Todas as despesas para a realização dos serviços de controle tecnológico e medições, tais como os equipamentos de topografia, dos laboratórios de controle tecnológico de geotecnia e concreto, inclusive manutenção e pessoal de apoio e execução, deverão estar contempladas na proposta no preço estabelecido para a instalação e manutenção do canteiro de obras, sendo que ao final dos serviços todos equipamentos serão devolvidos à CONTRATADA.

17.25. Submeter à aprovação da fiscalização os protótipos ou amostras dos materiais e equipamentos a serem aplicados nos serviços comuns de engenharia objeto do contrato, inclusive os traços dos concretos a serem utilizados.

17.26. Salvo disposições em contrário que constem do termo de contrato, os ensaios, testes, exames e provas exigidos por normas técnicas oficiais para a boa execução do objeto correrão por conta da CONTRATADA e, para garantir a qualidade dos serviços, deverão ser realizados em laboratórios aprovados pela fiscalização.

17.27. Responsabilizar-se por todos e quaisquer danos causados às estruturas, construções, instalações elétricas, cercas, equipamentos, etc., existentes no local ou decorrentes da execução do objeto desta licitação, bem como pelos danos que vier causar à Codevasf e a terceiros.

17.28. Exercer a vigilância e proteção de todos os materiais e equipamentos no local dos serviços, inclusive dos barracões e instalações.

17.29. Todos os acessos necessários para permitir à chegada dos equipamentos e materiais no local de execução dos serviços deverão ser previstos, avaliando-se todas as suas dificuldades, pois os custos decorrentes de qualquer serviço para melhoria destes acessos correrão por conta da CONTRATADA.

17.30. A CONTRATADA deverá manter um Preposto, aceito pela Codevasf, no local do serviço, para representá-la na execução do objeto contratado.

17.31. A CONTRATADA deverá comunicar à Fiscalização toda a mobilização de pessoal e equipamentos, quando da chegada ao local dos serviços, a qual deverá ser devidamente anotada no Diário de Obras, para acompanhamento e controle da Codevasf.



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

17.32. O cronograma de implantação deverá ser atualizado antes do início efetivo dos serviços comuns de engenharia, em função do planejamento previsto pela CONTRATADA e dos fornecimentos de responsabilidade da Codevasf, e atualizado/revisado periodicamente conforme solicitação da fiscalização.

17.33. Durante a execução dos serviços, caberá à CONTRATADA instalar e manter no local dos serviços 01 (uma) placa de identificação dos serviços comuns de engenharia e 01 (uma) segunda placa em local a ser determinado pela Codevasf, com as seguintes informações: nome da empresa (contratada), RT pelos serviços com a respectiva ART, nº do Contrato e contratante (Codevasf), conforme Lei nº 5.194/1966 e Resolução CONFEA nº 198/1971.

17.34. A placa de identificação dos serviços deve ser no padrão definido pela Codevasf e em local por ela indicado, cujo modelo encontra-se na publicação Instruções para a Preparação de Placas de Obras Públicas, anexas aos TR, independente das exigidas pelos órgãos de fiscalização de classe – Anexo IV

17.35. Obter junto à Prefeitura Municipal correspondente o alvará de construção e, se necessário, o alvará de demolição, na forma das disposições em vigor.

17.36. Manter no local dos serviços comuns de engenharia um Diário de Ocorrências, no qual serão feitas anotações diárias referentes ao andamento dos serviços, qualidade dos materiais, mão-de obra, etc., como também, reclamações, advertências e principalmente problemas de ordem técnica que requeiram solução por uma das partes. Este diário, devidamente rubricado pela Fiscalização e pela CONTRATADA em todas as vias, ficará em poder da Contratante após a conclusão dos serviços comuns de engenharia.

17.37. Obedecer às normas de higiene e prevenção de acidentes, a fim de garantia a salubridade e a segurança nos acampamentos e nos canteiros de serviços.

17.38. Responder financeiramente, sem prejuízo de medidas outras que possam ser adotadas por quaisquer danos causados à União, Estado, Município ou terceiros, em razão da execução dos serviços comuns de engenharia.

17.39. Fazer com que os componentes da equipe de mão-de-obra operacional (operários) exerçam as suas atividades, devidamente uniformizados, em padrão único (farda) e fazendo uso dos equipamentos de segurança requeridos para as atividades desenvolvidas, em observância à legislação pertinente.

17.40. Manter no local dos serviços comuns de engenharia uma pasta com todos os documentos previstos e necessários para execução do objeto (ARTs, anuências ambientais, projeto básico, alvarás, etc).

17.41. O PROJETO EXECUTIVO será obrigação da CONTRATADA. Este não será remunerado mediante item específico na planilha orçamentária. O PROJETO BÁSICO consta neste processo licitatório.

18. OBRIGAÇÕES DA CODEVASF

18.1. Exigir da CONTRATADA o cumprimento integral deste Contrato.

18.2. Esclarecer as dúvidas que lhe sejam apresentadas pela CONTRATADA, através de correspondências protocoladas.

18.3. Fiscalizar e acompanhar a execução do objeto do contrato.

18.4. Expedir por escrito, as determinações e comunicações dirigidas a CONTRATADA, determinando as providências necessárias à correção das falhas observadas.



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

- 18.5. Rejeitar todo e qualquer serviço inadequado, incompleto ou não especificado e estipular prazo para sua retificação.
- 18.6. Emitir parecer para liberação das faturas, e receber os serviços contratados.
- 18.7. Efetuar o pagamento no prazo previsto no contrato.

19. CONDIÇÕES GERAIS

19.1. O resultado do fornecimento e execução dos serviços comuns de engenharia objeto do certame licitatório, incluindo os desenhos originais, as memórias de cálculo, as informações obtidas e os métodos desenvolvidos no contexto do que será executado, serão de propriedade da Codevasf, e seu uso por terceiros só se realizará por expressa autorização desta.

19.2. Este Termo de Referência e seus anexos farão parte integrante do contrato a ser firmado com a CONTRATADA, independente de transições.

19.3. Estará a cargo da CONTRATADA obter, às próprias expensas, todas as licenças, certidões e autorizações que lhe serão exigidas para a sua atividade, devendo submeter-se a todas as leis, regulamentos ou determinações Federal, Estadual e Municipal, como também atendimento às condicionantes ambientais necessárias relativas à execução dos serviços.

20. ANEXOS

São ainda, documentos integrantes deste Termo de Referência, CD-ROM contendo:

- Anexo I: Justificativas;
- Anexo II: Modelo de Declaração de Conhecimento do Local de Execução dos Serviços;
- Anexo III: Detalhamento dos Encargos Sociais e do BDI;
 - Detalhamento dos Encargos Sociais (PO-XIV) – Horista e Mensalista;
 - Detalhamento do BDI – (PO-XV);
- Anexo IV: Desenhos e memoriais;
- Anexo V: Placa de Identificação dos Serviços;
- Anexo VI: Planilha de Custos do Valor do Orçamento de Referência (Planilha Detalhada);
- Anexo VII: Memorial e Especificações Técnicas do Projeto Básico;
- Anexo VIII: Matriz de Risco.
- Anexo IX: Termo de Observância.
- Anexo X: Código de Conduta Ética e Integridade da Codevasf



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

Anexo I: Justificativas

Finalidade: este anexo tem por finalidade incluir exigências e particularidades em função da especificidade do serviço de engenharia, previstas no Termo de Referência e que aqui após relacionadas passam a integrar o TR.

Justificativas:

Da necessidade da contratação:

Mesmo possuindo uma das maiores disponibilidades de água doce do mundo em seu território, o Brasil também apresenta uma extensa região caracterizada por déficits hídricos e secas recorrentes. Nessa região, conhecida como Semiárido Brasileiro, há, segundo autores diversos, relatos de graves secas desde o ano de 1583, quando Fernão Cardim registrou a estiagem que assolava a Bahia, reduzindo a produção dos engenhos de açúcar e forçando muitos indígenas a se abrigarem no litoral. Em documentos oficiais, os primeiros registros de ocorrência de grandes estiagens, datam de 1729, ocasião em que muitos escravos morreram de fome e os engenhos paralisaram suas atividades. Apesar de todos estes registros, o fenômeno da seca só ganhou notoriedade no Brasil com o grande flagelo dos anos 1877-1879, quando pereceram cerca de 500 mil nordestinos. Outras grandes secas ocorreram em 1915, 1932, 1969-1970 e, mais recentemente, na severa estiagem ocorrida entre 1979 e 1983, que, segundo estimativas, provocou mais de 100 mil mortes e deixou milhões de flagelados. O Governo Federal e os Estados abrangidos pelo semiárido vêm, há várias décadas, desenvolvendo políticas, projetos e ações focadas na mitigação das secas e no desenvolvimento das populações afetadas. Muito se investiu na construção de açudes e barragens, na formação de frentes de trabalho, na distribuição de água por caminhões pipa, na distribuição de cestas básicas e na implantação de grandes projetos de irrigação.

Entretanto, verifica-se que os esforços e investimentos realizados ainda não foram capazes de solucionar o problema; a população dessa região, ainda passa por terríveis dificuldades causadas pelas secas periódicas, que, sabe-se, continuarão a ocorrer.

Outro elemento que pode ser usado neste processo de minoração dos efeitos da estiagem é a construção de poços artesianos. Os custos para a construção de barragens, rede de recalques e distribuição de água, por exemplo, são significativos, necessitam de um razoável espaço de tempo para serem implantadas e, via de regra, provocam grande impacto ambiental. Os serviços de perfuração de poços têm custo extremamente baixo, sua implantação necessita de curto período de tempo, comparado às outras formas de captação de água, além de provocarem pequenos impactos ao meio ambiente.

Segundo especialistas, o abastecimento de água realizado mediante a perfuração de poços é mais vantajoso que as demais formas de abastecimento, sendo extremamente recomendada para pequenas comunidades e vilarejos situados distantes da calha de rios permanentes.

As grandes vantagens do uso das águas subterrâneas são:

- a) Qualidade: a composição química dessas águas é o resultado da composição original da água que infiltra, com a evolução físico-química influenciada pelas rochas atravessadas e pelo tempo de permanência no aquífero. Por ocorrerem no subsolo, essas águas são naturalmente protegidas, mas não isentas de poluição e de contaminação;
- b) Quantidade: os volumes disponíveis como reservas podem ser muito grandes;
- c) Usos: atendem a todos os padrões de usos para o abastecimento humano, serviços, indústria, agricultura e lazer;
- d) Custos: permitem a implantação de um sistema gradual ou em módulos de aproveitamento, não têm custo de armazenamento primário e, na maioria dos casos, tratamento, assim como não há necessidade de desapropriação de grandes áreas como ocorre com um reservatório de superfície.



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

e) Vida útil: um poço, por ser um serviço de engenharia, se construído segundo as normas da Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), tem uma vida média de 20 anos;

f) Meio ambiente: os impactos ambientais negativos gerados pelo seu aproveitamento são de baixa magnitude.

Participação de Consórcios/Cooperativas: Não será permitida a participação de pessoas jurídicas organizadas sob a forma de Consórcio de empresas, considerando que o objeto não envolve diversas especialidades que exigem empresas de ramos distintos, como também não se trata de metodologia de execução de alta complexidade. Não será permitida também a participação de Cooperativas, uma vez que não se enquadra o objeto da licitação de contrato de mão-de-obra para execução sob a forma de cooperados, não havendo a necessidade de permissão de participação de empresas na forma de cooperativa, conforme estabelece a IN 05/2017.

Subcontratação: Não será permitida a subcontratação parcial ou total dos serviços objeto deste TR, visto que se trata de serviços comuns de engenharia e que o objeto não envolve diversas especialidades que exigem empresas de ramos distintos, como também não se trata de metodologia de execução de alta complexidade.

Regime de execução - Empreitada por Preços Unitários: preço certo de unidades determinadas. O pagamento será por medições das unidades efetivamente executadas.

Este regime de execução é o mais apropriado para o objeto da licitação, pois será pago somente os serviços efetivamente executados, mediante medições mensais, dos preços unitários propostos pela CONTRATADA, além disso, esse objeto não comporta utilização de metodologia ou técnica de engenharia diversa, razão pela qual resta evidenciar que o regime de execução a ser utilizado é empreitada por preço unitário. Apesar da lei das estatais informar que a contratação semi-integrada é preferência para obras e serviços comuns de engenharia, admite-se, desde que justificada, a adoção de outro regime de execução, razão pela qual entendo que é mais adequado a utilização por preço unitário.

Declaração de compatibilidade com o Plano Plurianual:

Os serviços a serem contratados serão executados no prazo NÃO superior a um ano, conforme consta do Termo de Referência e a previsão de recursos orçamentários é compatível, conforme previsto no Plano Plurianual.

Registra-se ainda que para o caso do Sistema de Registro de Preços, o Art. 7º do Decreto nº. 7.892, de 23.01.13, não é necessário indicar a dotação orçamentária que somente será exigida para a formalização do Contrato.

Art. 7º - A licitação para registro de preços será realizada na modalidade de concorrência, do tipo maior desconto, nos termos da Lei nº 8.666, de 1993, ou na modalidade de pregão, nos termos da Lei nº 10.520, de 2002, e será precedida de ampla pesquisa de mercado.

§ 2º - Na licitação para registro de preços não é necessário indicar a dotação orçamentária, que somente será exigida para a formalização do contrato ou outro instrumento hábil.

Desapropriação: Não aplicável, tendo em vista que não será necessária a desapropriação de imóveis particulares, assim sendo desnecessária a elaboração do Projeto de Desapropriação.

Critério de Julgamento: Maior Desconto, de acordo com o Art.54 da Lei n.º 13.303/2016.

Modo de Disputa: Aberto.

Orçamento: Público.

Do ponto de vista prático as empresas tem dificuldades de fazer orçamentação, razão pela qual é necessário divulgar o orçamento para que a licitação consiga ser realizada, além disso, observando o



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

princípio da publicidade. Conforme Acórdão nº 1502/2018 – Plenário TCU: “Nas licitações realizadas pelas empresas estatais, sempre que o orçamento de referência for utilizado como critério de aceitabilidade das propostas, sua divulgação no edital é obrigatória, e não facultativa, em observância ao princípio constitucional da publicidade e, ainda, por não haver no art. 34 da Lei nº 13.303/2016 (Lei das Estatais) proibição absoluta à revelação do orçamento.”

Diferença Mínima entre os Lances: Conforme Art. 31, § único do Decreto 10.024/2019 o intervalo mínimo da diferença de valores entre os lances, que incidirá tanto em relação aos lances intermediários quanto em relação ao lance que cobrir a melhor oferta, deverá ser de 0,01 %, respectivamente para os itens 1,2 e 3, devido a estes valores representarem-se confortáveis para as empresas reduzirem seus lances em relação ao último lance ofertado.

Divulgação do valor orçado: Será divulgado o valor orçado para servir como base, tendo em vista que o critério de julgamento é de maior desconto.

Garantia do Objeto: A garantia do objeto deverá obedecer ao prazo definido no Art. 618 do Código Civil, Lei nº 10.406 de 10 de janeiro de 2002. O empreiteiro responderá durante cinco anos, pela solidez e segurança do trabalho.

Aprovação do Projeto Básico/Termo de Referência e Planilhas Orçamentárias (Custo): Aprovo o projeto básico presente nesse Termo de Referência. Aprovo também os custos apresentados nas Planilhas Orçamentárias (Anexo VI), sendo condizentes com os de mercado e referenciados nas planilhas oficiais de custo, conforme Decreto nº 7.983 de 08.04.2013.

Qualificação Técnica: As exigências técnicas são imprescindíveis para que a vencedora do certame em questão tenha total capacidade técnica de executar os serviços comuns de engenharia com a segurança e a qualidade esperada para o empreendimento.

Licença Ambiental: Deverá ser solicitada Anuência Ambiental (Licença Ambiental ou Dispensa de Licenciamento) junto ao município ao qual serão executados os serviços comuns de engenharia objeto desse TR, por meio do órgão responsável pela emissão da mesma. A Ordem de Serviço somente será emitida após a obtenção da citada Anuência Ambiental.

Regularização Fundiária: Deverá ser informado em que situação se encontra e a responsabilidade da regularização fundiária em especial nos casos de perfuração de poços.

Justificativa Serviços Comuns para realização Pregão Eletrônico e aplicabilidade mediante Sistema de Registro de Preços - SRP:

Os serviços de poços tubulares em áreas localizadas em diversos municípios do Estado da Bahia, inseridos na área de atuação da 6ª Superintendência Regional, são serviços comuns de engenharia que podem ser caracterizados tecnicamente como serviços comuns, por tratar-se de uma atividade das mais simples, que pode ser objetivamente definida conforme especificações usuais de mercado, o que possui natureza padronizável e pouco complexa, visto que é executada de forma rotineira no estado, sendo indiferente o município a ser beneficiado. A técnica envolvida na execução dos serviços objeto desta licitação é conhecida no mercado, possibilitando, por isso, sua descrição de forma objetiva de execução conforme consta das especificações técnicas.

Vale salientar que existem poços os mais variados fins, seja para estudos geológicos, captação de água subterrânea, extração de gás/petróleo, de monitoramento, entre outros, realizados com as mais variadas tecnologias para perfuração, seja manual ou com equipamentos mecanizados. Poços que integram um sistema de abastecimento de água completo possuem uma estrutura composta de várias unidades, ou seja, captação, estação elevatória, adutora, estação de tratamento, reservatórios (enterrado/elevado) e redes de distribuição, ficando evidente que neste caso sua construção integra uma obra completa. Os poços objeto desta licitação, como relatado ao parágrafo anterior, são os

**Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR**
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

poços de baixa complexidade, padronizados, não atingem grandes profundidades, que além dos serviços de perfuração são fornecidos e instalados bombeamentos simples através de cata-vento / bomba submersa / injetora, fornecimento e instalação de um reservatório de polietileno apoiado em base de alvenaria e um bebedouro também em alvenaria para os animais.

Ademais, é oportuno citar o Acórdão TCU nº. 3.419/2013-Plenário, Rel. Min. José Múcio Monteiro, DOU de 12.12.2013, o qual, dentre outras situações, julgava também a adequação do objeto ao regime de contratação. Nos itens 11 e 12 do Voto, o Relator diz: 11. *“Ocorre que, como assinalado pela unidade técnica, o objeto da licitação não se caracteriza exclusivamente como execução de obras, embora seja admitida a realização de reforma de agências, sem ampliações. A maior demandaprevista é de serviços de readequação de ambientes, sendo que as obras, quando necessárias, são apenas de natureza pontual e complementar. 12. Como, no concreto, os serviços de reforma previstos, além de materialmente pouco relevantes, estão decompostos em atividades mais simples, típicas de intervenção isoladas, que podem ser objetivamente definidas, conforme especificações usuais no mercado, e possuem natureza padronizável e pouco complexa, entendendo não haver óbice ao emprego do sistema de registro de preços na sua contratação”*.

A utilização do Sistema de Registro de Preços – SRP é aplicável ao objeto desta licitação considerando a imprevisibilidade do quantitativo e/ou do momento em que essas contratações se farão necessárias, e levando em consideração também da imprevisibilidade da disponibilidade de recursos orçamentários diante das necessidades frequentes da contratação desses serviços. Note-se que, dentre outros aspectos, e da necessidade frequente, bem como a inviabilidade de préviadefinição da respectiva periodicidade e quantitativos inerentes a cada contratação, o que se presta ainda a justificar a constituição de SRP, em compatibilidade com o disposto no art. 3º, especialmente Incisos I e IV do Decreto nº. 7892/2013.

Não divulgar Intenção de Registro de Preço – IRP – considerando a necessidade de conclusão célere do procedimento licitatório perante a perspectiva de liberação orçamentária nos últimos meses do exercício uma vez que qualquer atraso poderá comprometer as contratações, trazendo prejuízos ao interesse público; considerando ainda a possibilidade jurídica de dispensa da divulgação da Intenção de Registro de Preços, conforme § 1º, do Art. 4º, do Decreto 7.892/2013, Acórdão 2618/2018-Plenário TCU e Art. 20 do Regulamento Interno de Licitações e Contratos da Codevasf, solicitamos a não divulgação da Intenção de Registro de Preços.

Adesões à Ata de Registro de Preços:

Sim - A área técnica não vê empecilho em prever no edital a autorização de adesões para qualquer órgão ou entidade da administração pública federal que não participe do certame licitatório, considerando os seguintes argumentos:

Ao participar do SRP, o licitante sabendo que outros órgãos podem solicitar adesões, ele pode ofertar um desconto maior, sendo vantajoso para o órgão gerenciador, já que o licitante poderá ofertar um quantitativo superior ao que está sendo licitado pelo órgão gerenciador, aumentando assim o seu faturamento;

A autorização de adesões é vantajosa para o órgão gerenciador da ata porque atrai inúmeras empresas, aumentando assim a competitividade, e conseqüentemente a redução dos preços unitários, já que os licitantes podem executar os serviços para diversos órgãos;



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

Da admissão de Órgão Participante:

Não – Considerando que o setor industrial nacional e mundial vêm enfrentando graves consequências impostas pela Pandemia da COVID-19 nos processos de fabricação de equipamentos, ocasionando reflexos significativamente negativos e diretos principalmente quanto ao adequado cumprimento das obrigações contratuais pelo setor comercial, como por exemplo: o atraso significativo nos fornecimentos, e até o não fornecimento dos referidos tipos de bens, bem como, atrasos na execução de Ordens de Serviços de diversos contratos. Atualmente, a Codevasf também está sofrendo duramente esses efeitos indesejáveis junto às empresas vencedoras dos certames. Dessa forma, não será permitida a inclusão de Órgão Participante nesse certame.

Quantitativos Mínimos da Qualificação Técnica:

As exigências técnicas são indispensáveis para que a vencedora do certame garanta a capacidade técnica de executar os serviços de engenharia com a segurança e a qualidade esperada para o empreendimento. Assim, foi solicitado a comprovação de que a licitante comprove a execução das quantidades mínimas dos serviços elencados no item 8.1, alínea "c" do TR no percentual de 40 % (quarenta por cento) para os itens 1 a 4, por atender as parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto a ser contratado, não restringindo o caráter competitivo da licitação, em consonância as recomendações do TCU, Súmula 263 e Acórdão 2924/2019 Plenário - Relator: Ministro Benjamin Zymler.

Percentual máximo para qualificação econômica financeira:

Após o cálculo dos índices previstos no art. 22 da IN 03/2018, caso o resultado dos índices da CONTRATADA sejam MENOR ou IGUAL a 1 (um), conforme o disposto no art. 24 da IN 03/2018, a CONTRATADA deverá comprovar patrimônio líquido de 10% (dez por cento) do valor estimado da contratação. Esta comprovação, para fins de qualificação econômica financeira, justifica-se devido ao risco da contratação.

Garantia de Execução:

Como garantia para a completa execução das obrigações contratuais e da liquidação das multas convencionais, fica estipulada uma "Garantia de Execução" no montante de 5% (cinco por cento) do valor atualizado do contrato, que deverá ser apresentada no prazo máximo de dez dias úteis contados da data do recebimento da via do contrato assinada, mediante apresentação de comprovante de prestação de garantia, em espécie, Seguro Garantia emitida por seguradora autorizada pela SUSEP ou Fiança Bancária, a critério da contratada. Demais informações serão apresentadas no Edital e Contrato.

Projeto executivo:

O PROJETO EXECUTIVO é obrigação da CONTRATADA. Concomitante à perfuração e/ou instalação dos poços, a empresa irá fornecer todos os dados característicos da construção dos poços.

Justificativa para adoção de licitação por grupo único:

Não foi realizado o parcelamento do objeto, devido às seguintes justificativas:

1) Controle e acompanhamento da qualidade da execução dos serviços comuns de engenharia, pois é tecnicamente MAIS viável acompanhar a execução das frentes de serviço ligados à mesma contratada que gerir vários contratos com diversas empresas contratadas, o que demonstra que o agrupamento contribui para controle e melhor qualidade do acompanhamento de execução dos serviços comuns de engenharia.

2) Maior economia de escala: o parcelamento do objeto da licitação provoca perda de economia de escala, pois um maior volume licitado traz consigo a possibilidade de um desconto melhor ser ofertado pelas empresas licitantes, o que favorece a economicidade e a busca do melhor preço para a Administração Pública.



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

Anexo II: Modelo de Declaração de Conhecimento do Local de Execução dos Serviços

MODELO DE DECLARAÇÃO DE CONHECIMENTO DO LOCAL DE EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS

O Licitante (NOME DA EMPRESA), inscrito no CNPJ/MF nº (CNPJ DA EMPRESA), por seu representante legal (ou responsável técnico) abaixo assinado, declara, sob as penalidades da lei, de que conhece o local onde serão executadas os serviços comuns de engenharia, se inteirou dos dados indispensáveis à apresentação da proposta, e que os preços a serem propostos cobrirão quaisquer despesas que incidam ou venham a incidir sobre a execução dos serviços, tendo obtido todas as informações necessárias para a elaboração da proposta e execução do contrato.

Cidade, ____ / ____ /202__

Assinatura do representante legal

Nome: _____

Função: _____



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

Anexo III: Detalhamento dos Encargos Sociais e do BDI

**PO-XIV – Detalhamento dos Encargos Sociais – Horista e Mensalista – Não Desonerado
(preenchido)**

DISCRIMINAÇÃO		HORISTA	MENSALISTA
		%	%
A	ENCARGOS SOCIAIS BÁSICOS		
A1	INSS	20,00	20,00
A2	SESI	1,50	1,50
A3	SENAI	1,00	1,00
A4	INCRA	0,20	0,20
A5	SEBRAE	0,60	0,60
A6	Salário Educação	2,50	2,50
A7	Seguro Contra Acidente de Trabalho	3,00	3,00
A8	FGTS	8,00	8,00
A9	SECONCI	0,00	0,00
SUBTOTAL DE "A":		36,80	36,80
B	ENCARGOS SOCIAIS QUE RECEBEM INCIDÊNCIA DE "A"		
B1	Repouso Semanal Remunerado	17,97	Não incide
B2	Feriados	3,97	Não incide
B3	Auxílio-Enfermidade	0,88	0,67
B4	13º Salário	10,90	8,33
B5	Licença Paternidade	0,07	0,06
B6	Faltas Justificadas	0,73	0,56
B7	Dias de Chuva	2,03	Não incide
B8	Auxílio Acidente de Trabalho	0,11	0,08
B9	Férias Gozadas	9,21	7,04
B10	Salário Maternidade	0,03	0,03
SUBTOTAL DE "B":		45,90	16,77
C	ENCARGOS SOCIAIS QUE NÃO RECEBEM INCIDÊNCIA DE "A"		
C1	Aviso Prévio Indenizado	5,40	4,13
C2	Aviso Prévio Trabalhado	0,13	0,10
C3	Férias Indenizadas	4,25	3,25
C4	Depósito Rescisão Sem Justa Causa	3,72	2,85
C5	Indenização Adicional	0,45	0,35
SUBTOTAL DE "C":		13,95	10,68
D	REINCIDÊNCIAS DE UM GRUPO SOBRE O OUTRO		
D1	Reincidência de "A" sobre "B"	16,89	6,17
D2	Reincidência de Grupo A sobre Aviso Prévio Trabalhado e Reincidência do FGTS sobre Aviso Prévio Indenizado	0,48	0,37
SUBTOTAL DE "D":		17,37	6,54
TOTAIS DE ENCARGOS SOCIAIS:		114,02	70,79



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

PO-XIV - Detalhamento dos Encargos Sociais – Horista e Mensalista (em branco)

NOME DA CONCORRENTE:		
OBJETO:	EDITAL _____/2020	FOLHA _____/____

DISCRIMINAÇÃO		HORISTA	MENSALISTA
		%	%
A	ENCARGOS SOCIAIS BASICOS		
SUBTOTAL DE "A":			
B	ENCARGOS SOCIAIS QUE RECEBEM INCIDÊNCIA DE "A"		
SUBTOTAL DE "B":			
C	ENCARGOS SOCIAIS QUE NÃO RECEBEM INCIDÊNCIA DE "A"		
SUBTOTAL DE "C":			
D	REINCIDÊNCIAS DE UM GRUPO SOBRE O OUTRO		
SUBTOTAL DE "D":			
TOTAIS DE ENCARGOS SOCIAIS:			



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

PO-XV – Detalhamento do BDI – Não Desonerado

NOME DA CONCORRENTE:		
OBJETO:	EDITAL _____/2020	FOLHA _____/____

Item	Descrição	% PV	% CD
1	ADMINISTRAÇÃO CENTRAL (AC)		5,00%
2	IMPOSTOS E TAXAS (I)	8,65%	
2.1	ISS	5,00%	
2.1	PIS	0,65%	
2.3	Cofins	3,00%	
2.4	CPRB (Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta)	0,00%	
3	Taxa de Risco (R)		1,40%
4	Seguro (S) + Garantias (G)		0,50%
4	DESPESAS FINANCEIRAS (DF)		1,00%
5	LUCRO (L)		8,00%
BDI* (%)=			27,65%

Acórdão nº 2622/2013 - TCU /Plenário

$BDI\ (%) = (((1+(AC+R+S+G)) \times (1+DF)) \times (1+L) / (1-I)) - 1) \times 100$

ISS municipal: 100% de 5,00% (maior valor do ISS dos municípios)

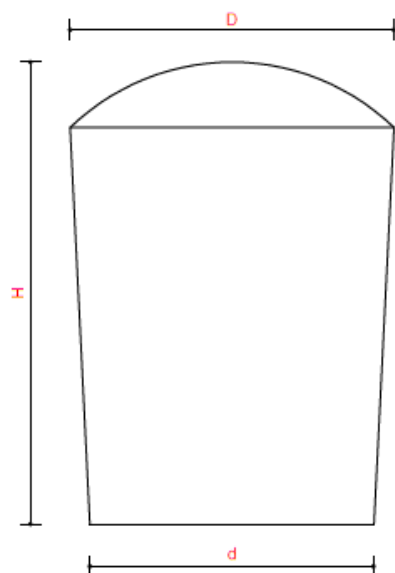
Obs: Utilizar ISS real do município: Lei complementar nº 029/2004



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

Anexo IV: Desenhos e memoriais
(Gravado em Arquivo Separado)

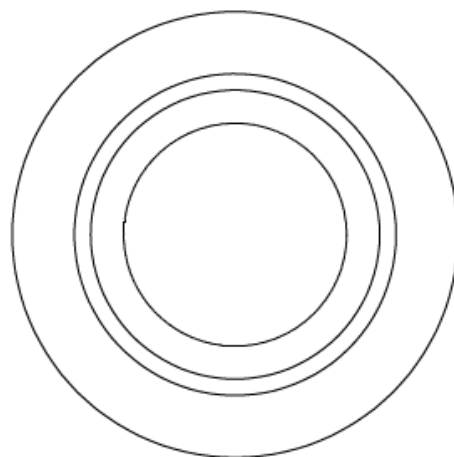
BASE PARA CAIXA D'ÁGUA



DETALHE - CUBA

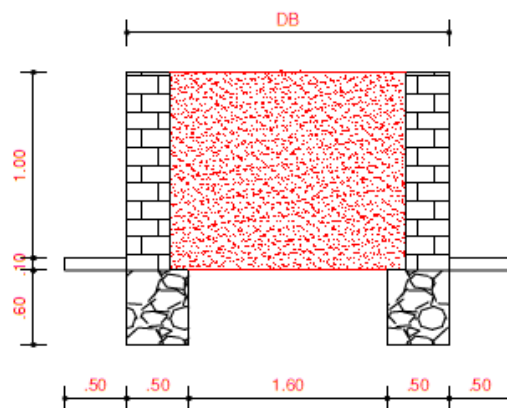
DIMENSÕES DA BASE DE ALVENARIA

Elementos	und.	Capacidade(m³)	
		5	10
d	m	1,90	2,10
D	m	2,10	2,41
h	m	1,60	2,50
Db	m	1,60	2,60



RAD - RESERVATÓRIO APÓIADO DE DISTRIBUIÇÃO
BASE EM ALVENARIA

VISTA SUPERIOR
CAPACIDADE DE 5 E 10 m³



RAD - RESERVATÓRIO APÓIADO DE
DISTRIBUIÇÃO

**Ministério do
Desenvolvimento Regional**



CIA. DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA

6ªSR-GRD/UEP

EMPREEND. OU PROG.

IMPLANTAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS MUNICÍPIOS DA ÁREA DE JURISDIÇÃO DE 6ªSR CODEVASF - BA

DESENHO
BASE DO RESERVATÓRIO

PROJ. RODRIGO VIEIRA

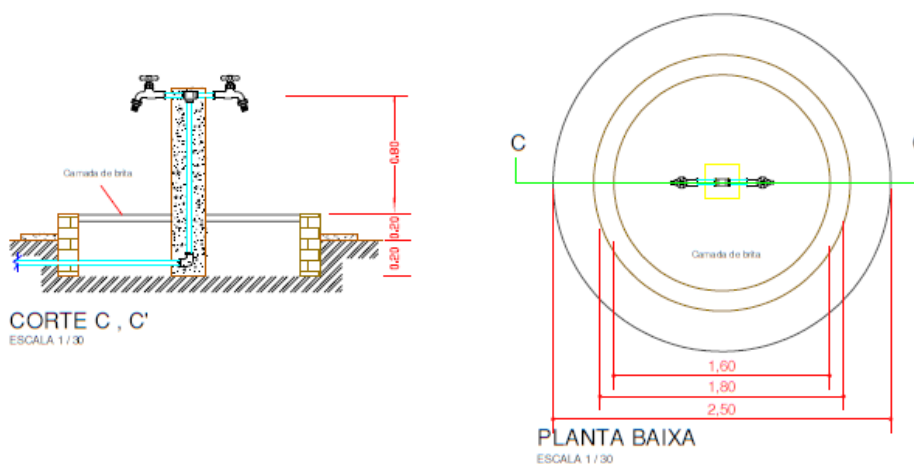
DES. CAD. CLEITON SILVA

ESCALA
S/ ESC.

DATA
outubro/2020

REV. 00

FOLHA 01 de 03

CODEVASF 6 ^ASR-GRD/UEP

EMPREND. OU PROG.

IMPLANTAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS MUNICÍPIOS DA ÁREA DE JURISDIÇÃO DE 6ª SR CODEVASF - BA

DESIGNO BEREDOURO E CHAFARIZ

PROJ.	RODRIGO VIEIRA
-------	----------------

DES. CAD CLEITON SILVA

ESCALA	S/ ESC.
--------	---------

DATA	outubro/2020
------	--------------

	REV.
--	------

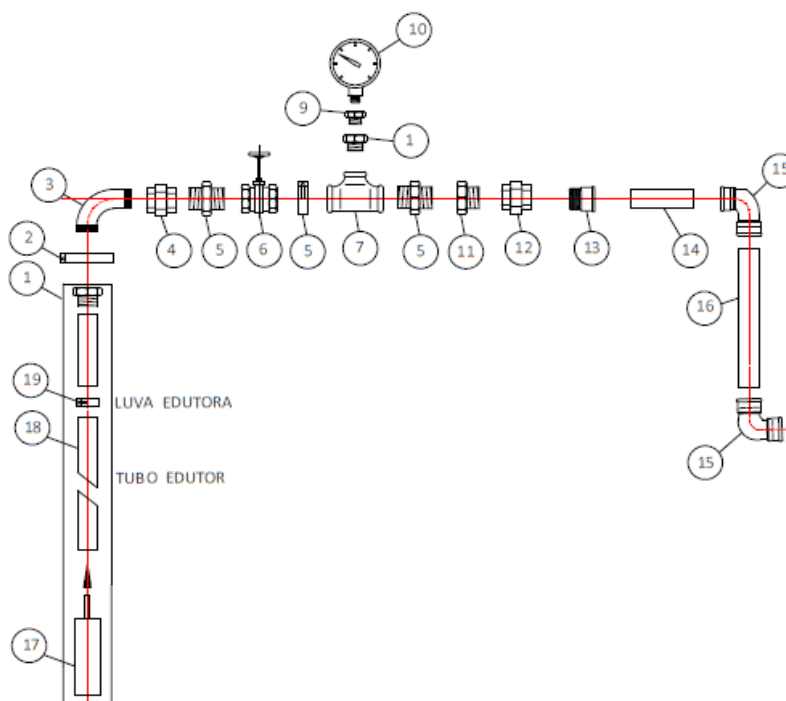
FOLHA 0 de 0



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

BOMBA SUBMERSA - SUCÇÃO



Item	Descrição	Quant.
1	LUVA REDUÇÃO FERRO GALV ROSCA 1.1/2" x 1.1/4"	1
2	ABRAÇADEIRA PARA POÇO 4"	1
3	CURVA FERRO GALVANIZADO 90G ROSCA MACHO REF. 1.1/4"	1
4	UNIÃO FERRO GALV ROSCA 1.1/4"	1
5	NIPEL FERRO GALV ROSCA 1.1/4"	3
6	REGISTRO GAVETA 1.1/4" BRUTO LATAO REF. 1502-B	1
7	TE REDUÇÃO FERRO GALV 90G ROSCA 1.1/4" x 3/4"	1
8	BUCHA REDUÇÃO FERRO GALV ROSCA REF. 3/4" x 1/2"	1
9	BUCHA REDUÇÃO FERRO GALV ROSCA REF. 1/2" x 1/4"	1
10	MANOMETRO 0 A 200PSI (0 a 14 kg/cm²) D=50 mm - CONEXÃO 1/4" BSP, glicerina.	1
11	BUCHA REDUÇÃO FERRO GALV ROSCA REF. 1.1/2" x 1.1/4"	1
12	UNIÃO FERRO GALV ROSCA 1.1/2"	1
13	Adaptador PVC IRRIGA LF BS x RM Longo, 50 x 1.1/2".	1
14	Toco de TUBO PVC IRRIGA LF PN 40 50 mm x 0,5 m.	1
15	Curva PVC IRRIGA LF PTA/BSA Soldável 45º 50 mm.	2
16	Toco de TUBO PVC IRRIGA LF PN 40 50 mm x 1,5 m.	1
17	Bomba Submersa Multistágio (34 estágios), 3500 RPM com Vazão de 1,5 m³/h, 2 CV, monofásica, 220 V, AMT = 85 mca, Ø Descarga = 1.1/2", ø Rotor = 75,4 mm.	1
18	TUBO EDUTOR 40 mm x 4 m, rosca 1.1/2" PVC ROSCAVEL EB-892 P/ AGUA FRIA PREDIAL 1.1/4" (6 m)	16
19	Luva Edutora com Anel 40 mm	16

**Ministério do
Desenvolvimento Regional**

CODEVASF

CIA. DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA

6ª SR-GRD/UEP

EMPRESA, OU PROJ.

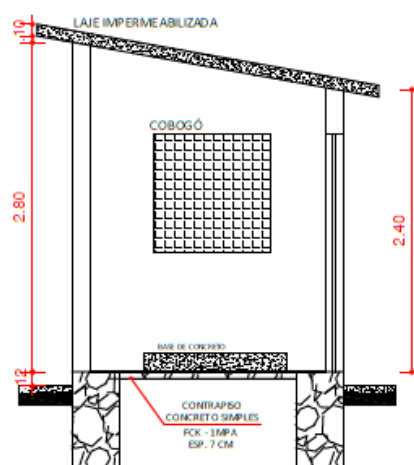
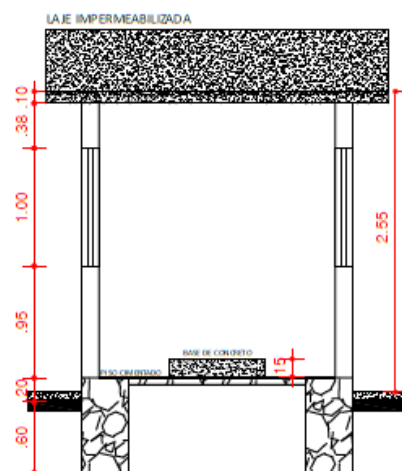
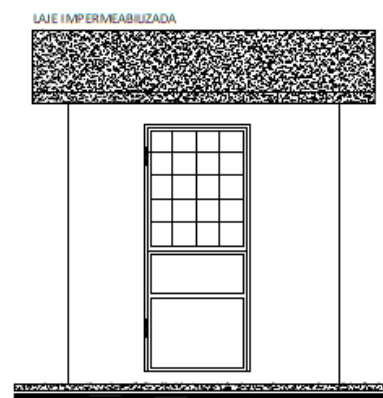
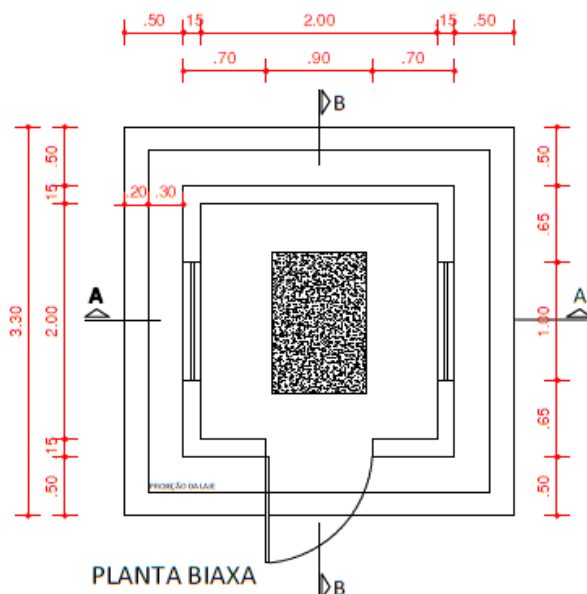
IMPLANTAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS MUNICÍPIOS DA ÁREA DE JURISDIÇÃO DE 6ª SR CODEVASF - BA

DESENHO
BOMBA SUBMERSA - LIGAÇÃO DE SUCÇÃO
ESCALA
S/ ESC.

PROJ.
RODRIGO VIEIRA
DATA
outubro/2020

DES. CAD
CLEITON SILVA
REV.
00
FOLHA 01 de 01

CASA DE ABRIGO DA BOMBA INJETORA



**Ministério do
Desenvolvimento Regional**



CIA. DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA

6ªSR-GRD/UEP

EMPREEND. OU PROJ.

IMPLANTAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS MUNICÍPIOS DA ÁREA DE JURISDIÇÃO DE 6ªSR CODEVASF - BA

DESENHO
CASA DE ABRIGO PARA BOMBA INJETORA

PROJ. RODRIGO VIEIRA

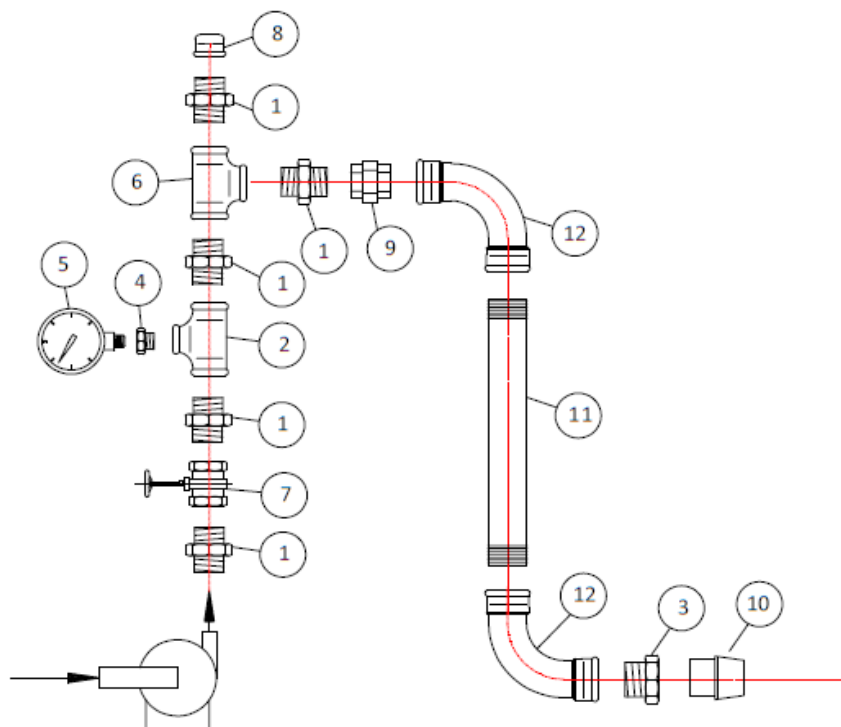
DES. CAD. CLEITON SILVA

ESCALA
S/ ESC.

DATA
outubro/2020

REV. 00

FOLHA 01 de 01

**Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR**
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional**BOMBA INJETORA**

Item	Descrição	Qtd.
1	Niple duplo Galv. 1"	4
2	TÊ 45° Galv. 1"x 1/2"	1
3	Bucha de Red. Galv. 1 1/2"x 1"	1
4	Bucha de Red. Galv. 1/2" x 1/4"	1
5	Manômetro glicerina 0 - 10 Kg/cm ²	1
6	TÊ Galv. 90G 1"	1
7	Registro Gaveta 2" Bruto Latão ref.1502-B	1
8	Tampão Galv. 1"	1
9	União Ferro Galv. rosca 1"	1
10	Tubo Aço Galv. c/costura NBR5580 classe leve DN 25 mm 1"	1
11	Tubo PVC PBA 50 mm / DE 60 mm CL 12 c/anéis	1
12	Curva de ferro Galvanizado 90 G rosca fema REF. 1"	1

**Ministério do
Desenvolvimento Regional**

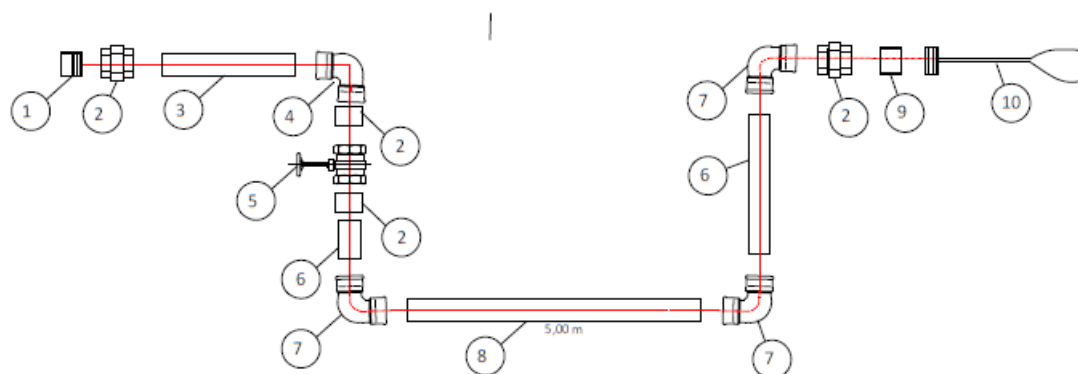
CIA. DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA

6ªSR-GRD/UEP

EMPREEND. OU PROJ.

IMPLANTAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS MUNICÍPIOS DA ÁREA DE JURISDIÇÃO DE 6ªSR CODEVASF - BA

DESENHO
BOMBA INJETORA - LIGAÇÃO DE PRESSÃOPROJ.
RODRIGO VIEIRADES. CAD
CLEITON SILVAESCALA
S/ ESC.DATA
outubro/2020REV.
00FOLHA
02 de 02

**Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR**
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional**INSTALAÇÃO DO BEBEDOURO**

Item	Descrição	Quant.
1	ADAPTADOR PVC ROSCAVEL C/ FLANGES E ANEL DE VEDACAO P/ CAIXA D' AGUA 1"	1
2	ADAPTADOR PVC SOLDAVEL CURTO C/ BOLSA E ROSCA P/ REGISTRO 32 mm x 1"	4
3	Toco de Tubo PVC AGROPECUÁRIO PN 60 32 mm x 0,3 m	1
4	TE PVC SOLD 90G P/ AGUA FRIA PREDIAL 32 mm	1
5	REGISTRO PVC ESFERA VS ROSCAVEL DN 1"	1
6	Toco de Tubo PVC AGROPECUÁRIO PN 60 32 mm x 0,5 m	2
7	CURVA PVC SOLD 90G P/ AGUA FRIA PREDIAL 32 mm	3
8	Toco de Tubo PVC AGROPECUÁRIO PN 60 32 mm x 5 m	2
9	UNIAO PVC C/ROSCA P/AGUA FRIA PREDIAL 1"	1
10	TORNEIRA DE BOIA REAL 1" C/ BALAO PLASTICO	1

**Ministério do
Desenvolvimento Regional**

CIA. DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA

6ªSR-GRD/UEP

EMPREEND. OU PROJ.

IMPLANTAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS MUNICÍPIOS DA ÁREA DE JURISDIÇÃO DE 6ªSR CODEVASF - BA

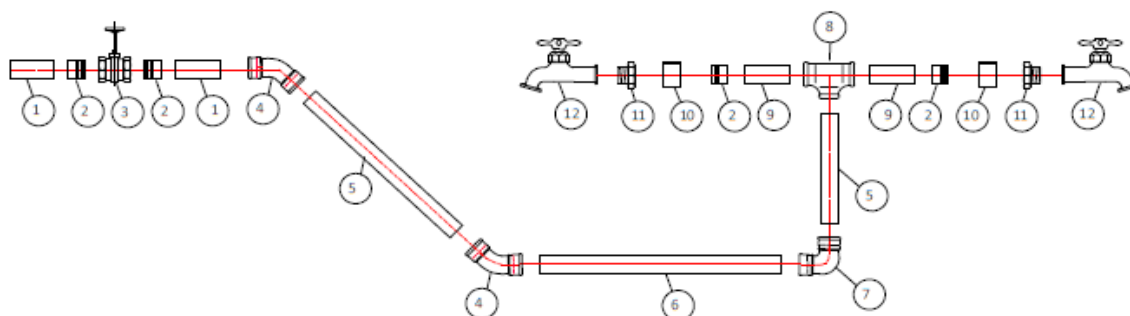
DESENHO	BEBEDOURO	PROJ.	RODRIGO VIEIRA	DES. CAD.	CLEITON SILVA
ESCALA	S/ ESC.	DATA	outubro/2020	REV.	00

FOLHA 03 de 03



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

CHAFARIZ



Item	Descrição	Quant.
1	Toco de Tubo PVC AGROPECUÁRIO PN 60 32 mm x 0,3 m	2
2	ADAPTADOR PVC SOLDAVEL CURTO C/ BOLSA E ROSCA P/ REGISTRO 32 mm x 1"	4
3	REGISTRO PVC ESFERA VS ROSCAVEL DN 1"	1
4	CURVA PVC SOLD 45G P/ AGUA FRIA PREDIAL 32 mm	2
5	Toco de Tubo PVC AGROPECUÁRIO PN 60 32 mm x 1,5 m	2
6	Tubo PVC AGROPECUÁRIO 32 mm PN 60	2
7	CURVA PVC SOLD 90G P/ AGUA FRIA PREDIAL 32 mm	1
8	TE PVC SOLD 90G P/ AGUA FRIA PREDIAL 32 mm	1
9	Toco de Tubo PVC AGROPECUÁRIO PN 60 32 mm x 0,2 m	2
10	LUVA PVC C/ROSCA P/AGUA FRIA PREDIAL 1"	2
11	BUCHA REDUCAO PVC ROSCA 1" x 3/4"	2
12	TORNEIRA METAL AMARELO 3/4" CURTA REF 1120 P/ TANQUE	2

**Ministério do
Desenvolvimento Regional**



CIA. DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA

6ªSR-GRD/UEP

EMPRESA, OU PROJ.

IMPLANTAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS MUNICÍPIOS DA ÁREA DE JURISDIÇÃO DE 6ªSR CODEVASF - BA

DESENHO CHAFARIZ

PROJ. RODRIGO VIEIRA

DES. CAD. CLEITON SILVA

ESCALA S/ ESC.

DATA outubro/2020

REV. 00

FOLHA 01 de 01

Technical drawing of a wall-mounted electrical unit, showing a side elevation and a cutaway view (A-A).

Dimensions:

- Overall width: 175
- Overall height: H1
- Unit width: 60
- Unit height: 70
- Distance from wall to unit center: 100
- Distance from unit center to cutaway line: 155

Labels:

- FORNIDA METALICA VET. DETALHE (Metallic structure detail)
- PLANCOS DE CORTE A (Cutaway view A)
- PLANCOS DE CORTE B (Cutaway view B)

Legend:

- REDE ELÉTRICA - OUTRO LADO DA RUA (Electrical network - other side of the street)
- H = 6,00 M (Height = 6.00 M)
- H1 = 4,30 M (Height 1 = 4.30 M)
- REDE ELÉTRICA DO QUINTO LADO DA RUA (Electrical network - fifth side of the street)
- H = 7,00 M (Height = 7.00 M)
- H1 = 5,00 M (Height 1 = 5.00 M)

Notes:

- LADO INTERNO - UNIDADE CONSUMIDORA (Internal side - consumer unit)
- MURETA PARA PADRÃO DE ENTRADA DE ENERGIA (Wall for energy entry standard)



PADRÃO ENTRADA SAA - COM CASA DE BOMBAS

NOTAS:

1. Observar se no local da implantação, o terreno está sujeito à inundação, havendo esta possibilidade, relocar ou aumentar a altura da estrutura, neste caso construir escada de acesso para leitura do medidor e manipulação do disjuntor, considerando as cotas iniciais
2. Os condutores de saída do medidor até o quadro de distribuição serão definidos pelo quadro de ligação dos motores, podendo ser utilizado no trecho entre o medidor e o disjuntor do padrão, cabo de bitola igual ao ramal de entrada.
3. Deverá ser adicionado ao comprimento dos condutores uma sobra de 50 cm dentro da caixa do medidor e 70 cm na conexão superior.
4. A estrutura em alvenaria deve ser pintada com tinta óleo/esmalte, cor azul del rey, até a altura de 1,10 m e o restante em tinta branca

ELETRODUTOS E CONEXÕES: NBR 06150/80

PADRÃO ENTRADA SAA - COM CASA DE BOMBAS		Un	Quant
Item	Discriminação		
01	Cap PVC esgoto - DN 75 m	un	1
02	Tubo aço zincado - ø 75 mm - 6,00	un	1
03	Armação secundária de um estribo com haste de 6x150mm - aço zincad	un	1
04	Isolador roldana de porcelana - 57x54 mm	un	1
05	Abraçadeira reforçada-aço zincado - 3 pol	un	1
06	Curva eletroduto - PVC roscável - ø 1 1/2" - 180	un	2
07	Luva eletroduto roscável - ø 1 1/2	un	4
08	Eletroduto PVC roscável - ø 1 1/2" x 0,60	un	1
09	Eletroduto PVC roscável - ø 1 1/2" x 3,00	un	1
10	Curva 90° eletroduto roscável - ø 1 1/2	un	2
11	Caixa para medidor - padrão COELBA (conforme detalhe	un	1
12	Caixa para disjuntor - padrão COELBA (conforme detalhe	un	1
13	Eletroduto PVC roscável - ø 1 1/2" x 1,05	un	1
14	Eletroduto PVC roscável - ø 1/2" x 1,15	un	1
15	Luva eletroduto PVC roscável - ø 1/2	un	2
16	Curva 90° eletroduto PVC - ø 1/2	un	1
17	Eletroduto PVC roscável - ø 1 1/2" x 0,50	un	1
18	Eletroduto PVC roscável - ø 1/2" x 0,50	un	1
19	Eletroduto PVC roscável - ø 1 1/2" x 3,00	u	1
20	Conector haste de aterrament	un	1
21	Haste aterramento aço cobreado - ø 16 mm x 2,40	un	1
22	Arame galvanizado - n° 1	kg	1

**Ministério do
Desenvolvimento Regional**



CIA. DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA

6ªSR-GRD/UEP

EMPREEND. OU PROJ.

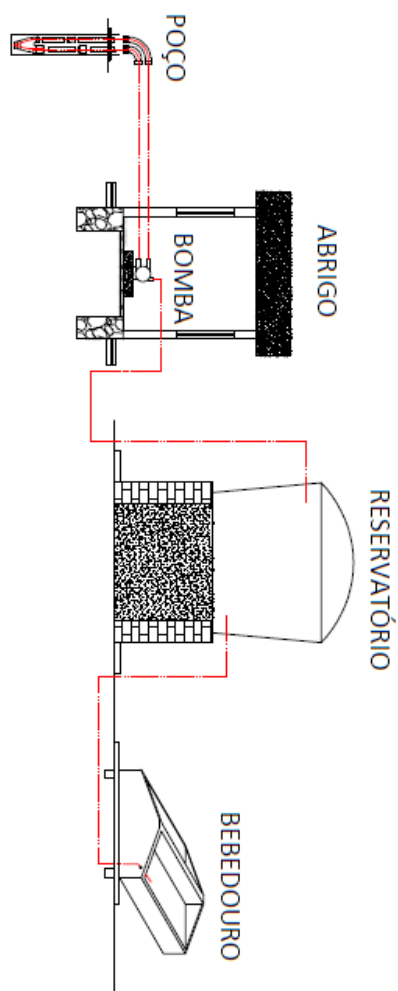
IMPLANTAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS MUNICÍPIOS DA ÁREA DE JURISDIÇÃO DE 6ªSR CODEVASF - BA


DESENHO	MURETA ENERGIA - LISTA DE MATERIAIS	PROJ.	RODRIGO VIEIRA	DES. CAD	CLEITON SILVA
ESCALA	S/ ESC.	DATA	outubro/2020	REV.	00

FOLHA 03 de 03



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

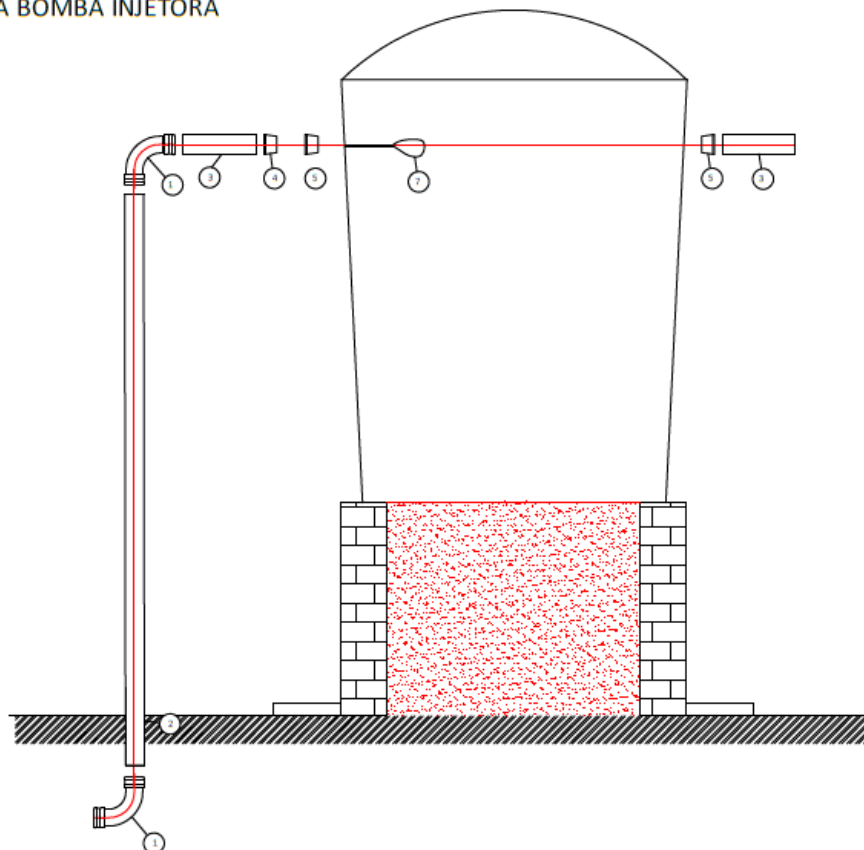


				COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA		MINISTÉRIO DO DESENV. REGIONAL	
PROJETO BÁSICO DE POÇOS TUBULARES NOS MUNICÍPIOS DA ÁREA DE ABRANGÊNCIA DA 6ªSR							
POÇO TUBULAR COM BOMBA INJETORA							
DESENHO ESQUEMÁTICO							
6ªSR - GRD/UEP				PROJETO			
DESENHO	ESCALA	DATA	RESP TÉCNICO	PRANCHA			
JOVIANI PAOLUJA	sem escala	outubro 2020	6ªSR	01/01			



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

SUBIDA DE RESERVATÓRIO
PARA BOMBA INJETORA



Item	Descrição	Qtd.
1	Curva PVC IRRIGA LF PTA/BSA Soldável 90° 50mm	2
2	Toco de TUBO PVC IRRIGA LF PN 40 50 mm x 2 m	1
3	Toco de TUBO PVC IRRIGA LF PN 40 50 mm x 0.5 m	2
4	Adaptador PVC IRRIGA LF BS x RM Longo, 50 x 1.1/2 "	1
5	Adaptador PVC soldável c/ flanges e anel de vedação p/ caixa d' água 50 mm x 1.1/2 "	2
6	Reservatório em fibra de vidro com capacidade de 5m³	1
7	Automatico de boia superior 10A/250V	1
8	Automatico de boia inferior 10A/250V	

**Ministério do
Desenvolvimento Regional**



CIA. DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA

6ªSR-GRD/UEP

EMPRESA, OU PROJ.

IMPLANTAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS MUNICÍPIOS DA ÁREA DE JURISDIÇÃO DE 6ªSR CODEVASF - BA

DESENHO
SUBIDA DE RESERVATÓRIO PARA BOMBA INJETORA
ESCALA
S/ ESC.

PROJ.
RODRIGO VIEIRA
DATA
outubro/2020

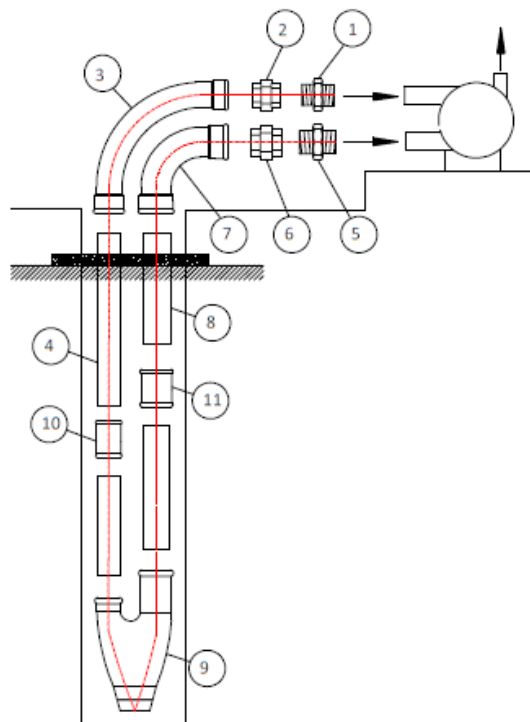
DES. CAD
CLEITON SILVA
REV.
00

FOLHA
03 de 03



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

BOMBA INJETORA



Item	Descrição	Qtd.
1	Niple ferro Galv. rosca 1.1/4"	2
2	União ferro Galv. rosca 1.1/4"	1
3	Curva de ferro Galvanizado 90 G macho rosca 1.1/4"	1
4	Tubo PVC roscável 1.1/4"	1
5	Niple ferro Galv. rosca 2"	1
6	União ferro Galv. rosca 2"	1
7	Curva de ferro Galvanizado 2"	1
8	Tubo PVC roscável 2"	1
9	Injetor	1
10	Luva pvc com rosca 1.1/4"	1
11	Luva pvc com rosca 2"	1

**Ministério do
Desenvolvimento Regional**



CIA. DE DESENVOLVIMENTO DOS VALES DO SÃO FRANCISCO E DO PARNAÍBA

6ªSR-GRD/UEP

EMPREEND. OU PROJ.

IMPLANTAÇÃO DE POÇOS ARTESIANOS MUNICÍPIOS DA ÁREA DE JURISDIÇÃO DE 6ªSR CODEVASF - BA

DESENHO	BOMBA INJETORA - LIGAÇÃO DE SUÇÃO	PROJ.	RODRIGO VIEIRA	DES. CAD.	CLEITON SILVA
ESCALA	S/ ESC.	DATA	outubro/2020	REV.	00
				FOLHA	01 de 02



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

Anexo V: Placa de Identificação dos Serviços

Manual de uso da marca do GOV5R20 F5D5RA0 - OBRAS

Manual de uso da marca do Governo Federal – Obras

I.	Introdução	3
II.	Confecção das placas	4
III.	Padrão geral das placas	5
IV.	Exemplo de cálculo.....	6
V.	Especificações: nome da obra	7
VI.	Especificações: informações da obra.....	8
VII.	Assinaturas e marcas	9
VIII.	Exemplo de placa institucional.....	10
IX.	Versão em quadricromia (CMYK) e versão pantone.....	11
X.	Exemplos de aplicação.....	12

I.

Introdução

Este manual tem por objetivo orientar a padronização de placas e adesivos indicativos de obras financiadas pelo Governo Federal por meio de seus órgãos e entidades.

As regras previstas neste manual aplicam-se, no que couber, a painéis e outdoors que cumpram a função de identificar ou divulgar obras e projetos de obras com participação da União.

A obrigatoriedade do uso da marca do Governo Federal nas ações patrocinadas por órgãos e entidades vinculados ao Poder Executivo Federal está disciplinada na Instrução Normativa nº 02, de 16 de dezembro de 2009.

II.

Confecção das placas

As placas deverão ser confeccionadas de acordo com cores, medidas, proporções e demais orientações contidas no presente manual. Elas deverão ser confeccionadas em chapas planas, metálicas, galvanizadas, ou de madeira compensada impermeabilizada, em material resistente às intempéries. As informações deverão estar em material plástico (poliestireno), para fixação ou adesivação nas placas. Quando isso não for possível, as informações deverão ser pintadas a óleo ou esmalte. Dá-se preferência ao material plástico, pela sua durabilidade e qualidade. As placas deverão ser afixadas em local visível, preferencialmente no acesso principal do empreendimento ou voltadas para a via que favoreça a melhor visualização. Recomenda-se que as placas sejam mantidas em bom estado de conservação, inclusive quanto à integridade do padrão das cores, durante todo o período de execução das obras.

III.

Padrão geral das placas

Área total:
proporção de 8X x 4X.

Área do nome da obra (A):

- Cor de fundo: verde - Pantone 3425C.
- Fonte: Signika Bold, caixa alta e baixa.
- Cor da fonte: branca.

Área de informações da obra (B):

- Cor de fundo: verde - Pantone 370C.
- Fonte: Signika Regular, caixa alta e baixa.
- Cor da fonte: amarela - Pantone 116C e Branca.

Espaço entre linhas:

1 vez o tamanho do corpo da letra.

Exemplo: corpo 60/60.

Espaço entre letras:

o espaçamento entre letras é 20.

Área das assinaturas (C):

- Cor de fundo: branca.
- As assinaturas devem estar centralizadas.

A denominação "Ministério do(a)" ou "Secretaria do(a)" deve estar em Signika Light e o nome do ministério ou secretaria deve estar em Signika Semibold, espaçamento entre letras é -40.



CMYK:
C0 M20 Y100 K0

Pantone:
Pantone 116 C

RGB:
R252 G206 B1



CMYK:
C63 M27 Y100 K11

Pantone:
Pantone 370 C

RGB:
R104 G138 B58



CMYK:
C100 M0 Y100 K60

Pantone:
Pantone 3425 C
RGB:

R00 G88 B38

IV.

Exemplo de cálculo

Cálculo para o tamanho da placa: definir a base "X" dividindo a altura estabelecida para a placa por 4. Numa placa com altura de 1,80 m, por exemplo:

$$x = 1,8 / 4 = 0,45 \text{ m}$$

$$8 \times X = 8 \times 0,45 = 3,60 \text{ m}$$

A altura de cada área da placa será assim definida:

- Nome da obra: $2x = 0,90\text{m}$.
- Informações da obra: $x = 0,45\text{m}$.
- Logomarcas de órgãos e entidades: $x = 0,45\text{m}$.



V.

Especificações: nome da obra

Fonte: Signika Bold.

Cor da fonte: branca.

Espaço entre letras: 0.

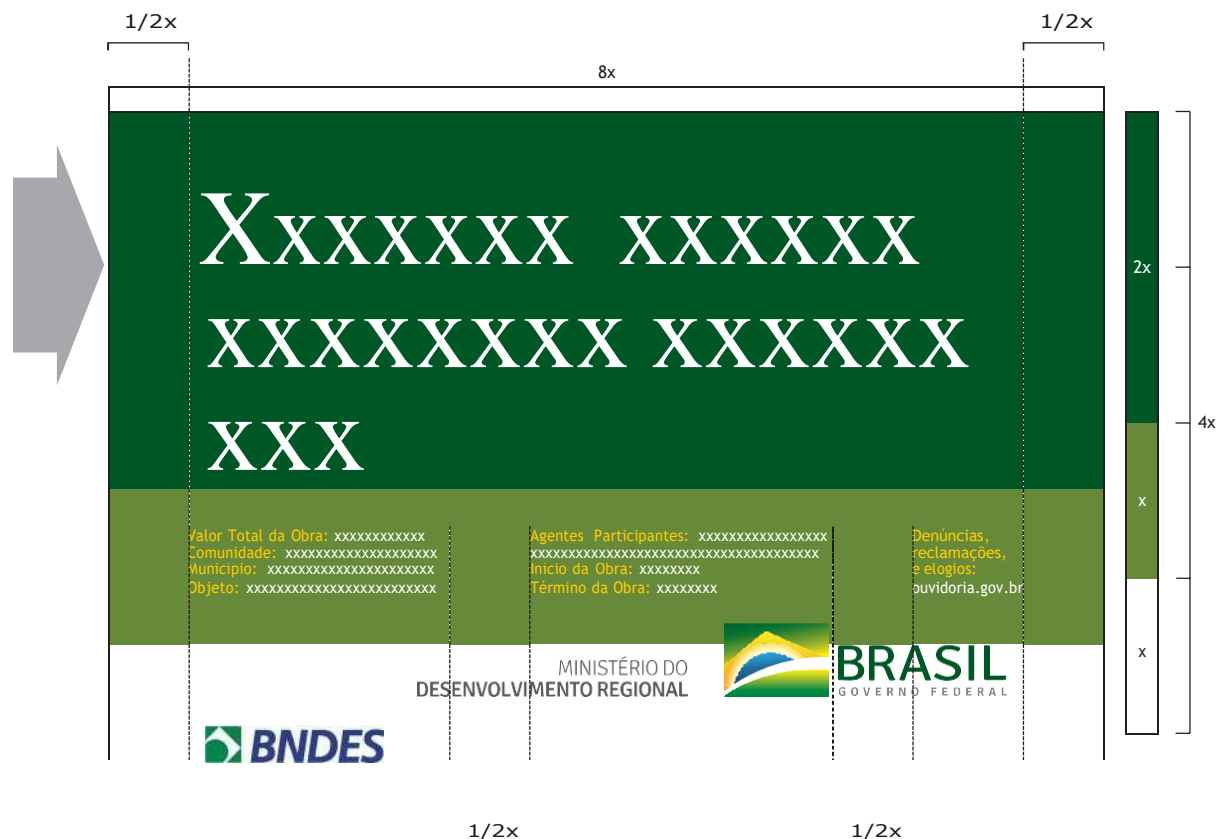
Espaço entre linhas: 1 vez o tamanho do corpo da letra. Exemplo: o corpo da letra sendo 60, o espaçamento será 60 ($60 \times 1 = 60$).

Deve-se criar, primeiramente, margens à esquerda e à direita e separação central de colunas, de largura $1/2x$. O corpo da fonte para o nome da obra será proporcional à largura da área restante.

Cada linha do nome da obra suporta 17 caracteres (contando os espaços) e o alinhamento deve ser centralizado.

O nome da obra pode ser distribuído em até 2 linhas.

Exceção: no caso de títulos longos que não se encaixem na regra acima, mudar o cálculo para 23 caracteres por linha, até 3 linhas, mantendo o restante das regras.



Exceção:



VI.

Fonte: Signika Regular para o título e para a informação.

Cor da fonte: amarela - Pantone 116C para o título da informação e branca para a informação.

Espaço entre letras: 0.

Espaço entre linhas: 1 vez o tamanho do corpo da letra. Exemplo: o corpo da letra sendo 20, o espaçamento será 20 ($20 \times 1 = 20$).

Deve-se criar, primeiramente, margens à esquerda e à direita e separação central de colunas, de largura $1/2x$. O corpo da fonte para as informações da obra será proporcional à largura da área restante.

Cada coluna suporta linhas com 40 caracteres (contando os espaços), sendo cada coluna composta de até 4 linhas. O alinhamento deve ser à esquerda.

Especificações: informações da obra






VII.

Assinaturas e marcas

Logomarca do Governo Federal: deverá ter 1/2 da altura da caixa de assinatura de tamanho "x", sempre ser centralizada na vertical e alinhada pela esquerda, conforme exemplo ao lado.

Marcas de programas/políticas públicas: deverão ser aplicadas na área da logomarca do Governo Federal, seguindo as mesmas orientações de proporção acima, com a diferença do alinhamento pela direita.

Logomarcas de órgãos e entidades: deverão seguir a regra para comunicação do Governo Federal, da direita para a esquerda, observando o grau de envolvimento com a obra.

XXXXXXXXX XXXXXXXX XX					
XXXXXXXXX XXXXXXXX XXX					
Valor Total da Obra: xxxxxxxxxxxx	Agentes Participantes: xxxxxxxxxxxx	Denúncias, reclamações, e elogios: ouvidoria.gov.br			
Comunidade: xxxxxxxxxxxx	xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx				
Município: xxxxxxxxxxxx	Início da Obra: xxxxxxxx				
Objeto: xxxxxxxxxxxx	Término da Obra: xxxxxxxx				
<div>1/2x</div> <table border="1"><tr><td>Marcas de Programas/ Políticas Públicas</td><td>MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL</td><td> PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL</td></tr></table> <div>x</div>			Marcas de Programas/ Políticas Públicas	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	 PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL
Marcas de Programas/ Políticas Públicas	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	 PÁTRIA AMADA BRASIL GOVERNO FEDERAL			

VIII.

Quando não houver informações das obras destinadas à caixa verde claro, esta deverá ser suprimida e a placa final ficará menor, ou seja, 3x.

Exemplo de placa institucional



IX.

As cores oficiais para as manifestações gráficas da marca do Governo Federal são inspiradas nas cores da Bandeira Nacional.

Ao lado, encontram-se os tons exatos de cada cor para impressões em policromia (CMYK), versões eletrônicas (RGB) e impressões em cores sólidas (aqui definidas pelo Pantone correspondente).

Nos arquivos digitais, consta a versão correta para cada espaço de cor, com os valores definidos nos próprios arquivos.

Versão em quadricromia (CMYK) e versão pantone



CMYK:
C100 M0 Y100 K50

C0 M0 Y100 K0



CMYK:
C0 M0 Y100 K0

C0 M45 Y100 K0

CMYK:
C100 M0 Y100 K60
Pantone:
Pantone 3425 C
RGB:
R00 G88 B38

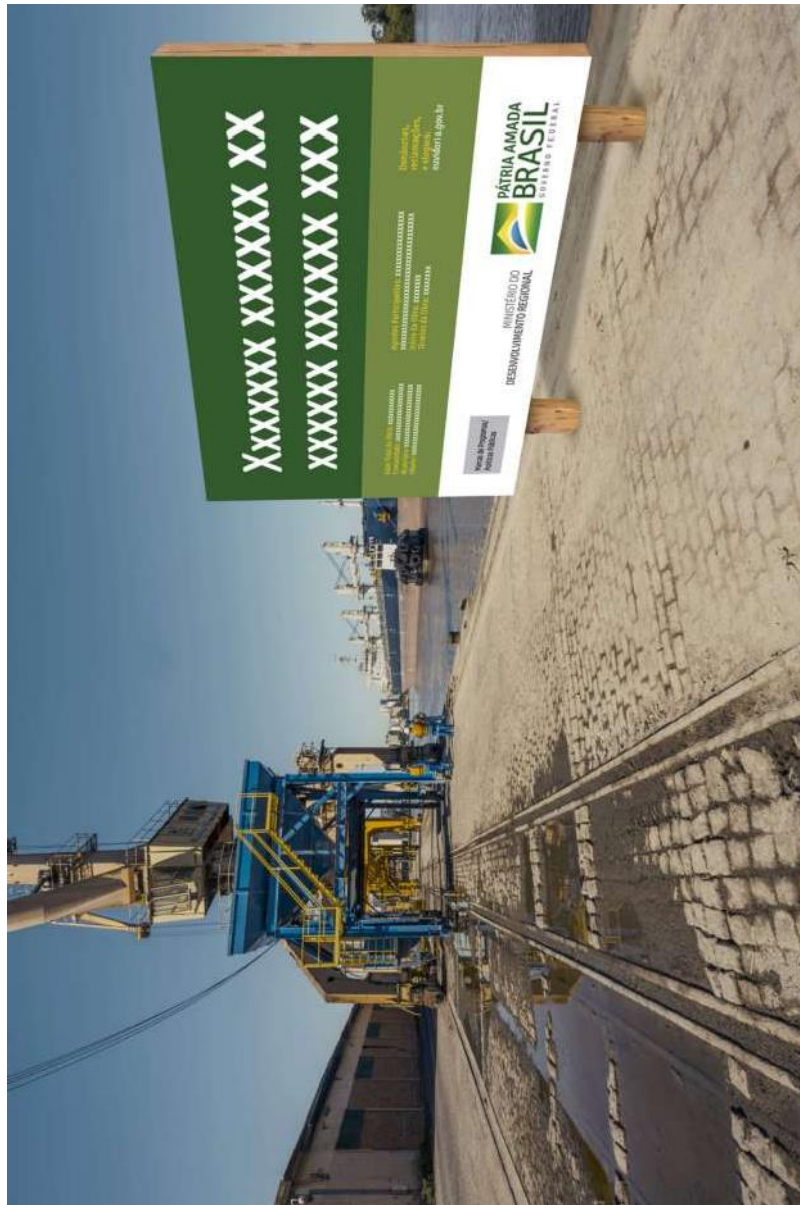


CMYK:
C100 M70 Y0 K0

C70 M15 Y0 K0

CMYK:
C0 M0 Y0 K60
Pantone:
Pantone Cool Gray 8 C
RGB:
R128 G130 B133







PLACA PRINCIPAL DE OBRA

<h1>Área do nome da obra</h1>		
Valor Total da Obra: xxxxxxxxxxxxxxxx	Agentes Participantes: xxxxxxxxxxxxxxxx	Denúncias, reclamações, e elogios: ouvidoria.gov.br
Comunidade: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	xx	
Município: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	Início da Obra: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	
Objeto: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	Término da Obra: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx	
	MINISTÉRIO DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL	

CAVALETE, PLACA MÓVEL

0,9 x 1,45m



COMPLEMENTO PARA MARCA DA CODEVASF PINTADA

A PINTURA DEVE SEGUIR AS SEGUINTE PROPORÇÕES:

a) PROPORÇÃO VERTICAL



b) PROPORÇÃO HORIZONTAL



Área do nome da obra

Valor Total da Obra: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
Comunidade: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
Município: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
Objeto: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Agentes Participantes: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
xxx
Início da Obra: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx
Término da Obra: xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx

Denúncias,
reclamações
e elogios:
ouvidoria.gov.br



MINISTÉRIO DO
DESENVOLVIMENTO REGIONAL





Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

Anexo VI: Planilha de Custos do Valor do Orçamento de Referência (Planilha Detalhada)



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

Anexo VII: Memorial e Especificações Técnicas do Projeto Básico

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS

SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA PARA PERFURAÇÃO E INSTALAÇÃO DE POÇOS TUBULARES COM SUPRIMENTO DE ENERGIA SOLAR EM ÁREAS DE ROCHAS CRISTALINAS, CALCÁRIAS E SEDIMENTARES, LOCALIZADOS EM MUNICÍPIOS DIVERSOS DO ESTADO DA BAHIA, INSERIDOS NA ÁREA DE ATUAÇÃO DA 6ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA CODEVASF.

Outubro/2021

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	3
2. DO OBJETO	3
3. NORMAS TÉCNICAS E DISPOSIÇÕES PARTICULARES	3
4. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO	7
5. POÇO TUBULAR	12
6. FICHA DO POÇO – RELATÓRIO TÉCNICO	19
7. CONSIDERAÇÕES GERAIS	20

ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS PARA OS SERVIÇOS COMUNS DE ENGENHARIA PARA PERFURAÇÃO E INSTALAÇÃO DE POÇOS TUBULARES, COM SUPRIMENTO DE ENERGIA SOLAR, EM ÁREAS DE ROCHAS CRISTALINAS, CALCÁRIAS E SEDIMENTARES, LOCALIZADOS EM MUNICÍPIOS DIVERSOS DO ESTADO DA BAHIA, INSERIDOS NA ÁREA DE ATUAÇÃO DA 6ª SUPERINTENDÊNCIA REGIONAL DA CODEVASF.

1. INTRODUÇÃO

As seguintes Especificações estabelecem diretrizes de ordem técnica e orientações de anteprojeto, para execução dos serviços de perfuração e instalação de poços tubulares em regiões de rochas cristalinas, calcárias e sedimentares, com suprimento de energia solar, destinados à prospecção de água subterrânea na área de atuação da 6ª Superintendência Regional da CODEVASF, conforme quantitativos apresentados nas planilhas orçamentárias.

2. DO OBJETO

Os serviços comuns de engenharia para perfuração e instalação de poços tubulares para prospecção de água subterrânea em áreas de rochas cristalinas, calcárias e sedimentares, com suprimento de energia solar, em localidades situadas na área de atuação da 6ª Superintendência Regional da CODEVASF, no Estado da Bahia.

3. NORMAS TÉCNICAS E DISPOSIÇÕES PARTICULARES

3.1. Para execução dos serviços de engenharia, a Contratada deverá observar as normas vigentes da ABNT (NBR 12212/1992 e 12244/1992) que tratam, respectivamente, de “Projetos de poços e captações de águas subterrâneas” e “Construção de poços para captação de águas subterrâneas”, o Caderno de Encargos da CODEVASF e as disposições particulares estabelecidas nestas Especificações Técnicas, além das instruções que venham a receber da Contratante em cada caso específico e a melhor técnica consagrada pelo uso.

3.2. A Contratada será responsável pelos danos ou defeitos construtivos que venham a ocorrer no poço, devido a qualquer negligência ou operação deficiente de sua parte, devendo reparar as suas custas, os prejuízos ocasionados em tais circunstâncias.

3.3. PESSOAL

3.3.1. A Contratada deverá empregar operários devidamente treinados e habilitados para realização dos trabalhos contratados, os quais serão

supervisionados direta e permanentemente por encarregado e sondador de comprovada experiência.

- 3.3.2. Caberá à Contratada, fornecer a todos os seus empregados, Equipamentos de Proteção Individual (EPI), levando em consideração a periodicidade, o tipo e a quantidade dos mesmos, dentro das especificações exigidas pelo ministério do Trabalho, com relação ao Certificado de Aprovação – C.A. e /ou Certificado de Registro do Importador – C.R.I.
- 3.3.3. Será de inteira responsabilidade da Contratada, treinamento de seus empregados quanto ao uso e conservação tanto dos EPI's - Equipamentos de Proteção Individual, quanto aos EPC's - Equipamentos de Proteção Coletiva, em estrita obediência às Normas que regulam a matéria (PCMAT, PPRA, ASO's e CIPA).
- 3.3.4. A Contratada estará obrigada a substituir, em no máximo 24 horas, as pessoas que venham a ser indicadas pela fiscalização e não poderá efetuar mudanças no pessoal sem prévia autorização do Contratante.
- 3.3.5. A Contratada deverá manter em regime de supervisão diária na execução dos serviços, durante sua execução, um Geólogo ou Engenheiro de Minas, um Engenheiro Civil e um Engenheiro Eletricista, com experiência comprovada através de certidões de acervo técnico dos serviços de engenharia com características similares, aptos a receber e atender qualquer instrução ou comunicação que venha a ser feita por parte da Contratante, objetivando o bom desenvolvimento dos trabalhos de campo.
- 3.3.6. A supervisão do referido técnico será verificada mediante constatação da sua rubrica nos boletins de perfuração e demais fichas de preenchimento diário.

3.4. SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO

- 3.4.1. Os equipamentos de perfuração propostos deverão ter capacidade suficiente para alcançar, nos diâmetros estipulados, a profundidade prevista na presente Especificação Técnica.
- 3.4.2. A Contratada deverá dispor, no mínimo, de 02 (dois) grupos de equipamentos e materiais para execução dos serviços e apresentar documentos comprobatórios de propriedade dos mesmos ou de aluguel ou consórcio:
 - 01 (uma) perfuratriz rotativa, em perfeitas condições operacionais, com capacidade para atingir, no mínimo, as profundidades de 20 (vinte) metros no diâmetro de 8" e 60 (sessenta) metros no diâmetro de 6" para os poços em rochas cristalinas. Em rochas calcárias, o equipamento deverá ter capacidade para atingir, no mínimo, as profundidades de 35 (trinta e cinco) metros no diâmetro de 8" e 85 (oitenta e cinco) metros no diâmetro de 6". Para os poços sedimentares, 01 (uma) perfuratriz rotativa, em perfeitas condições operacionais, com capacidade para atingir, no mínimo, as profundidades de 12 (doze) metros no diâmetro

de 17 1/2” e 168 (cento e sessenta e oito) metros no diâmetro de 12 1/4”, se necessário com acoplamento de bomba de lama;

- Hastes, brocas e demais equipamentos, ferramentas e acessórios de perfuração necessários para construção do poço nos diâmetros exigidos;
- Um compressor de ar com capacidade para ser utilizado na limpeza, e desenvolvimento do poço;
- Bomba de lama com capacidade compatível com a profundidade e os diâmetros exigidos nestas especificações;
- Conjunto completo de bombeamento submerso para testes de vazão compatíveis com a produção do poço (bomba, quadro de proteção elétrica, tubulações e motor etc.);
- Dispositivos para medição de vazões;
- Grupo gerador;
- Medidores de nível d’água elétricos;
- Cronômetros e relógios digitais.

3.4.3. Se por algum motivo de responsabilidade da Contratada, esta não conseguir concluir o poço conforme os princípios estabelecidos nestas Especificações Técnicas, estará obrigada a fazer outro poço na mesma região do primeiro, com a profundidade exigida em contrato, sem nenhuma compensação econômica relativa à execução do poço frustrado.

3.4.4. Considerar-se-á um poço concluído e passivo de faturamento se:

- For alcançada a profundidade estabelecida ou que antes dessa, tiver encontrado vazão satisfatória;
- Forem instalados os revestimentos, pré-filtro e filtros nas profundidades definidas, caso necessário;
- Forem realizadas a cimentação, construção de laje de proteção sanitária, montagens e testes do sistema de bombeamento;
- Atendidas todas as exigências conforme os critérios de aceitação dos serviços estabelecidos no item 4 destas Especificações Técnicas.
- Poços perfurados só estarão aptos ao faturamento após execução do teste de Bombeamento.

3.5. FORNECIMENTOS POR PARTE DA CONTRATADA

3.5.1. A Contratada deverá fornecer toda mão de obra, materiais, transporte, energia, água, limpeza permanente dos serviços, vigilância, análises ou ensaios inerentes às especificações, equipamentos e acessórios que sejam necessários à construção completa e satisfatória do poço, assim como às operações de cimentação, limpeza e estimulação do aquífero, desenvolvimento e testes de bombeamentos programados, além de quaisquer outras atividades inerentes à execução dos serviços contratados. Estão previstos também o fornecimento dos serviços, equipamentos e materiais conforme definido no **item 3.4.2.**

3.6. TRANSFERÊNCIAS DE TRABALHO

- 3.6.1. A Contratada somente poderá transferir eventual e parcialmente a terceiros os trabalhos a realizar, sendo para isso necessária a prévia autorização escrita por parte da Contratante.
- 3.6.2. Qualquer caso de transferência de trabalho, não exime, entretanto a Contratada das responsabilidades assumidas perante a Contratante, definidas no Edital de Licitação e na legislação vigente.
- 3.6.3. Os possíveis subempreiteiros deverão possuir a devida experiência e capacidade para realizar os serviços objeto da transferência, devendo demonstrar satisfatoriamente estas condições perante a Contratante, na forma que vier a ser exigida.

3.7. PERMISSÕES, CERTIFICADOS, REGULAMENTOS E ANÁLISES A SEREM EXECUTADAS PELA CONTRATADA

- 3.7.1. A Contratada deverá, às suas expensas, dispor de todas as permissões, certificados e licenças requeridos por lei, inclusive a obtenção das Licenças de Instalação dos equipamentos junto aos órgãos estaduais e Anotações de Responsabilidade Técnica – ART, fornecidas pelo CREA, antes de iniciar a execução dos serviços objeto das presentes Especificações Técnicas, devendo as referidas documentações serem encaminhadas ao fiscal indicado pela 6ª Superintendência Regional da CODEVASF.

3.7.2. Documentação necessária e providências diversas:

- a) Requerimento da ART junto ao CREA;
- b) Requerimento junto ao órgão estadual das licenças prévia, de instalação e de operação do poço;
- c) Relatório Final de Conclusão do poço;
- d) Perfil Litológico do poço, com a classificação geológica das camadas atravessadas, intervalos revestidos e o referido diâmetro, intervalos com presença de filtros e pré-filtros e entradas de água.
- e) Teste de Bombeamento em ficha digitada, informando a localidade, coordenadas e demais dados do poço, além dos dados de Vazão, Níveis Estático e Dinâmico e tempo de recuperação;
- f) Análise físico-química e bacteriológica da água;
- g) Execução do poço conforme especificações;

- 3.7.3. A Contratada deverá cumprir as leis nacionais, estaduais e municipais e todos os regulamentos que afetem os serviços de engenharia a realizar. Em particular, o trabalho deverá ser realizado com a máxima segurança para o pessoal que o execute, devendo serem cumpridas rigorosamente as normas vigentes, relativas à segurança e higiene de trabalho.

3.8. RESPONSABILIDADES SOBRE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS

- 3.8.1. A CODEVASF não se responsabilizará por roubos, subtrações ou atos de vandalismo que venham a ocorrer durante a execução dos serviços, ficando

a cargo da Contratada exercer a vigilância que considere necessária a esse respeito, inclusive sobre materiais eventualmente fornecidos pela Contratante.

- 3.8.2. A Contratada se responsabilizará também pela preparação do acesso e limpeza do local de trabalho para assentamento dos equipamentos e materiais necessários à realização dos serviços.
- 3.8.3. Ao término da construção do poço, a Contratada deverá promover a recuperação da área e/ou instalação eventualmente danificada para a execução dos serviços (aterro dos tanques de lama, reconstrução de muros, calçamento, etc.).
- 3.8.4. A Contratada deverá prover o acondicionamento dos materiais utilizados na perfuração do poço, bem como seu posterior bota-fora, de acordo com as exigências do órgão ambiental do Estado da Bahia.
- 3.8.5. Os valores necessários à cobertura dos gastos com a instalação dos serviços, vigilância, suprimento de energia e água, deverão estar inclusos nos itens deserviço constantes da planilha orçamentária.

3.9. ACESSO AOS TRABALHOS

- 3.9.1. A Contratada permitirá a qualquer momento o livre acesso da Fiscalização da CODEVASF aos trabalhos e proibirá rigorosamente toda pessoa que não tenha sido expressamente autorizada, por esta última, em documento por escrito.
- 3.9.2. Caberá a contratada a construção de acessos que se fizerem necessários aos locais das locações efetuadas sob sua responsabilidade, devendo os mesmos
- 3.9.3. partir de estradas já existentes nos municípios e propriedades onde estarão sendo perfurados os poços.
- 3.9.3.1. Os custos desses serviços serão de inteira responsabilidade da contratada, devendo os mesmos estar diluídos no custo do poço perfurado.

3.10. PRAZO

- 3.10.1. O prazo para a Contratada realizar os serviços de engenharia objetos destas Especificações Técnicas será de 360 (trezentos e sessenta) dias, contados a partir da emissão da Ordem de Serviço.

4. ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DOS SERVIÇOS DE PERFURAÇÃO

- 4.1.1. A instalação dos equipamentos para a perfuração e instalação dos poços deverá contemplar a preparação de acesso e da base de operações, deslocamento, instalação e montagem dos equipamentos de perfuração e acessórios, compressor de ar, grupo gerador, inclusive a construção do circuito de lama, cimentações dos tanques e das calhas (se aplicáveis), e tudo mais que se fizer necessário em função do tipo e porte do equipamento utilizado.

4.1.2. No Boletim de Perfuração preenchido pelo Operador da Contratada, deverá constar, no mínimo, os seguintes dados:

- a) Profundidade inicial e final diária;
- b) Profundidades das entradas de água e volume;
- c) Diâmetro da perfuração;
- d) Vazões específicas durante o desenvolvimento do poço;
- e) Cimentações efetuadas, intervalos e densidade da pasta de cimento;
- f) Intervalos que foram revestidos e diâmetro do revestimento;
- g) Intervalos onde foram posicionados filtros e pré-filtros;
- h) Perdas de circulação, intervalos de ocorrência/medidas de controle adotadas.

4.1.3. Os poços perfurados em áreas de rochas calcárias deverão ter profundidade estimada de 120 m, enquanto em áreas de rochas cristalinas deverão atingir profundidade estimada de 80 m e poços em áreas sedimentares deverão alcançar a profundidade estimada a ser perfurada de até 180 metros.

4.1.4. Durante a perfuração, se antes de atingir a profundidade máxima prevista no item 4.1.3, obter-se vazão satisfatória, a perfuração deve ser paralisada.

4.2. AMOSTRAS DE CALHA

4.2.1. Sempre que solicitado pela Fiscalização, a Contratada deverá fazer amostragem do material perfurado de 2,0 m em 2,0 metros, ou a cada mudança litológica.

4.2.2. As amostras coletadas deverão ser secadas e dispostas em ordem crescente de profundidade, armazenadas em caixas numeradas, com os respectivos intervalos de profundidade.

4.3. CARACTERÍSTICAS TÉCNICAS DO POÇO

4.3.1. Projeto Executivo do Poço em Rocha Cristalina

4.3.1.1. Em função do posicionamento topográfico, das condicionantes geológicas dos locais e das variações dos níveis estáticos regionais, admite-se um Projeto Básico Padrão para construção dos poços, conforme descrito abaixo:

- **Profundidade básica estimada: 80,00 metros**
- Diâmetros de Perfuração:
 - 8” no intervalo de 0,00 – 20,00 metros;
 - 6” no intervalo de 20,00 – 80,00 metros;
- Litologia (prevista):
 - Intervalo de 0,00 a 20,00 metros, cobertura sedimentar, rochas granitóides e metamórficas diversas, decompostas ou não;
 - Intervalo a partir de 20,00 metros, rocha sã;
- Revestimento:
 - Intervalo de 0,00 a 20,00 metros tubo Geomecânico STD com diâmetro de 6”, com rosca e luva.

- Intervalo de 20,00 a 80,00 não haverá implantação de revestimento.
- Filtros:
 - Não se aplica;
- Pré-filtro:
 - Não se aplica.

4.3.2. Projeto Executivo do Poço em Rocha Calcária

4.3.2.1. Em função do posicionamento topográfico, das condicionantes geológicas dos locais e das variações dos níveis estáticos regionais, admite-se um Projeto Básico Padrão para construção dos poços, conforme descrito abaixo:

- **Profundidade básica estimada: 120,00 metros**
- Diâmetros de Perfuração:
 - 8” no intervalo de 0,00 – 20,00 metros;
 - 6” no intervalo de 20,00 – 120,00 metros;
- Litologia (prevista):
 - Intervalo de 0,00 a 20,00 metros, cobertura sedimentar, rochas calcárias, decompostas ou não;
 - Intervalo a partir de 20,00 metros, rocha sã;
- Revestimento:
 - Intervalo de 0,00 a 20,00 metros tubo Geomecânico STD com diâmetro de 6”, com rosca e luva.
 - Intervalo de 20,00 a 120,00 não haverá implantação de revestimento.
- Filtros:
 - Não se aplica;
- Pré-filtro:
 - Não se aplica;

4.3.3. Projeto Executivo do Poço em Sedimentos

4.3.3.1. Em função do posicionamento topográfico, das condicionantes geológicas dos locais e das variações dos níveis estáticos regionais, admite-se um Projeto Básico Padrão para construção dos poços, conforme descrito abaixo:

- **Profundidade básica estimada: 180,00 metros**
- Diâmetros de Perfuração:
 - 17 ½ ” no intervalo de 0,00 – 12,00 metros;
 - 12 ¼ ” no intervalo de 12,00 – 180,00 metros;
- Litologia (prevista):
 - Intervalo de 0,00 a 180,00 metros, sedimentos inconsolidados ou semi-consolidados;
- Revestimento:
 - Intervalo de 0,00 a 12,00 metros, tubo de Aço Carbono de 8” ou de 6”.
 - Intervalo de 12,00 a 180,00 metros, tubo Geomecânico STD com diâmetro de 8” ou 6”, com rosca e luva.
- Filtros:
 - Intervalo de 90,00 a 180,00 metros filtro em TuboPVC geomecanico REF., diâmetro nominal de 6”, com rosca e luva abertura 0,50 mm, reforçado com

capacidade para ser instalado em profundidade de até 180 (cento e oitenta) m;

- Pré-filtro:

- Intervalo de 90,00 a 180,00 metros preenchendo todo o espaço anelar entre a parede do poço e o filtro; preenchido com material quartzoso previamente lavado peneirado e selecionado com granulometria variável de 2 - 4 mm.

4.3.4. Para alguns casos esporádicos nas perfurações em Rochas Cristalinas e Calcárias, onde o material atravessado se encontre inconsolidado ao longo do trecho perfurado, para se evitar o desmoronamento do poço, poderá ser necessária a utilização de revestimento com tubo geomecânico STD de 4”, além da aplicação de filtros e pré-filtro de material quartzoso para preenchimento do espaço anelar.

4.3.5. O revestimento a ser utilizado deve ser preferencialmente em tubo geomecânico de PVC 6”, sendo em segundo plano utilizado o revestimento de aço carbono 6”.

4.4. MOBILIZAÇÃO E DESMOBILIZAÇÃO

4.4.1. Os itens Mobilização e Desmobilização referem-se ao transporte de equipamentos, materiais, pessoal e equipamentos deslocados durante as atividades de instalação dos poços, limitando-se a 150 Km por cada poço tanto na Mobilização quanto Desmobilização.

4.4.2. As mobilizações previstas no Termo de Referência referem-se ao transporte de equipamentos, materiais, pessoal e insumos entre os municípios dentro da circunscrição do mesmo Escritório Regional da CODEVASF e entre poços dentro de um mesmo município onde serão realizados os serviços de instalação dos poços objeto destas Especificações Técnicas, limitado a uma distância de 150 Km por poço.

4.4.3. Nos municípios que serão atendidos com mais de um poço tubular, será pago mobilização em quilômetros de forma individual para cada poço, a partir da sequência seguida na execução dos poços, limitado a distância de 150 Km por poço, mediante comprovação da movimentação de todo o comboio operacional por parte da Contratada.

4.4.4. Portanto, o item mobilização corresponde a Quilometragem das movimentações sequenciais de todo o comboio operacional da contratada tomando-se como base o Escritório Regional da CODEVASF ao qual a região pertence e deslocamentos para poços diferentes, a partir do segundo poço, dentro de um mesmo município, limitado a uma distância de 150 Km por poço, inseridos no objeto dos Termos de Referência.

4.4.5. As mobilizações serão pagas através de medições mensais, mediante a comprovação do deslocamento ocorrido dentro do perímetro pertencente ao Escritório Regional da CODEVASF mais próximo da região atendida, entre os municípios e entre poços CODEVASF diferentes dentro de um mesmo

município onde estarão sendo executados os serviços, conforme cronograma de execução aprovado pela fiscalização no início dos trabalhos.

- 4.4.6. A contratada deverá executar de acordo com os seus próprios planos e sob sua inteira responsabilidade o transporte de máquinas e pessoal, dentro dos municípios, até os locais dos serviços, a manutenção do pessoal, instalação de acampamento(s), depósitos e instalações provisórias indispensáveis à realização dos serviços.
- 4.4.7. No final de cada serviço a contratada deverá retirar todo equipamento, bem como deixar o local limpo isento de entulhos ou restos de materiais vegetativos, atentando-se para não bloquear estradas ou talwegues existentes.
- 4.4.8. A contratada deverá providenciar junto aos órgãos competentes todas as licenças necessárias ao início dos serviços em cada município.
- 4.4.9. Caberá a contratada a construção de acessos que se fizerem necessários aos locais das locações efetuadas sob sua responsabilidade, devendo os mesmos partir de estradas já existentes nos municípios e propriedades onde estarão sendo perfurados os poços.
 - 4.4.9.1. Os custos desses serviços serão de inteira responsabilidade da contratada devendo os mesmos estar diluídos no custo do poço perfurado.
- 4.4.10. A desmobilização corresponde ao transporte dos equipamentos, materiais e pessoal entre o último poço executado em cada município onde estarão sendo executados os serviços de instalação, até o município Sede do Escritório Regional da CODEVASF, inicialmente considerado como marco zero do início dos trabalhos.
- 4.4.11. A Desmobilização será paga seguindo a sequência inversa feita na Mobilização, ou seja, a Quilometragem medida na Mobilização será a mesma na Desmobilização.
- 4.4.12. Para efeito de equalização de dados para composição da planilha orçamentária e futuro pagamento, serão consideradas as sequências de transporte conforme relação dos municípios e localidades apresentadas.

4.5. PLACA DE OBRA

- 4.5.1. Deverão ser confeccionadas e instaladas placas alusivas aos serviços dos contratos.
- 4.5.2. Serão oferecidas 04 (quatro) placas por Contrato firmado, ou poderá ser esse número inferior, a depender do valor contratado e conforme orientação da fiscalização.
- 4.5.3. As placas da obra deverão ter as dimensões 3,0 x 2,0 metros, e sua confecção deverá seguir o modelo fornecido pela CODEVASF – 6ª SR.

- 4.5.4. Cada placa será confeccionada em chapa zincada número 22, laminada a frio, com tratamento anticorrosivo, pintada com esmalte sintético nas cores padrão, conforme modelo de placas do Governo Federal.
- 4.5.5. As placas deverão ser molduradas com caibros de madeira e terão como suporte de sustentação pontaletes de madeira mista de 7,5 x 7,5 cm e caibros de 5 x 4 cm, pintados em duas demãos com tinta esmalte sintético. A parte traseira da placa será apoiada em 02 cavaletes, no mínimo.
- 4.5.6. As placas serão localizadas em pontos estratégicos a serem definidos pela fiscalização.
- 4.5.7. A medição deste item será feita por metro quadrado de placa instalada após inspeção e aprovação pela fiscalização, desde que a mesma esteja coerente com as especificações técnicas e instaladas corretamente no local pré-determinado pela fiscalização.
- 4.5.8. O pagamento será feito mediante as medições mensais, conforme o cronograma de execução física dos serviços.

5. POÇO TUBULAR

5.1. PERFURAÇÃO

- 5.1.1. A contratada deverá executar os serviços de engenharia dentro dos padrões técnicos requeridos nestas Especificações e Normas Brasileiras da ABNT para perfuração de poços tubulares – NBR 12244/1992, visando principalmente, isolar os aquíferos que possam mascarar a qualidade da água e obter a maior vazão.
- 5.1.2. Serão considerados como poços secos ou improdutivos, poços com vazões iguais ou inferiores a 500 l/h.
- 5.1.3. No processo de perfuração dos poços objeto destas Especificações Técnicas deverão ser utilizadas preferencialmente perfuratrizes roto-pneumáticas. Perfuratrizes à percussão poderão ser utilizadas, desde que aprovadas previamente pela fiscalização da CODEVASF.
- 5.1.4. A contratada deverá dispor, no mínimo, dos equipamentos e materiais descritos no item 3.4.2 destas especificações Técnicas, comprovados mediante a apresentação de documentos comprobatórios de propriedade ou aluguel.
- 5.1.5. A Contratada receberá de forma integral pelos serviços e materiais utilizados (mobilização, metro perfurado, revestimentos, filtros e pré-filtros), mesmo em poços secos ou considerados improdutivos, com exceção da locação.
- 5.1.6. Em caso de poços secos ou improdutivos, a Locação não será paga a Contratada.

- 5.1.7. Somente após a execução dos testes de Bombeamento serão definidos os poços improdutivos, ou seja, apenas serão incluídos em medições de serviços poços realizados testes de vazão.
- 5.1.8. O revestimento a ser utilizado deve ser preferencialmente em tubo geomecânico de PVC 6”, sendo em segundo plano utilizado o revestimento de aço carbono 6”.
- 5.1.9. O revestimento geomecânico de 4” apenas deve ser utilizado em caso de necessidade de redução de diâmetro do poço de 6” para 4”, utilizando-se filtros e pré-filtros buscando-se maior segurança contra desmoronamentos das paredes do poço.

5.2. LOCAÇÃO

- 5.2.1. A locação do poço é de inteira responsabilidade do geólogo da contratada, o qual deverá usar dos conhecimentos disponíveis para realizar a identificação do local mais propenso à realização do serviço.
- 5.2.2. Em caso de realização de nova tentativa, se autorizado pela fiscalização, este poço será remunerado de acordo com o resultado que atingir; se for considerado produtivo será pago os serviços nele realizados, com exceção da Mobilização.
- 5.2.3. As locações deverão ser registradas por meio de coordenadas Geográficas e apresentadas nos relatórios de medições.
- 5.2.4. As locações dos poços deverão ser feitas por um geólogo, sob responsabilidade da contratada, nas localidades indicadas pela CODEVASF.
- 5.2.5. As locações serão devidamente acompanhadas por um Fiscal da CODEVASF ou um fiscal de equipe de apoio ao contrato.

5.3. LIMPEZA E DESENVOLVIMENTO

- 5.3.1. Concluída a complementação do poço – atividades desenvolvidas no poço, após a perfuração com a finalidade de transformar o buraco escavado em um poço para produção de água subterrânea – deverá ser feita a limpeza e desenvolvimento do poço, consistindo da retirada de todos os detritos de rocha e lama do seu interior.
- 5.3.2. O compressor utilizado para limpeza e desenvolvimento deve ter a capacidade suficiente para extrair no mínimo um volume de água simulando um jorro.
- 5.3.3. O poço será considerado desenvolvido quando verificada a limpeza da água imediatamente após uma descarga antecedida de reversão.

5.4. DESINFECÇÃO

- 5.4.1. Deverão ser executadas as desinfecções dos poços perfurados, utilizando-se solução clorada com jateamentos alternados, dependendo do comportamento do poço.
- 5.4.2. A desinfecção final deve ser feita com aplicação de solução clorada, em quantidade que resulte concentração de 50mg/L de cloro livre.
- 5.4.3. Para solução de hipoclorito de sódio a 10%, deve ser aplicado 0,5L/m³ de água no poço.
- 5.4.4. Deve-se introduzir parte da solução no poço, através de tubos auxiliares, sendo o restante colocado pela boca do poço, de modo a desinfetar a tubulação acima do nível de água. A solução deve permanecer no poço por período não inferior a 2h.

5.5. ANÁLISE DA ÁGUA

- 5.5.1. A contratada deverá apresentar a análise físico-química e bacteriológica (potabilidade) completa de cada poço individualizado, pela EMBASA, SAAE ou outra entidade de reconhecida idoneidade.

5.6. TESTE DE VAZÃO

- 5.6.1. Cumpridas as etapas anteriores, a contratada deverá proceder ao teste de desenvolvimento do poço para determinação da vazão do mesmo, durante um período mínimo de 12 (doze) horas ininterruptas. Em casos de vazão inferiores a 5 m³/h, o teste final de bombeamento deve manter vazão constante (não deve ser do tipo escalonado), e deve ser assegurada a estabilização do nível dinâmico durante o mínimo de 4h.
- 5.6.2. O bombeamento poderá ser realizado através de sistema de moto-bomba, preferencialmente, ou eventualmente por compressor.
- 5.6.3. Durante o teste deverão ser efetuadas as medições dos níveis de água e controle de vazões, determinando-se os níveis Estáticos e Dinâmicos.
- 5.6.4. O poço deverá estar bem desenvolvido para que não haja alteração nas condições de permeabilidade do aquífero em suas vizinhanças.
- 5.6.5. Ao final do teste de Bombeamento, deverá ser feito as medições necessárias buscando-se anotar os dados de recuperação do nível de água do poço pelo tempo de 60 minutos.

5.7. LAJE DE PROTEÇÃO SANITÁRIA

- 5.7.1. Em torno do tubo de revestimento do poço deverá ser construída uma laje de concreto (traço 1:2:3), com formato quadrangular de 1,00 m de lado, espessura de 0,15 m com uma declividade de 2% em relação ao centro do poço para as bordas, oferecendo um ressalto periférico de 0,05 m sobre a superfície do terreno.
- 5.7.2. O tubo de revestimento deverá ficar saliente, no mínimo, 0,50 m sobre a superfície da laje.

- 5.7.3. A “boca” do poço, em tubo de 6”, deve possuir uma tampa, em aço, para ancorar a unidade de bombeamento e respectivos acessórios.
- 5.7.4. A laje de proteção sanitária, por ser uma estrutura de concreto com armação de ferro, servirá também para absorção das possíveis movimentações do terreno.

5.8. LICENÇA DE PERFURAÇÃO E OUTORGA PARA CAPTAÇÃO

Para perfurar um poço artesiano é preciso solicitar **Licença de Perfuração** - Ato pelo qual o órgão competente faculta a execução dos serviços que possibilita a exploração ou pesquisa de água subterrânea. Posterior à perfuração deverá ser solicitada a **Outorga** - Ato administrativo mediante o qual o poder público outorgante, concede o direito de uso da água de determinadas quantidades por um período de tempo, nos termos e condições estabelecidos.

Ficará a cargo da CONTRATADA a solicitação da Licença Prévia de Perfuração e Outorga Definitiva para uso do poço junto aos órgãos competentes.

5.9. REVESTIMENTO

- 5.9.1. Após a definição da profundidade final do poço, deverá se seguir a etapa do revestimento em rocha cristalina, calcária e sedimentar, colocando-se no mínimo 03 (três) metros de revestimento na rocha totalmente sã.
- 5.9.2. Para alguns casos esporádicos, onde o material atravessado se encontre inconsolidado ao longo do trecho perfurado, para se evitar o desmoronamento do poço, poderá ser necessária a utilização de revestimentos com tubos geomecânicos ou aço, em diâmetros que podem variar de 4” e 6”, além da aplicação de filtros e pré-filtro de material quartzoso para preenchimento do espaço anelar.
- 5.9.3. O revestimento a ser utilizado deve ser preferencialmente em tubo geomecânico de PVC 6”, sendo em segundo plano utilizado o revestimento de aço carbono 6”.
- 5.9.4. O revestimento geomecânico de 4” apenas deve ser utilizado em caso de necessidade de redução de diâmetro do poço de 6” para 4”, utilizando-se filtros e pré-filtros buscando-se maior segurança contra desmoronamentos das paredes do poço.
- 5.9.5. O filtro tipo Nold de 6” em aço galvanizado deve ser utilizado em poços sedimentares em diâmetro perfurado de 12 ¼ de forma a ser preenchido o espaço anelar com pré-filtro.

5.10. INSTALAÇÃO ELÉTRICA DAS BOMBAS

- 5.10.1 A contratada fará a instalação e montagem dos poços tubulares de acordo com a programação da CODEVASF. O equipamento utilizado será de acordo com as condições locais, como quantidade de famílias, vazão do poço e existência de rede elétrica.

- 5.10.2 Só será promovida a instalação de conjunto eletrobomba quando houver disponibilidade de energia elétrica a até 200 m do local onde o poço foi perfurado, conforme orientação da fiscalização.
- 5.10.3 Para vazões acima de 1.000 l/h e/ou a critério da fiscalização, será dimensionado conjunto eletrobomba de acordo com a profundidade do poço, vazão, níveis estático e dinâmico, distância e diferença de nível da caixa d'água (recalque até a caixa d'água), para instalação de conjunto eletrobomba submersa acionado a energia elétrica. Serão executados ainda serviços complementares para o perfeito funcionamento do equipamento.
- 5.10.5 Será fornecido e instalado pela Contratada o padrão de medidor COELBA, com as devidas conexões e aterramento.
- 5.10.6 A empreiteira executará a ligação Poste/Quadro/Bomba exatamente conforme o projeto e as presentes especificações. As principais exigências são as seguintes: Fornecimento e instalação dos cabos de cobre PP flexível - 3 x 2,5mm² e 3 x 4,0mm².
- 5.10.7 Para os poços a serem energizados com energia elétrica, a contratada fornecerá e instalará o painel/quadro de comando para bomba submersa elétrica monofásica de 0,5 cv a 8,0 CV, conforme o caso e conforme planilha orçamentária.
- 5.10.8 **Ligação da bomba:** Para a ligação da bomba a contratada fornecerá materiais (postes, cabos, caixa medidor, etc.) e executará todos os serviços para a complementação e ligação da rede elétrica ao quadro da bomba.
- 5.10.9 A instalação da eletrobomba, se assim for definido a sua aplicação com prévia aprovação pela fiscalização, deverá ser dimensionada para atender as características operacionais necessárias, e sua instalação elétrica estará computada no custo total do conjunto de bombeamento com todo sistema de comando e proteção elétrica, conforme previsto em planilha orçamentaria.
- 5.10.10O dimensionamento do conjunto eletrobomba não poderá exceder a 8 CV de potência do motor e deverá ser monofásica, devido às características da rede elétrica existente na zona rural da Bahia.
- 5.10.11A tubulação de sucção poderá ser em PVC Edutor tipo Standard, rosqueada, com conexões.
- 5.10.12A Contratada deverá empregar operários devidamente treinados e habilitados para realização dos trabalhos contratados, os quais serão supervisionados direta e permanentemente por profissional designado pela CODEVASF.
- 5.10.13A empreiteira executará a ligação Quadro/Bomba exatamente conforme as presentes especificações do fabricante.
- 5.10.14A tubulação de sucção poderá ser em PVC Edutor tipo Standard, rosqueada, com conexões.

5.11. INSTALAÇÕES E CONSTRUÇÕES DIVERSAS

5.11.1. CHAFARIZ

O sistema prevê apenas a distribuição através de chafariz. A construção de outro tipo de distribuição de água, somente será possível mediante consulta prévia a GRD – Gerencia Regional de Infra-Estrutura da 6ª Superintendência Regional da CODEVASF.

Os chafarizes terão forma circular com pavimento em volta em concreto simples desmoldado e juntas à colher. O traço a ser utilizado será o mesmo descrito para o piso da casa de bomba. O diâmetro será de 1,00 metro e a espessura > ou = 20 cm (15 cm acima do solo). As tubulações, peças e conexões (joelhos) serão de ferro galvanizado. As torneiras (mínimo de 03 unidades) serão do tipo fecho rápido de aço inoxidável.

5.11.2. INSTALAÇÃO DE RESERVATÓRIOS E BARRILETE DE SUBIDA E DESCIDA

Tratando-se de um sistema simplificado, estes serviços devem ser executados em conformidade com os projetos, ou seja: faz-se a captação no poço, a elevação e a distribuição até o chafariz. As etapas serão conforme se descreve abaixo.

Recalque: Será feito através de tubulação de PVC \varnothing 50 mm com capacidade de resistência a pressões nominais (PN) maior ou igual a 40 MPA. Demais tubos e conexões de PVC usadas nos serviços comuns de engenharia deverão obedecer esta característica.

Reservação: Será feita obrigatoriamente e exatamente conforme projeto. O reservatório será de fibra de vidro, capacidade para 5 m³. Ficará apoiado na laje da base elevada de 4 metros ou base apoiada, e fixado com cabos de aço inoxidável.

Deverão ser obedecidas todas as recomendações do projeto, ou seja: Dimensões, materiais e detalhes técnicos. As ligações hidráulicas do reservatório serão em tubos e conexões de PVC. Haverá “saídas” com registro de boa qualidade, para limpeza e extravasor (ladrão). O “ladrão,” assim como o tubo de limpeza, deverá descer até o nível do terreno e afastar-se um mínimo de 2 metros; sempre na direção onde haja facilidade de escoamento (maior inclinação do terreno). Evitar-se-á assim, a formação da lama ou poças d’água nas proximidades da fundação. Se tais tubos ficarem no nível do terreno, deverão ser protegidos com envelopamento de concreto simples.

Distribuição: Será feito através de chafariz em tubulação de PVC \varnothing 50 mm com capacidade de resistência a pressões nominais (PN) maior ou igual a 40 MPA. Demais tubos e conexões de PVC usadas nos serviços comuns de engenharia deverão obedecer a esta característica. O registro da distribuição ficará na tubulação de saída.

5.11.3. POÇO

5.11.3.1. A locação do conjunto poço, reservatório e bebedouro de animais deverá ser realizada de forma racional, mantendo-se uma distância aproximada de 40,00 m um do outro.

5.11.3.2. Os elementos acessórios ao poço tubular não deverão ser locados ao lado de cercas que impeçam o acesso de pessoas com carroças ou carrinhos de mãos.

5.11.3.3. O poço sendo seco, não haverá instalação de equipamentos para bombeamento.

5.11.3.4. O reservatório deverá ser de fibra de vidro, e deverá ser assentado sobre uma base construída conforme projeto.

5.11.4. BEBEDOURO

5.11.4.1. O bebedouro para animais será construído em concreto armado pré-moldado, conforme projeto, obedecendo-se as dimensões apresentadas no mesmo.

5.11.4.2. O bebedouro para animais terá formato circular, com diâmetro interno de 4,00m, com altura interna 0,60m. Construído em alvenaria de tijolo maciço, com pilares, lajes e cinta de amarração em concreto armado, conforme projeto apresentado. Deverá possuir um ponto de entrada de água e uma saída para limpeza, o que obriga a ser dado um caimento no piso do mesmo para direcionar o fluxo da água, bem como ter interligação entre os compartimentos do mesmo. Apintura da estrutura será à base de cal em duas demãos.

5.11.4.3. Normalmente, o bebedouro animal deverá ficar em cota de terreno mais baixa que o reservatório.

5.11.5. BASE APOIADA

5.11.5.1. A empreiteira executará a BASE APOIADA exatamente conforme o projeto e as presentes especificações e somente com autorização da fiscalização da CODEVASF. As principais exigências são as seguintes:

5.11.5.2. Fundação: Será executada uma laje de concreto armado, conforme projeto.

5.11.5.3. Estrutura/Superestrutura: As paredes e laje serão de concreto armado, conforme projeto.

5.11.5.4. Pintura: A Base apoiada será pintada com tinta impermeável mineral em pó, duas demãos.

5.11.6. CONSTRUÇÃO DE ABRIGO PARA QUADRO DE COMANDO

5.11.6.1. A empreiteira executará a construção de abrigo para Quadro de comando em concreto pré moldado, conforme o projeto. O quadro de Comando será fornecido e instalado pela empresa.

5.11.6.2. O abrigo para quadro de comando atenderá tanto a instalação com energia elétrica da COELBA.

5.11.7. CERCA

5.11.7.1. Para isolar e limitar o acesso ao poço, deverá ser feito uma cerca com 9 fios de arame de aço ovolado e mourões de concreto reto 15X15cm, espaçamento de 1m, cravados 0,5m, escoras de 10x10cm nos cantos.

5.11.8. Deverá ser fornecido e instalado o portão de ferro com suporte ebatedor (1,00m x 1,80m).

5.12. Especificações Técnicas_poço _SIST. ENERGIA SOLAR

5.12.1. TIPOS DE SISTEMAS - Os sistemas elétricos necessários ao suprimento e funcionamento dos sistemas de bombeamento serão divididos em 3 faixas:

- I. GRID 1 - sistema elétrico para bombas submersas de 3/4 cv (aproximadamente 60 mca). Neste sistema a vazão mínima é de 2 m3/h.;
- II. GRID 2 - sistema elétrico para bombas submersas de 5 cv (aproximadamente 200 mca). Neste sistema a vazão mínima é de 4 m3/h. ;

5.13. CARACTERÍSTICAS GERAIS INERENTES A TODOS OS SISTEMAS (GRID'S)

5.13.1. PROTEÇÕES ELÉTRICAS - O sistema elétrico deve possuir proteção contra condições potencialmente prejudiciais, tais como:

- Picos de tensão
- Baixa carga
- Baixa tensão
- Bomba travada
- Circuito aberto
- Curto circuito
- Superaquecimento da unidade de controle
- Operação sem água (a seco) □ Polaridade CC Invertida

5.13.2. CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS

- Motor elétrico trifásico. O inversor deverá fornecer uma tensão compatível com a carga (motobomba submersa).
- Sistema que busca a máxima eficiência de bombeamento
- Motobomba com elevada tecnologia e reconhecida durabilidade
- Estrutura com grau de proteção Nema tipo 4 (IP56), com máxima proteção para ambientes internos e externos e contra danos causados por animais, insetos, sujeira, entre outros.

- Conexões de entrada de corrente contínua (CC) e saída corrente alternada (CA)
- Indicação do status de operação através de LED
- Terminal previsto para comunicação de dados adicionais
- Partida suave, evitando golpe de aríete no acionamento do sistema
- Fácil instalação
- Possui sistema de diagnóstico e proteção
- Acionamento de liga e desliga por disjuntor

5.13.3. PRINCIPAIS COMPONENTES DOS SISTEMAS

- Motobomba conforme dimensionamento necessário ao perfeito funcionamento do sistema;
- Unidade de controle e proteção - inversor de frequência - adequado ao tamanho da motobomba e painéis solares. O sistema inversor deverá estar acondicionado junto com os demais componentes elétricos de comando e proteção em painel metálico fixado na estrutura metálica autosuportante dos painéis solares.
- Painel solar em quantidade suficiente para suprir a energia demandada pelo sistema
- Disjuntor entre o painel solar e o inversor para operação de manutenção do sistema.
- Sensor de fluxo antes do reservatório. Um comutador de fluxo deve ser fornecido para detectar condições de fluxo baixo ou sem fluxo e evitar danos à bomba, ao motor e ao encanamento. Em momentos de luz solar limitada, um ponto será alcançado onde não há energia solar suficiente para fornecer fluxo adequado. A bomba irá atingir uma condição de deadhead, significando que a bomba está girando, mas não há água em movimento contínuo. A operação em uma condição de deadhead pode superaquecer a bomba, o motor e, posteriormente, o encanamento, já que nenhuma água em movimento retira o calor. O fluxostato detecta um fluxo adequado, permitindo operação contínua ou detecta zero ou baixo, permitindo um modo de operação "deadhead" que alterna um intervalo de tempo de execução e um resfriamento para evitar superaquecimento do motor e da bomba. Após um certo período de tempo de execução, se o fluxostato não detectar o fluxo, apresentará um código de falha.
- Disjuntor para acionamento manual do sistema pelo operador do sistema.
- Estrutura metálica para suporte dos painéis □ Conectores, cabos e acessórios.
- Painel Metálico para acondicionamento do inversor e demais elementos de comando e proteção elétrica.

5.13.4. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA DOS CABOS (CONEXÃO PAINEL - INVERSOR)

- Material do condutor: Cobre eletrolítico estanhado, têmpera mole, encordoamento classe 5
- Classe do condutor: de acordo com a DIN VDE 0295 classe 5 e IEC
- 60228 cl. 5
- Isolamento da Veia: Composto poliolefínico termofixo não halogenado com baixa emissão de fumaça, não propagante a chama, na cor natural. – Cobertura:

Composto poliolefínico termofixo não halogenado com baixa emissão de fumaça, não propagante a chama e com resistência a intempéries.

- Fabricado na cor preta.
- Voltagem nominal: (0,6/1Kv CA-AC) (1,8 kV CC-DC).
- Resistência do condutor: de acordo com a DIN VDE 0295 classe 5e IEC 60228 cl. 5
- ABNT NBR 16612 – Cabos de potência para sistemas fotovoltaicos, não halogenados, isolados, com cobertura, para tensão de até 1,8 kV C.C. entre condutores – Requisitos de desempenho.

– Bitola: conforme dimensionamento a ser apresentado a fiscalização.

DESCRIÇÃO	PAINEL SOLARINVERSOR	INVERSOR-MOTOBOMBA
GRID 1	Cabo solar conforme especificação, bitola mínima #4 mm2	Cabo com bitola mínima de 3 x 4mm2 + 1 x 4mm2, isolamento EPR ou HEPR 1KV
GRID 2	Cabo solar conforme especificação, bitola mínima #4 mm2	Deverá ser realizado cálculo em função da profundidade do poço versus queda de tensão não superior a 2%, garantindo a bitola mínima de #6mm2 e isolamento EPR ou HEPR 1KV

5.13.5. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA INVERSOR DE FREQUÊNCIA PARA SISTEMA FOTOVOLTAICO

- IP 55
- Garantia mínima de 5 anos
- Tipo off grid - não conectado a rede da concessionária
- Deve estar acondicionado em painel metálico junto com os demais acessórios do sistema.
- Conforme IEC 62109-1
- Compatível com a quantidade de painéis solares e com a carga acoplada
- Controle - MPPT;
- Entradas Digitais
- IHM - IHM inclusa;
- Operação - Controle do tempo de aceleração e desaceleração, torque boost, parada forçada através de CC, modo CLP
- simplificado, frequência multiestágios, entre outros;

- Proteção - Proteção contra sub/sobre tensão, contra sobre corrente, auto diagnósticos e reset automático (caso seja necessário), proteção contra falta de fase, sobretensão no inversor, sobrecarga no motor, curto-circuito, proteção contra falhas externas, falhas de comunicação e interferências eletromagnéticas.
- Guia de instalação em Português;
- Suporte técnico em horário comercial;
- Refrigeração - Ventilação forçada;
- Temperatura Ambiente - $-10^{\circ}\text{C} \sim +40^{\circ}\text{C}$;
- Deverá ser apresentada a folha de dados do equipamento para aprovação da fiscalização
- modelo referência schneider motobombas / franklin electric
- UNIDADE DE CONTROLE SOLAR FHOTON FD Solar 3.7KW
- N4 / FD Solar 0.55KW N4
-

5.13.6. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA MÍNIMA BOMBA SUBMERSA

- Bomba submersa para utilização em sistemas fotovoltaicos
- Tipo centrífuga 4"
- Material: aço inox, motor e tomada.
- Motor blindado.
- Rolamento NSK.
- Similar ou superior a marca SCHNEIDER / Leão

5.13.7. ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA PLACA SOLAR

- Potência: $\geq 450\text{Wp}$ (*Sob Temperatura Operacional Nominal Célula (NOCT), irradiação de 800 W/m^2 , espectro AM 1.5, temperatura ambiente de 20°C , velocidade do vento 1 m/s.). Modelo referência: Canadian Solar Inc NMOT CS3W 405P OU SUPERIOR;
- Tolerância de Potência: $0 \sim +3\%$;
- Eficiência: $>16\%$;
- Temperatura Operacional: até 85°C
- Classe: A;
- Modelo: Policristalino de 72 células.
- Embalagem: caixa de papelão duplo, revestido nas bases com madeira para que as peças não cheguem avariadas.
- Garantia: 25 anos de garantia para potência de saída linear
- Certificação: INMETRO
- Proteção contra incêndio TIPO 1 (UL 1703) ou CLASSE C (IEC 61730)
- Vidro dianteiro: Vidro temperado de 3.2 mm
- Material do marco: Alumínio anodizado

- J-Box: IP68, 3 diodos
- Cabo 4 mm² (IEC)
- Conectores T4 series

- Quantidade: compatível com a carga. memória de cálculo deverá ser apresentada a fiscalização.
- Inclinação: igual a latitude do local.

5.13.8. - ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA MÍNIMA ESTRUTURA METÁLICA PARA PAINÉIS SOLARES

- Fixação na estrutura no solo. Deverá ser realizada base de concreto compatível com a carga da estrutura. Deverá ser apresentado cálculo a fiscalização.
- Deverá suportar ventos conforme NBR 6123
- Aço zincado segundo norma NBR 6323
- Dimensionamento estrutural segundo NBR 8800
- Vigas e clamps em alumínio 6063-T6 de alta resistência
- Parafusos dos clamps em aço inox □ Tipos de estrutura:

GRID 1: recomenda-se utilizar



Figura 1 - Ilustração GRID 1

GRID 2: recomenda-se utilizar



Figura 2 - Ilustração GRID 2

Obs.: O desenho e especificação técnica da estrutura metálica a ser fornecida e instalada pela contratada deverá ter a aprovação da fiscalização.

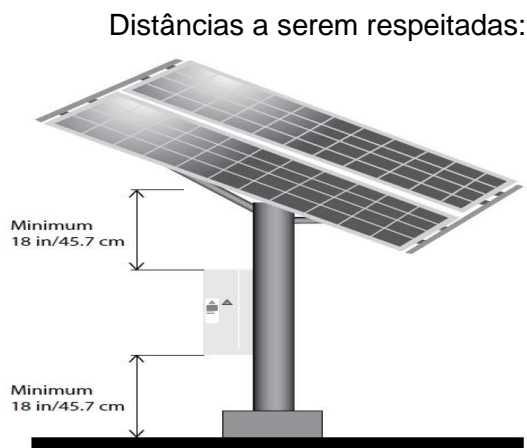
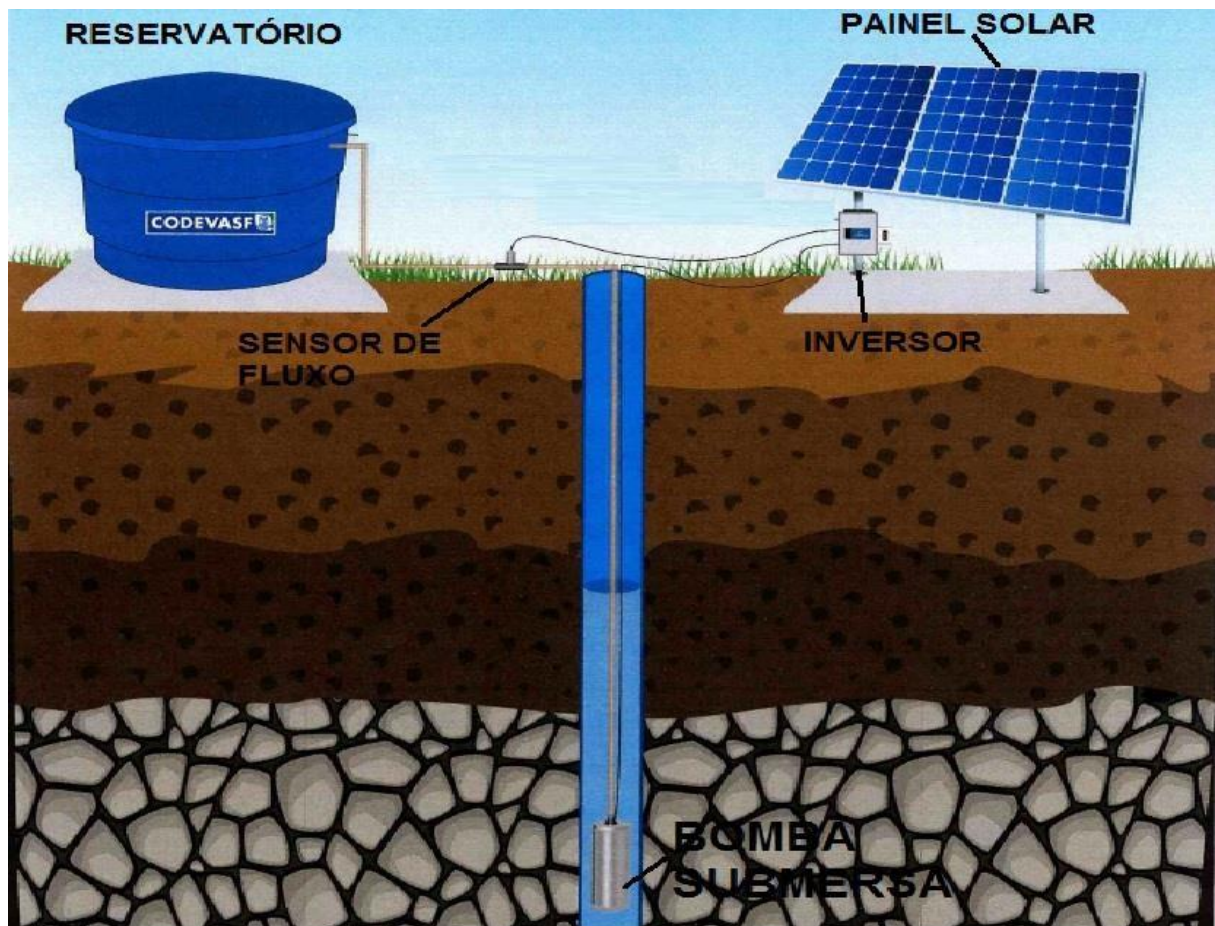


Figura 3 - Foto Ilustrativa distâncias

5.13.9. - ESPECIFICAÇÃO TÉCNICA PAINEL METÁLICO

- Padrão Cemar / Brum ou similar IP 66
- Totalmente construído em chapa de aço 2mm. Dobradiças de aço e reforçadas.
- Pintura eletrostática a pó na cor RAL 7032
- Placa de montagem, em chapa de aço 2mm. Pintura eletrostática a pó na cor RAL 2003
- Prensa cabos
- O PAINEL METÁLICO COM SEUS COMPONENTES INTERNOS DE COMANDO E PROTEÇÃO ELÉTRICA DEVERÃO ESTAR FIXADOS NA PRÓPRIA ESTRUTURA METÁLICA QUE SUPPORTA OS PAINÉIS SOLARES.
- O sistema deverá ser aterrado com haste cobreada copperweld p/ aterramento 254 micr d= 5/8" x 3,00 m.
- O cabo elétrico que sai do painel e alimenta a bomba submersa deverá ser conduzido dentro de eletroduto pvc rígido de bitola não inferior a # 3/4".
- Todos os custos com o eletroduto, terminais e demais acessórios ao perfeito funcionamento do sistema deverão estar contemplados na proposta.

ESQUEMÁTICO ILUSTRATIVO DO SISTEMA



6. FICHA DO POÇO – RELATÓRIO TÉCNICO

6.1 Executados todos os serviços anteriormente mencionados, a Contratada deverá apresentar um Relatório Técnico de Conclusão do Poço/Ficha do Poço, no prazo de 48 horas após a execução do serviço, contendo no mínimo os seguintes dados:

- a) Identificação da localidade do poço (sítio, associação, fazenda, etc.), data da realização etc.;
- b) Município e Estado;
- c) Coordenadas Geográficas com a localização exata do poço;
- d) Perfil técnico-construtivo, com descrição da litologia atravessada, indicação de revestimento, filtros, pré-filtros, cimentações, diâmetros realizados e profundidades respectivas de cada item mencionado;
- e) Entradas de água;
- f) Profundidade do poço;
- g) Crivo do bombeador – profundidade de sua instalação;
- h) Dados do teste de bombeamento (Tempo de bombeamento, Vazão em m³/h, NE e ND – nível estático e nível dinâmico, dados da recuperação do poço etc.);
- i) Aquífero;
- j) Executor;
- k) Data do início e término do teste de bombeamento/recuperação;
- l) Análise físico-química e bacteriológica da água;
- m) Fotos das instalações do poço, reservatório e bebedouro de animais.

6.2 A não apresentação deste Relatório Técnico, conforme aqui estabelecido, implicará na retenção dos pagamentos devidos.

6.3 Os poços que ficarem sem instalação por algum motivo técnico ou administrativo, comprovado mediante Nota Técnica, com prévio

conhecimento e aprovação da fiscalização da CODEVASF, deverão ter seus dados técnicos registrados em fichas, conforme especificado acima.

6.4 No final dos serviços, a contratada apresentará à fiscalização da CODEVASF o Relatório Técnico Geral de todos os poços em um único documento, que deverá acompanhar a medição final do contrato.

6.5 O pagamento será feito por serviço realizado. Caso algum item da composição do custo unitário de um poço não seja executado, o valor do mesmo será descontado do valor final do serviço, conforme preços constantes na planilha orçamentária e composição de custo unitário do poço.

7. CONSIDERAÇÕES GERAIS

- 7.1 A locação dos poços será de responsabilidade da contratada; sendo assim, os mesmos deverão ser locados e acompanhadas suas implantações por profissional qualificado, isto é, Geólogo, assim como a locação da caixa d'água, que deverá ser em local adequado e normalmente em nível superior ao do poço e que atenda o chafariz e bebedouro de animais por gravidade.
- 7.2 A contratada se obrigará a apresentar o Termo de Servidão Pública assinado pelo proprietário da terra, e as fotos do conjunto poço, reservatório, chafariz e bebedouro de animais à fiscalização da CODEVASF.
- 7.3 A medição dos serviços será mensal, após a constatação da efetiva implantação do conjunto poço, reservatório, chafariz e bebedouro de animais.
- 7.4 Por ocasião da realização das medições mensais, para que seja inspecionada a frente de trabalho em andamento e outras em que houver alguma razão para tal, a contratada deverá indicar um preposto para que o mesmo possa acompanhar o fiscal da CODEVASF durante a visita.
- 7.5 A CODEVASF considerará que o não cumprimento das exigências a seguir relacionadas, constituirá motivo de não aceitação dos serviços e, conseqüentemente, não pagamento dos serviços realizados, tendo em vista a inadequação do poço para os fins a que se destina.
- 7.6 No final das operações de limpeza e desenvolvimento, a água bombeada deverá se apresentar límpida e isenta de areia, sendo admitido um teor máximo de 3 g/m³.
- 7.7 A coluna de revestimento e filtros a ser especificada pela fiscalização (metragem definitiva a ser anotada no boletim de perfuração) deverá descer até a profundidade final estabelecida, tendo em vista o posicionamento adequado dos filtros, ao longo dos intervalos selecionados.
- 7.8 Não deverá haver indícios de colapso de revestimentos, filtros ou de ruptura da coluna de completação, que venha a impedir a descida até o fundo do poço dos equipamentos previstos, ou ainda que provoque a produção de areia durante as operações de desenvolvimento e teste de bombeamento.
- 7.9 Evitar paralisações prolongadas das operações, a fim de não comprometer a estabilidade das paredes do poço.

- 7.10 Uma vez concluídas as operações de completação do poço, os procedimentos de limpeza e desenvolvimento deverão ser iniciados de imediato, evitando riscos de colmatações ou impregnações de materiais finos ou argilosos no pré-filtro.
- 7.11 Somente serão efetuadas medições de poços perfurados após ser efetuado teste de Bombeamento dos mesmos e apresentado a ficha de bombeamento de campo.
- 7.12 Poços com vazões iguais ou inferiores a 500 l/h serão considerados improdutivos.
- 7.13 Poços secos ou improdutivos, as locações não serão pagas.
- 7.14 As bombas serão monofásicas 220 V, nas potências 0,5 CV a 8,0 CV.
- 7.15 Os reservatórios serão dispostos em bases do tipo elevadas ou apoiadas, definidas pela fiscalização da CODEVASF.
- 7.16 A água será oferecida as comunidades através de chafarizes e bebedouros para abastecimento animal, quando assim for definido pela fiscalização.
- 7.17 Após a conclusão dos serviços, a Contratada deverá solicitar ao órgão ambiental competente a Outorga do poço ou a dispensa de Outorga.

Juazeiro/BA, 18 de Outubro de 2021.

Google Shopping

Pesquisar no Google Shopping

BOMBAS ATÉ 3,5 CV

Coleção

4 itens

BOMBA SUBMERSA 1,5 CV

Coleção

13 itens

TUBOS E PEÇAS EDUTOR

Coleção

4 itens

Produtos de que eu gosto

Coleção

16 itens

Tracked products

Acompanhamento de preço

Nenhum item ainda

Lista de compras

Ver na Web

Está procurando tudo o que você salvou no Google?

Visualização

BOMBAS ATÉ 3,5 CV

R\$ 3.241,95

Mérito Comercial

Bomba Submersa Leão 4R5PA-17 360 ...

R\$ 3.391,47

Mérito Comercial

Bomba Submersa Leao 4R5PA-17 360 ...

R\$ 3.817,13

Mérito Comercial

Bomba Submersa Leao 4R5IB-18 360...

R\$ 2.500,00

Conquista Maquinas

Bomba Submersa Leão 4R5PA-18 230...

https://shopping.google.com/lists/CAESFjRMS002VVNKVFI5TDImTmtMUVh0TFEgAQ==?sa=X&ved=2ahUKEwiTnbHKuLHzAhUJEZEKHe4ID10... 1/1

Documento assinado digitalmente. Para verificar as assinaturas, acesse https://ecodevasf.codevasf.gov.br?a=autenticidade e informe o e-DOC



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA

MÉDIA MEDIANA MENOR
R\$ 2.415,20 R\$ 1.440,00 R\$ 21,59

Quantidade total de registros: 122

Registros apresentados: 1 a 50

FILTROS APLICADOS

Descrição

Ano da

Compra

BOMBA SUBMERSA PEÇAS E ACESSÓRIOS\, BOMBA SUBMERSA PEÇAS E ACESSÓRIOS, BOMBA HIDRÁULICA\, POTÊNCIA:1 CV\, TENSÃO ALIMENTAÇÃO:220 V\, TIPO MOTOR:TRIFÁSICO\, APLICAÇÃO:SUBMERSA\, DIÂMETRO:4 POL, BOMBA HIDRÁULICA\, POTÊNCIA:1\,5 CV\, TENSÃO ALIMENTAÇÃO:220 V\, VAZÃO:10 M3/H\, TIPO MOTOR:TRIFÁSICO\, VELOCIDADE:1.750 RPM\, FREQUÊNCIA:60 HZ\, APLICAÇÃO:SUBMERSA

2021, 2020

RESULTADO 1

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00012/2020

Número do Item: 00045

Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Pregão Eletrônico, para a aquisição de Insumos para perfuração e automação de poços semi artesianos, por menor preço por item, com o objetivo de tais insumos serem empregados na perfuração de poços atendendo assim, as necessidades de água potável para a tropa e para o trabalhos do parque de usina de asfalto e britador do Destacamento do 8º BEC, responsável pelas obras da BR 230/PA, na cidade de Novo Repartimento-PA.

Quantidade Ofertada: 15

Valor Proposto Unitário: R\$ 100

Valor Unitário do Item: R\$ 21,59

Código do CATMAT: 150182

Descrição do Item: BOMBA SUBMERSA PEÇAS E ACESSÓRIOS, BOMBA SUBMERSA PEÇAS E ACESSÓRIOS

Descrição Complementar:

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Modalidade da Compra: Pregão

Forma de Compra: SISRP

Marca: SIBRATEC

Data do Resultado: 01/09/2020

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: MARIA CONSUELO SOARES DA MATA

CNPJ/CPF: 28697784000178

Porte do Fornecedor: Micro Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 160171 - 8 BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO

Órgão: COMANDO DO EXERCITO

Órgão Superior: MINISTERIO DEFESA

RESULTADO 2

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00012/2020

Número do Item: 00077

Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Pregão Eletrônico, para a aquisição de Insumos para perfuração e automação de poços semi artesanais, por menor preço por item, com o objetivo de tais insumos serem empregados na perfuração de poços atendendo assim, as necessidades de água potável para a tropa e para o trabalhos do parque de usina de asfalto e britador do Destacamento do 8º BEC, responsável pelas obras da BR 230/PA, na cidade de Novo Repartimento-PA.

Quantidade Ofertada: 100

Valor Proposto Unitário: R\$ 73,8

Valor Unitário do Item: R\$ 32,83

Código do CATMAT: 150182

Descrição do Item: BOMBA SUBMERSA PEÇAS E ACESSÓRIOS, BOMBA SUBMERSA PEÇAS E ACESSÓRIOS

Descrição Complementar:

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Modalidade da Compra: Pregão

Forma de Compra: SISRP

Marca: GEOSHOP

Data do Resultado: 01/09/2020

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: FIEL COMERCIAL E SERVICOS EIRELI

CNPJ/CPF: 33658130000175

Porte do Fornecedor: Pequena Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 160171 - 8 BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO

Órgão: COMANDO DO EXERCITO

Órgão Superior: MINISTERIO DEFESA

RESULTADO 3

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00004/2020

Número do Item: 00024

Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Registro de Preços com vistas a futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de Materiais de expediente, elétrico, manutenção, limpeza, veterinários, ferramentas e embalagens, por um período de 12 meses, contados da data de assinatura da Ata de Registro de Preços, através da modalidade licitatória Pregão Eletrônico MENOR PREÇO POR ITEM conforme disposições do Termo de Referência.

Quantidade Ofertada: 10

Valor Proposto Unitário: R\$ 84,94

Valor Unitário do Item: R\$ 83

Código do CATMAT: 150182

Descrição do Item: BOMBA SUBMERSA PEÇAS E ACESSÓRIOS, BOMBA SUBMERSA PEÇAS E ACESSÓRIOS

Descrição Complementar:

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Modalidade da Compra: Pregão

Forma de Compra: SISRP

Marca: XILONG

Data do Resultado: 09/10/2020

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: LABORATORIUS EQUIPAMENTOS E PRODUTOS LTDA

CNPJ/CPF: 00881764000133

Porte do Fornecedor: Pequena Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 135019 - EMBRAPA AGROPECUARIA OESTE/DOURADOS/MS

Órgão: EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA

Órgão Superior: EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA

RESULTADO 4

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00004/2020

Número do Item: 00022

Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Registro de Preços com vistas a futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de Materiais de expediente, elétrico, manutenção, limpeza, veterinários, ferramentas e embalagens, por um período de 12 meses, contados da data de assinatura da Ata de Registro de Preços, através da modalidade licitatória Pregão Eletrônico MENOR PREÇO POR ITEM conforme disposições do Termo de Referência.

Quantidade Ofertada: 10

Valor Proposto Unitário: R\$ 90,33

Valor Unitário do Item: R\$ 85,5

Código do CATMAT: 150182

Descrição do Item: BOMBA SUBMERSA PEÇAS E ACESSÓRIOS, BOMBA SUBMERSA PEÇAS E ACESSÓRIOS

Descrição Complementar:

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Modalidade da Compra: Pregão

Forma de Compra: SISRP

Marca: XILONG

Data do Resultado: 09/10/2020

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: LABORATORIUS EQUIPAMENTOS E PRODUTOS LTDA

CNPJ/CPF: 00881764000133

Porte do Fornecedor: Pequena Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 135019 - EMBRAPA AGROPECUARIA OESTE/DOURADOS/MS

Órgão: EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA

Órgão Superior: EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA

RESULTADO 5

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00005/2021

Número do Item: 00027

Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Eventual aquisição de material de consumo (insumos para as unidades de produção e pesquisa), visando atender as necessidades da Coordenadoria-geral de Gestão do Campo do Ifes/Campus de Alegre (órgão gerenciador), conforme detalhamentos constantes no Edital e no Termo de Referência (anexo I).

Quantidade Ofertada: 4

Valor Proposto Unitário: R\$ 1.000

Valor Unitário do Item: R\$ 116,7

Código do CATMAT: 405844

Descrição do Item: BOMBA HIDRÁULICA, POTÊNCIA:1,5 CV, TENSÃO ALIMENTAÇÃO:220 V, VAZÃO:10 M3/H, TIPO MOTOR:TRIFÁSICO, VELOCIDADE:1.750 RPM, FREQUÊNCIA:60 HZ, APLICAÇÃO:SUBMERSA

Descrição Complementar:

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Modalidade da Compra: Pregão

Forma de Compra: SISRP

Marca: SARLO

Data do Resultado: 10/05/2021

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: CCK COMERCIAL LTDA

CNPJ/CPF: 22065938000122

Porte do Fornecedor: Pequena Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 158425 - IFES - CAMPUS DE ALEGRE

Órgão: INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DO ESP.SANTO

Órgão Superior: MINISTERIO DA EDUCACAO

RESULTADO 6

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00004/2020

Número do Item: 00023

Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Registro de Preços com vistas a futura e eventual contratação de empresa para fornecimento de Materiais de expediente, elétrico, manutenção, limpeza, veterinários, ferramentas e embalagens, por um período de 12 meses, contados da data de assinatura da Ata de Registro de Preços, através da modalidade licitatória Pregão Eletrônico MENOR PREÇO POR ITEM conforme disposições do Termo de Referência.

Quantidade Ofertada: 10

Valor Proposto Unitário: R\$ 198,95

Valor Unitário do Item: R\$ 193

Código do CATMAT: 150182

Descrição do Item: BOMBA SUBMERSA PEÇAS E ACESSÓRIOS, BOMBA SUBMERSA PEÇAS E ACESSÓRIOS

Descrição Complementar:

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Modalidade da Compra: Pregão

Forma de Compra: SISRP

Marca: XILONG

Data do Resultado: 09/10/2020

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: LABORATORIUS EQUIPAMENTOS E PRODUTOS LTDA

CNPJ/CPF: 00881764000133

Porte do Fornecedor: Pequena Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 135019 - EMBRAPA AGROPECUARIA OESTE/DOURADOS/MS

Órgão: EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA

Órgão Superior: EMPRESA BRASILEIRA DE PESQUISA AGROPECUARIA

RESULTADO 7

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00046/2020

Número do Item: 00018

Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Registro de preços visando a eventual contratação de pessoa(s) jurídica(s) para fornecimento de materiais de construção em geral (mineral, elétrico, hidráulico, pintura, acabamentos, etc.) destinados a pequenos reparos, de interesse desta administração pública.

Quantidade Ofertada: 20

Valor Proposto Unitário: R\$ 727,03

Valor Unitário do Item: R\$ 229

Código do CATMAT: 150182

Descrição do Item: BOMBA SUBMERSA PEÇAS E ACESSÓRIOS, BOMBA SUBMERSA PEÇAS E ACESSÓRIOS

Descrição Complementar:

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Modalidade da Compra: Pregão

Forma de Compra: SISRP

Marca: RAYMA

Data do Resultado: 24/02/2021

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: C. R. DE OLIVEIRA CONSTRUÇOES EIRELI

CNPJ/CPF: 17043520000184

Porte do Fornecedor: Pequena Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 980961 - PREFEITURA MUNICIPAL DE AÇAILANDIA/MA

Órgão: ESTADO DO MARANHÃO

Órgão Superior: REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RESULTADO 8

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00010/2020

Número do Item: 00001

Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Aquisição de equipamentos necessários para a implementação do projeto da marcenaria, que por sua vez ajudará nas realizações das atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como, nos trabalhos de manutenção do Instituto Federal do Amazonas Campus Lábrea.

Quantidade Ofertada: 2

Valor Proposto Unitário: R\$ 253,9

Valor Unitário do Item: R\$ 253,9

Código do CATMAT: 150182

Descrição do Item: BOMBA SUBMERSA PEÇAS E ACESSÓRIOS, BOMBA SUBMERSA PEÇAS E ACESSÓRIOS

Descrição Complementar:

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Modalidade da Compra: Pregão

Forma de Compra: SISRP

Marca: DANCOR

Data do Resultado: 23/12/2020

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: AMCANAA EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA

CNPJ/CPF: 01044210000144

Porte do Fornecedor: Pequena Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 158564 - INSTITUTO FEDERAL DE EDUC. DO AM/CAMPUS LÁBREA

Órgão: INST.FED.DE EDUC., CIENC E TEC.DO AMAZONAS

Órgão Superior: MINISTERIO DA EDUCACAO

RESULTADO 9

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00012/2020

Número do Item: 00041

Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Pregão Eletrônico, para a aquisição de Insumos para perfuração e automação de poços semi artesanais, por menor preço por item, com o objetivo de tais insumos serem empregados na perfuração de poços atendendo assim, as necessidades de água potável para a tropa e para o trabalhos do parque de usina de asfalto e britador do Destacamento do 8º BEC, responsável pelas obras da BR 230/PA, na cidade de Novo Repartimento-PA.

Quantidade Ofertada: 10

Valor Proposto Unitário: R\$ 1.000

Valor Unitário do Item: R\$ 274,99

Código do CATMAT: 150182

Descrição do Item: BOMBA SUBMERSA PEÇAS E ACESSÓRIOS, BOMBA SUBMERSA PEÇAS E ACESSÓRIOS

Descrição Complementar:

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Modalidade da Compra: Pregão

Forma de Compra: SISRP

Marca: CONDUNORTE

Data do Resultado: 01/09/2020

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: MARIA CONSUELO SOARES DA MATA

CNPJ/CPF: 28697784000178

Porte do Fornecedor: Micro Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 160171 - 8 BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO

Órgão: COMANDO DO EXERCITO

Órgão Superior: MINISTERIO DEFESA

RESULTADO 10

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00001/2021

Número do Item: 00008

Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Ferramentas e Equipamentos

Quantidade Ofertada: 2

Valor Proposto Unitário: R\$ 288,85

Valor Unitário do Item: R\$ 288,85

Código do CATMAT: 405844

Descrição do Item: BOMBA HIDRÁULICA, POTÊNCIA:1,5 CV, TENSÃO ALIMENTAÇÃO:220 V, VAZÃO:10 M3/H, TIPO MOTOR:TRIFÁSICO, VELOCIDADE:1.750 RPM, FREQUÊNCIA:60 HZ, APLICAÇÃO:SUBMERSA

Descrição Complementar:

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Modalidade da Compra: Pregão

Forma de Compra: SISRP

Marca: RAYMA

Data do Resultado: 19/04/2021

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: PRISMA COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO E OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL EIRELI

CNPJ/CPF: 17878280000138

Porte do Fornecedor: Micro Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 926302 - PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA DA BAHIA

Órgão: ESTADO DA BAHIA

Órgão Superior: REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RESULTADO 11

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00037/2020

Número do Item: 00012

Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - O objeto da presente licitação é o Registro de Preço para futura e eventual AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DIVERSOS, para suprir as necessidades do Setor de Infraestrutura e Serviço, do Instituto Federal do Sul de Minas Gerais Campus Machado, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento.

Quantidade Ofertada: 10

Valor Proposto Unitário: R\$ 480

Valor Unitário do Item: R\$ 345

Código do CATMAT: 405844

Descrição do Item: BOMBA HIDRÁULICA, POTÊNCIA:1,5 CV, TENSÃO ALIMENTAÇÃO:220 V, VAZÃO:10 M3/H, TIPO MOTOR:TRIFÁSICO, VELOCIDADE:1.750 RPM, FREQUÊNCIA:60 HZ, APLICAÇÃO:SUBMERSA

Descrição Complementar:

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Modalidade da Compra: Pregão

Forma de Compra: SISRP

Marca: ELETROPLAS EBSV-200

Data do Resultado: 09/03/2021

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: BIDDEN COMERCIAL LTDA.

CNPJ/CPF: 36181473000180

Porte do Fornecedor: Pequena Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 158304 - INST.SUL DE MG/CAMPUS MACHADO

Órgão: INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO SUL DE MG

Órgão Superior: MINISTERIO DA EDUCACAO

RESULTADO 12

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00012/2020

Número do Item: 00030

Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Pregão Eletrônico, para a aquisição de Insumos para perfuração e automação de poços semi artesanais, por menor preço por item, com o objetivo de tais insumos serem empregados na perfuração de poços atendendo assim, as necessidades de água potável para a tropa e para o trabalhos do parque de usina de asfalto e britador do Destacamento do 8º BEC, responsável pelas obras da BR 230/PA, na cidade de Novo Repartimento-PA.

Quantidade Ofertada: 10

Valor Proposto Unitário: R\$ 2.000

Valor Unitário do Item: R\$ 447,99

Código do CATMAT: 150182

Descrição do Item: BOMBA SUBMERSA PEÇAS E ACESSÓRIOS, BOMBA SUBMERSA PEÇAS E ACESSÓRIOS

Descrição Complementar:

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Modalidade da Compra: Pregão

Forma de Compra: SISRP

Marca: LUKMA

Data do Resultado: 01/09/2020

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: MARIA CONSUELO SOARES DA MATA

CNPJ/CPF: 28697784000178

Porte do Fornecedor: Micro Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 160171 - 8 BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO

Órgão: COMANDO DO EXERCITO

Órgão Superior: MINISTERIO DEFESA

RESULTADO 13

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00012/2020

Número do Item: 00026

Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Pregão Eletrônico, para a aquisição de Insumos para perfuração e automação de poços semi artesanais, por menor preço por item, com o objetivo de tais insumos serem empregados na perfuração de poços atendendo assim, as necessidades de água potável para a tropa e para o trabalhos do parque de usina de asfalto e britador do Destacamento do 8º BEC, responsável pelas obras da BR 230/PA, na cidade de Novo Repartimento-PA.

Quantidade Ofertada: 10

Valor Proposto Unitário: R\$ 763,7

Valor Unitário do Item: R\$ 535

Código do CATMAT: 150182

Descrição do Item: BOMBA SUBMERSA PEÇAS E ACESSÓRIOS, BOMBA SUBMERSA PEÇAS E ACESSÓRIOS

Descrição Complementar:

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Modalidade da Compra: Pregão

Forma de Compra: SISRP

Marca: ALTRI

Data do Resultado: 01/09/2020

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: CELTROVIC COMERCIO DE PECAS E EQUIPAMENTOS ELETRONICOS LTDA

CNPJ/CPF: 08325368000131

Porte do Fornecedor: Micro Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 160171 - 8 BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO

Órgão: COMANDO DO EXERCITO

Órgão Superior: MINISTERIO DEFESA

RESULTADO 14

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00012/2020

Número do Item: 00033

Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Pregão Eletrônico, para a aquisição de Insumos para perfuração e automação de poços semi artesanais, por menor preço por item, com o objetivo de tais insumos serem empregados na perfuração de poços atendendo assim, as necessidades de água potável para a tropa e para o trabalhos do parque de usina de asfalto e britador do Destacamento do 8º BEC, responsável pelas obras da BR 230/PA, na cidade de Novo Repartimento-PA.

Quantidade Ofertada: 10

Valor Proposto Unitário: R\$ 1.500

Valor Unitário do Item: R\$ 540

Código do CATMAT: 150182

Descrição do Item: BOMBA SUBMERSA PEÇAS E ACESSÓRIOS, BOMBA SUBMERSA PEÇAS E ACESSÓRIOS

Descrição Complementar:

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Modalidade da Compra: Pregão

Forma de Compra: SISRP

Marca: PMD ELETRO

Data do Resultado: 01/09/2020

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: I2TEC MATERIAIS ELETRICOS LTDA

CNPJ/CPF: 23862769000114

Porte do Fornecedor: Pequena Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 160171 - 8 BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO

Órgão: COMANDO DO EXERCITO

Órgão Superior: MINISTERIO DEFESA

RESULTADO 15

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00012/2020

Número do Item: 00024

Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Pregão Eletrônico, para a aquisição de Insumos para perfuração e automação de poços semi artesanais, por menor preço por item, com o objetivo de tais insumos serem empregados na perfuração de poços atendendo assim, as necessidades de água potável para a tropa e para o trabalhos do parque de usina de asfalto e britador do Destacamento do 8º BEC, responsável pelas obras da BR 230/PA, na cidade de Novo Repartimento-PA.

Quantidade Ofertada: 10

Valor Proposto Unitário: R\$ 1.500

Valor Unitário do Item: R\$ 579

Código do CATMAT: 150182

Descrição do Item: BOMBA SUBMERSA PEÇAS E ACESSÓRIOS, BOMBA SUBMERSA PEÇAS E ACESSÓRIOS

Descrição Complementar:

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Modalidade da Compra: Pregão

Forma de Compra: SISRP

Marca: PMD ELETRO

Data do Resultado: 01/09/2020

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: I2TEC MATERIAIS ELETRICOS LTDA

CNPJ/CPF: 23862769000114

Porte do Fornecedor: Pequena Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 160171 - 8 BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO

Órgão: COMANDO DO EXERCITO

Órgão Superior: MINISTERIO DEFESA

RESULTADO 16

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00012/2020

Número do Item: 00023

Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Pregão Eletrônico, para a aquisição de Insumos para perfuração e automação de poços semi artesanais, por menor preço por item, com o objetivo de tais insumos serem empregados na perfuração de poços atendendo assim, as necessidades de água potável para a tropa e para o trabalhos do parque de usina de asfalto e britador do Destacamento do 8º BEC, responsável pelas obras da BR 230/PA, na cidade de Novo Repartimento-PA.

Quantidade Ofertada: 10

Valor Proposto Unitário: R\$ 1.500

Valor Unitário do Item: R\$ 579

Código do CATMAT: 150182

Descrição do Item: BOMBA SUBMERSA PEÇAS E ACESSÓRIOS, BOMBA SUBMERSA PEÇAS E ACESSÓRIOS

Descrição Complementar:

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Modalidade da Compra: Pregão

Forma de Compra: SISRP

Marca: PMD ELETRO

Data do Resultado: 01/09/2020

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: I2TEC MATERIAIS ELETRICOS LTDA

CNPJ/CPF: 23862769000114

Porte do Fornecedor: Pequena Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 160171 - 8 BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO

Órgão: COMANDO DO EXERCITO

Órgão Superior: MINISTERIO DEFESA

RESULTADO 17

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00012/2020

Número do Item: 00028

Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Pregão Eletrônico, para a aquisição de Insumos para perfuração e automação de poços semi artesanais, por menor preço por item, com o objetivo de tais insumos serem empregados na perfuração de poços atendendo assim, as necessidades de água potável para a tropa e para o trabalhos do parque de usina de asfalto e britador do Destacamento do 8º BEC, responsável pelas obras da BR 230/PA, na cidade de Novo Repartimento-PA.

Quantidade Ofertada: 10

Valor Proposto Unitário: R\$ 2.000

Valor Unitário do Item: R\$ 590

Código do CATMAT: 150182

Descrição do Item: BOMBA SUBMERSA PEÇAS E ACESSÓRIOS, BOMBA SUBMERSA PEÇAS E ACESSÓRIOS

Descrição Complementar:

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Modalidade da Compra: Pregão

Forma de Compra: SISRP

Marca: PMD ELETRO

Data do Resultado: 01/09/2020

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: I2TEC MATERIAIS ELETRICOS LTDA

CNPJ/CPF: 23862769000114

Porte do Fornecedor: Pequena Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 160171 - 8 BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO

Órgão: COMANDO DO EXERCITO

Órgão Superior: MINISTERIO DEFESA

RESULTADO 18

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00012/2020

Número do Item: 00029

Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Pregão Eletrônico, para a aquisição de Insumos para perfuração e automação de poços semi artesanais, por menor preço por item, com o objetivo de tais insumos serem empregados na perfuração de poços atendendo assim, as necessidades de água potável para a tropa e para o trabalhos do parque de usina de asfalto e britador do Destacamento do 8º BEC, responsável pelas obras da BR 230/PA, na cidade de Novo Repartimento-PA.

Quantidade Ofertada: 10

Valor Proposto Unitário: R\$ 1.500

Valor Unitário do Item: R\$ 590

Código do CATMAT: 150182

Descrição do Item: BOMBA SUBMERSA PEÇAS E ACESSÓRIOS, BOMBA SUBMERSA PEÇAS E ACESSÓRIOS

Descrição Complementar:

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Modalidade da Compra: Pregão

Forma de Compra: SISRP

Marca: PMD ELETRO

Data do Resultado: 01/09/2020

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: I2TEC MATERIAIS ELETRICOS LTDA

CNPJ/CPF: 23862769000114

Porte do Fornecedor: Pequena Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 160171 - 8 BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO

Órgão: COMANDO DO EXERCITO

Órgão Superior: MINISTERIO DEFESA

RESULTADO 19

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00012/2020

Número do Item: 00022

Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Pregão Eletrônico, para a aquisição de Insumos para perfuração e automação de poços semi artesanais, por menor preço por item, com o objetivo de tais insumos serem empregados na perfuração de poços atendendo assim, as necessidades de água potável para a tropa e para o trabalhos do parque de usina de asfalto e britador do Destacamento do 8º BEC, responsável pelas obras da BR 230/PA, na cidade de Novo Repartimento-PA.

Quantidade Ofertada: 10

Valor Proposto Unitário: R\$ 1.500

Valor Unitário do Item: R\$ 590

Código do CATMAT: 150182

Descrição do Item: BOMBA SUBMERSA PEÇAS E ACESSÓRIOS, BOMBA SUBMERSA PEÇAS E ACESSÓRIOS

Descrição Complementar:

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Modalidade da Compra: Pregão

Forma de Compra: SISRP

Marca: PMD ELETRO

Data do Resultado: 01/09/2020

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: I2TEC MATERIAIS ELETRICOS LTDA

CNPJ/CPF: 23862769000114

Porte do Fornecedor: Pequena Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 160171 - 8 BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO

Órgão: COMANDO DO EXERCITO

Órgão Superior: MINISTERIO DEFESA

RESULTADO 20

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00012/2020

Número do Item: 00025

Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Pregão Eletrônico, para a aquisição de Insumos para perfuração e automação de poços semi artesanais, por menor preço por item, com o objetivo de tais insumos serem empregados na perfuração de poços atendendo assim, as necessidades de água potável para a tropa e para o trabalhos do parque de usina de asfalto e britador do Destacamento do 8º BEC, responsável pelas obras da BR 230/PA, na cidade de Novo Repartimento-PA.

Quantidade Ofertada: 10

Valor Proposto Unitário: R\$ 2.000

Valor Unitário do Item: R\$ 590

Código do CATMAT: 150182

Descrição do Item: BOMBA SUBMERSA PEÇAS E ACESSÓRIOS, BOMBA SUBMERSA PEÇAS E ACESSÓRIOS

Descrição Complementar:

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Modalidade da Compra: Pregão

Forma de Compra: SISRP

Marca: PMD ELETRO

Data do Resultado: 01/09/2020

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: I2TEC MATERIAIS ELETRICOS LTDA

CNPJ/CPF: 23862769000114

Porte do Fornecedor: Pequena Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 160171 - 8 BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO

Órgão: COMANDO DO EXERCITO

Órgão Superior: MINISTERIO DEFESA

RESULTADO 21

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00012/2020

Número do Item: 00027

Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Pregão Eletrônico, para a aquisição de Insumos para perfuração e automação de poços semi artesanais, por menor preço por item, com o objetivo de tais insumos serem empregados na perfuração de poços atendendo assim, as necessidades de água potável para a tropa e para o trabalhos do parque de usina de asfalto e britador do Destacamento do 8º BEC, responsável pelas obras da BR 230/PA, na cidade de Novo Repartimento-PA.

Quantidade Ofertada: 10

Valor Proposto Unitário: R\$ 2.000

Valor Unitário do Item: R\$ 590

Código do CATMAT: 150182

Descrição do Item: BOMBA SUBMERSA PEÇAS E ACESSÓRIOS, BOMBA SUBMERSA PEÇAS E ACESSÓRIOS

Descrição Complementar:

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Modalidade da Compra: Pregão

Forma de Compra: SISRP

Marca: PMD ELETRO

Data do Resultado: 01/09/2020

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: I2TEC MATERIAIS ELETRICOS LTDA

CNPJ/CPF: 23862769000114

Porte do Fornecedor: Pequena Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 160171 - 8 BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO

Órgão: COMANDO DO EXERCITO

Órgão Superior: MINISTERIO DEFESA

RESULTADO 22

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00012/2020

Número do Item: 00031

Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Pregão Eletrônico, para a aquisição de Insumos para perfuração e automação de poços semi artesanais, por menor preço por item, com o objetivo de tais insumos serem empregados na perfuração de poços atendendo assim, as necessidades de água potável para a tropa e para o trabalhos do parque de usina de asfalto e britador do Destacamento do 8º BEC, responsável pelas obras da BR 230/PA, na cidade de Novo Repartimento-PA.

Quantidade Ofertada: 10

Valor Proposto Unitário: R\$ 1.500

Valor Unitário do Item: R\$ 590

Código do CATMAT: 150182

Descrição do Item: BOMBA SUBMERSA PEÇAS E ACESSÓRIOS, BOMBA SUBMERSA PEÇAS E ACESSÓRIOS

Descrição Complementar:

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Modalidade da Compra: Pregão

Forma de Compra: SISRP

Marca: PMD ELETRO

Data do Resultado: 01/09/2020

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: I2TEC MATERIAIS ELETRICOS LTDA

CNPJ/CPF: 23862769000114

Porte do Fornecedor: Pequena Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 160171 - 8 BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO

Órgão: COMANDO DO EXERCITO

Órgão Superior: MINISTERIO DEFESA

RESULTADO 23

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00012/2020

Número do Item: 00091

Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Pregão Eletrônico, para a aquisição de Insumos para perfuração e automação de poços semi artesanais, por menor preço por item, com o objetivo de tais insumos serem empregados na perfuração de poços atendendo assim, as necessidades de água potável para a tropa e para o trabalhos do parque de usina de asfalto e britador do Destacamento do 8º BEC, responsável pelas obras da BR 230/PA, na cidade de Novo Repartimento-PA.

Quantidade Ofertada: 10

Valor Proposto Unitário: R\$ 1.500

Valor Unitário do Item: R\$ 590

Código do CATMAT: 150182

Descrição do Item: BOMBA SUBMERSA PEÇAS E ACESSÓRIOS, BOMBA SUBMERSA PEÇAS E ACESSÓRIOS

Descrição Complementar:

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Modalidade da Compra: Pregão

Forma de Compra: SISRP

Marca: PMD ELETRO

Data do Resultado: 01/09/2020

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: I2TEC MATERIAIS ELETRICOS LTDA

CNPJ/CPF: 23862769000114

Porte do Fornecedor: Pequena Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 160171 - 8 BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO

Órgão: COMANDO DO EXERCITO

Órgão Superior: MINISTERIO DEFESA

RESULTADO 24

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00012/2020

Número do Item: 00032

Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Pregão Eletrônico, para a aquisição de Insumos para perfuração e automação de poços semi artesanais, por menor preço por item, com o objetivo de tais insumos serem empregados na perfuração de poços atendendo assim, as necessidades de água potável para a tropa e para o trabalhos do parque de usina de asfalto e britador do Destacamento do 8º BEC, responsável pelas obras da BR 230/PA, na cidade de Novo Repartimento-PA.

Quantidade Ofertada: 10

Valor Proposto Unitário: R\$ 1.500

Valor Unitário do Item: R\$ 590

Código do CATMAT: 150182

Descrição do Item: BOMBA SUBMERSA PEÇAS E ACESSÓRIOS, BOMBA SUBMERSA PEÇAS E ACESSÓRIOS

Descrição Complementar:

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Modalidade da Compra: Pregão

Forma de Compra: SISRP

Marca: PMD ELETRO

Data do Resultado: 01/09/2020

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: I2TEC MATERIAIS ELETRICOS LTDA

CNPJ/CPF: 23862769000114

Porte do Fornecedor: Pequena Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 160171 - 8 BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO

Órgão: COMANDO DO EXERCITO

Órgão Superior: MINISTERIO DEFESA

RESULTADO 25

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00025/2021

Número do Item: 00001

Objeto da Compra: Aquisição de moto-bomba a fim de atender as necessidades da área de lazer da Vila Militar do 22º BI.

Quantidade Ofertada: 2

Valor Proposto Unitário: -

Valor Unitário do Item: R\$ 590

Código do CATMAT: 405844

Descrição do Item: BOMBA HIDRÁULICA, POTÊNCIA:1,5 CV, TENSÃO ALIMENTAÇÃO:220 V, VAZÃO:10 M3/H, TIPO MOTOR:TRIFÁSICO, VELOCIDADE:1.750 RPM, FREQUÊNCIA:60 HZ, APLICAÇÃO:SUBMERSA

Descrição Complementar:

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Modalidade da Compra: Dispensa de Licitação

Forma de Compra: SISPP

Marca: S/M

Data do Resultado: 07/04/2021

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: VALADARES COMERCIAL LTDA

CNPJ/CPF: 33572793000415

Porte do Fornecedor: Pequena Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 160547 - 22º BATALHÃO DE INFANTARIA

Órgão: COMANDO DO EXERCITO

Órgão Superior: MINISTERIO DEFESA

RESULTADO 26

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00012/2020

Número do Item: 00039

Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Pregão Eletrônico, para a aquisição de Insumos para perfuração e automação de poços semi artesanais, por menor preço por item, com o objetivo de tais insumos serem empregados na perfuração de poços atendendo assim, as necessidades de água potável para a tropa e para o trabalhos do parque de usina de asfalto e britador do Destacamento do 8º BEC, responsável pelas obras da BR 230/PA, na cidade de Novo Repartimento-PA.

Quantidade Ofertada: 10

Valor Proposto Unitário: R\$ 2.000

Valor Unitário do Item: R\$ 671,63

Código do CATMAT: 150182

Descrição do Item: BOMBA SUBMERSA PEÇAS E ACESSÓRIOS, BOMBA SUBMERSA PEÇAS E ACESSÓRIOS

Descrição Complementar:

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Modalidade da Compra: Pregão

Forma de Compra: SISRP

Marca: CONDUNORTE

Data do Resultado: 01/09/2020

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: MARIA CONSUELO SOARES DA MATA

CNPJ/CPF: 28697784000178

Porte do Fornecedor: Micro Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 160171 - 8 BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO

Órgão: COMANDO DO EXERCITO

Órgão Superior: MINISTERIO DEFESA

RESULTADO 27

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00001/2021

Número do Item: 00002

Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Registro de preços para futura aquisição de materiais de consumo e permanente, (bombas submersas, controladores de energia, inversores, baterias estacionárias, módulos fotovoltaicos e etc), visando garantir a operação dos sistemas de abastecimento de água nas aldeias indígenas abrangidas pelo Distrito Sanitário Especial Indígena - DSEI Médio Rio Purus através da perfuração de poços, possibilitando e garantindo a prevenção de doenças e contaminações à população indígena.

Quantidade Ofertada: 10

Valor Proposto Unitário: R\$ 1.450

Valor Unitário do Item: R\$ 770

Código do CATMAT: 456193

Descrição do Item: BOMBA HIDRÁULICA, POTÊNCIA:1 CV, TENSÃO ALIMENTAÇÃO:220 V, TIPO MOTOR:TRIFÁSICO, APLICAÇÃO:SUBMERSA, DIÂMETRO:4 POL

Descrição Complementar:

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Modalidade da Compra: Pregão

Forma de Compra: SISRP

Marca: EBARA

Data do Resultado: 26/01/2021

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: N. V. VERDE EIRELI

CNPJ/CPF: 03363727000121

Porte do Fornecedor: Micro Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 257028 - DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA MEDIO PURUS AM

Órgão: FUNDO NACIONAL DE SAÚDE

Órgão Superior: MINISTERIO DA SAUDE

RESULTADO 28

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00024/2020

Número do Item: 00001

Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Aquisição de bombas e centrífugas para a UTFPR nas sedes Centro, Neoville e Ecoville.

Quantidade Ofertada: 7

Valor Proposto Unitário: R\$ 935

Valor Unitário do Item: R\$ 781,42

Código do CATMAT: 456193

Descrição do Item: BOMBA HIDRÁULICA, POTÊNCIA:1 CV, TENSÃO ALIMENTAÇÃO:220 V, TIPO MOTOR:TRIFÁSICO, APLICAÇÃO:SUBMERSA, DIÂMETRO:4 POL

Descrição Complementar:

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Modalidade da Compra: Pregão

Forma de Compra: SISPP

Marca: FERRARI

Data do Resultado: 02/10/2020

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: HITOCOM COMERCIO DE PRODUTOS INDUSTRIAIS, HIDRAULICOS E PNEUMATICOS EIRELI

CNPJ/CPF: 13536459000156

Porte do Fornecedor: Pequena Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 154358 - UTFPR - CAMPUS CURITIBA

Órgão: UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANÁ

Órgão Superior: MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO

RESULTADO 29

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00007/2020

Número do Item: 00201

Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Aquisição de materiais de consumo (hidráulico e elétricos) afim de executar ações preventivas e corretivas nos Sistemas de Abastecimento de Água, Melhorias Sanitárias Domiciliares e Edificações de Saúde na abrangência do DSEI VILHENA.

Quantidade Ofertada: 30

Valor Proposto Unitário: R\$ 1.136,48

Valor Unitário do Item: R\$ 800

Código do CATMAT: 150182

Descrição do Item: BOMBA SUBMERSA PEÇAS E ACESSÓRIOS, BOMBA SUBMERSA PEÇAS E ACESSÓRIOS

Descrição Complementar:

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Modalidade da Compra: Pregão

Forma de Compra: SISRP

Marca: ALTRI

Data do Resultado: 14/09/2020

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: ELEVA COMERCIO E SERVICO DE MATERIAIS ELETRICOS LTDA

CNPJ/CPF: 16667114000120

Porte do Fornecedor: Pequena Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 257050 - DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - VILHENA - RO

Órgão: MINISTERIO DA SAUDE

Órgão Superior: MINISTERIO DA SAUDE

RESULTADO 30

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00038/2020

Número do Item: 00198

Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Registro de Preços para eventual e futura aquisição de MATERIAL ELÉTRICO, FERRAMENTAS, MATERIAL DE PROTEÇÃO E SEGURANÇA E EQUIPAMENTOS E UTENSÍLIOS HIDRÁULICOS E ELÉTRICOS

Quantidade Ofertada: 2

Valor Proposto Unitário: R\$ 1.698

Valor Unitário do Item: R\$ 831,6

Código do CATMAT: 150182

Descrição do Item: BOMBA SUBMERSA PEÇAS E ACESSÓRIOS, BOMBA SUBMERSA PEÇAS E ACESSÓRIOS

Descrição Complementar:

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Modalidade da Compra: Pregão

Forma de Compra: SISRP

Marca: ELETROPLAS

Data do Resultado: 29/10/2020

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: ACARVE COMERCIO E LICITACOES EIRELI

CNPJ/CPF: 35764167000103

Porte do Fornecedor: Pequena Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 980425 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BARCARENA

Órgão: ESTADO DO PARA

Órgão Superior: REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RESULTADO 31

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00012/2020

Número do Item: 00087

Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Pregão Eletrônico, para a aquisição de Insumos para perfuração e automação de poços semi artesanais, por menor preço por item, com o objetivo de tais insumos serem empregados na perfuração de poços atendendo assim, as necessidades de água potável para a tropa e para o trabalhos do parque de usina de asfalto e britador do Destacamento do 8º BEC, responsável pelas obras da BR 230/PA, na cidade de Novo Repartimento-PA.

Quantidade Ofertada: 6

Valor Proposto Unitário: R\$ 10.000

Valor Unitário do Item: R\$ 849,5

Código do CATMAT: 150182

Descrição do Item: BOMBA SUBMERSA PEÇAS E ACESSÓRIOS, BOMBA SUBMERSA PEÇAS E ACESSÓRIOS

Descrição Complementar:

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Modalidade da Compra: Pregão

Forma de Compra: SISRP

Marca: EXATTA

Data do Resultado: 01/09/2020

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: ITACA LTDA

CNPJ/CPF: 24845457000165

Porte do Fornecedor: Pequena Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 160171 - 8 BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO

Órgão: COMANDO DO EXERCITO

Órgão Superior: MINISTERIO DEFESA

RESULTADO 32

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00004/2021

Número do Item: 00016

Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Aquisição de insumos para o pelotão de poços, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

Quantidade Ofertada: 75

Valor Proposto Unitário: R\$ 5.000

Valor Unitário do Item: R\$ 851,88

Código do CATMAT: 405844

Descrição do Item: BOMBA HIDRÁULICA, POTÊNCIA:1,5 CV, TENSÃO ALIMENTAÇÃO:220 V, VAZÃO:10 M3/H, TIPO MOTOR:TRIFÁSICO, VELOCIDADE:1.750 RPM, FREQUÊNCIA:60 HZ, APLICAÇÃO:SUBMERSA

Descrição Complementar:

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Modalidade da Compra: Pregão

Forma de Compra: SISRP

Marca: THEBE

Data do Resultado: 17/05/2021

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: CCK COMERCIAL LTDA

CNPJ/CPF: 22065938000122

Porte do Fornecedor: Pequena Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 160339 - 1 BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO

Órgão: COMANDO DO EXERCITO

Órgão Superior: MINISTERIO DEFESA

RESULTADO 33

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00001/2021

Número do Item: 00001

Objeto da Compra: Aquisição de 1 (uma)de Bomba D

Quantidade Ofertada: 1

Valor Proposto Unitário: -

Valor Unitário do Item: R\$ 890

Código do CATMAT: 456193

Descrição do Item: BOMBA HIDRÁULICA, POTÊNCIA:1 CV, TENSÃO ALIMENTAÇÃO:220 V, TIPO MOTOR:TRIFÁSICO, APLICAÇÃO:SUBMERSA, DIÂMETRO:4 POL

Descrição Complementar:

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Modalidade da Compra: Dispensa de Licitação

Forma de Compra: SISPP

Marca: ZXW750

Data do Resultado: 26/03/2021

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: CASA DO RADIADOR FERRAMENTAS E -PARAFUSOS LTDA

CNPJ/CPF: 09360942000155

Porte do Fornecedor: Não Informado

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 250027 - SUPERINTENDENCIA ESTADUAL DO MS/PB

Órgão: MINISTERIO DA SAUDE

Órgão Superior: MINISTERIO DA SAUDE

RESULTADO 34

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00007/2020

Número do Item: 00197

Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Aquisição de materiais de consumo (hidráulico e elétricos) afim de executar ações preventivas e corretivas nos Sistemas de Abastecimento de Água, Melhorias Sanitárias Domiciliares e Edificações de Saúde na abrangência do DSEI VILHENA.

Quantidade Ofertada: 30

Valor Proposto Unitário: R\$ 2.100

Valor Unitário do Item: R\$ 900

Código do CATMAT: 405844

Descrição do Item: BOMBA HIDRÁULICA, POTÊNCIA:1,5 CV, TENSÃO ALIMENTAÇÃO:220 V, VAZÃO:10 M3/H, TIPO MOTOR:TRIFÁSICO, VELOCIDADE:1.750 RPM, FREQUÊNCIA:60 HZ, APLICAÇÃO:SUBMERSA

Descrição Complementar:

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Modalidade da Compra: Pregão

Forma de Compra: SISRP

Marca: ELETROPLAS

Data do Resultado: 14/09/2020

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: EDINEIDE DE F. VASQUES BRITO COMERCIO E SERVICOS

CNPJ/CPF: 31261184000177

Porte do Fornecedor: Micro Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 257050 - DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - VILHENA - RO

Órgão: MINISTERIO DA SAUDE

Órgão Superior: MINISTERIO DA SAUDE

RESULTADO 35

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00012/2020

Número do Item: 00013

Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Pregão Eletrônico, para a aquisição de Insumos para perfuração e automação de poços semi artesanais, por menor preço por item, com o objetivo de tais insumos serem empregados na perfuração de poços atendendo assim, as necessidades de água potável para a tropa e para o trabalhos do parque de usina de asfalto e britador do Destacamento do 8º BEC, responsável pelas obras da BR 230/PA, na cidade de Novo Repartimento-PA.

Quantidade Ofertada: 10

Valor Proposto Unitário: R\$ 2.103,9

Valor Unitário do Item: R\$ 950

Código do CATMAT: 150182

Descrição do Item: BOMBA SUBMERSA PEÇAS E ACESSÓRIOS, BOMBA SUBMERSA PEÇAS E ACESSÓRIOS

Descrição Complementar:

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Modalidade da Compra: Pregão

Forma de Compra: SISRP

Marca: ELETROPLAS

Data do Resultado: 01/09/2020

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: J. L. R. ARAUJO COM E SERVICOS

CNPJ/CPF: 83913665000113

Porte do Fornecedor: Pequena Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 160171 - 8 BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO

Órgão: COMANDO DO EXERCITO

Órgão Superior: MINISTERIO DEFESA

RESULTADO 36

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00035/2020

Número do Item: 00554

Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Aquisição de material de construção para a Secretaria Municipal de Infraestrutura

Quantidade Ofertada: 2

Valor Proposto Unitário: R\$ 1.680

Valor Unitário do Item: R\$ 950,2

Código do CATMAT: 150182

Descrição do Item: BOMBA SUBMERSA PEÇAS E ACESSÓRIOS, BOMBA SUBMERSA PEÇAS E ACESSÓRIOS

Descrição Complementar:

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Modalidade da Compra: Pregão

Forma de Compra: SISRP

Marca: ELETROPLAS ESUB-4/5

Data do Resultado: 24/09/2020

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: BIDDEN COMERCIAL LTDA.

CNPJ/CPF: 36181473000180

Porte do Fornecedor: Pequena Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 980425 - PREFEITURA MUNICIPAL DE BARCARENA

Órgão: ESTADO DO PARA

Órgão Superior: REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RESULTADO 37

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00010/2020

Número do Item: 00007

Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Aquisição de equipamentos necessários para a implementação do projeto da marcenaria, que por sua vez ajudará nas realizações das atividades de ensino, pesquisa e extensão, bem como, nos trabalhos de manutenção do Instituto Federal do Amazonas Campus Lábrea.

Quantidade Ofertada: 2

Valor Proposto Unitário: R\$ 1.600

Valor Unitário do Item: R\$ 974,42

Código do CATMAT: 150182

Descrição do Item: BOMBA SUBMERSA PEÇAS E ACESSÓRIOS, BOMBA SUBMERSA PEÇAS E ACESSÓRIOS

Descrição Complementar:

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Modalidade da Compra: Pregão

Forma de Compra: SISRP

Marca: THEBE

Data do Resultado: 23/12/2020

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: CCK COMERCIAL LTDA

CNPJ/CPF: 22065938000122

Porte do Fornecedor: Pequena Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 158564 - INSTITUTO FEDERAL DE EDUC. DO AM/CAMPUS LÁBREA

Órgão: INST.FED.DE EDUC., CIENC E TEC.DO AMAZONAS

Órgão Superior: MINISTERIO DA EDUCACAO

RESULTADO 38

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00004/2021

Número do Item: 00007

Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Aquisição de insumos para o pelotão de poços, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

Quantidade Ofertada: 75

Valor Proposto Unitário: R\$ 3.000

Valor Unitário do Item: R\$ 979,99

Código do CATMAT: 456193

Descrição do Item: BOMBA HIDRÁULICA, POTÊNCIA:1 CV, TENSÃO ALIMENTAÇÃO:220 V, TIPO MOTOR:TRIFÁSICO, APLICAÇÃO:SUBMERSA, DIÂMETRO:4 POL

Descrição Complementar:

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Modalidade da Compra: Pregão

Forma de Compra: SISRP

Marca: THEBE

Data do Resultado: 17/05/2021

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: CCK COMERCIAL LTDA

CNPJ/CPF: 22065938000122

Porte do Fornecedor: Pequena Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 160339 - 1 BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO

Órgão: COMANDO DO EXERCITO

Órgão Superior: MINISTERIO DEFESA

RESULTADO 39

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00012/2020

Número do Item: 00017

Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Pregão Eletrônico, para a aquisição de Insumos para perfuração e automação de poços semi artesanais, por menor preço por item, com o objetivo de tais insumos serem empregados na perfuração de poços atendendo assim, as necessidades de água potável para a tropa e para o trabalhos do parque de usina de asfalto e britador do Destacamento do 8º BEC, responsável pelas obras da BR 230/PA, na cidade de Novo Repartimento-PA.

Quantidade Ofertada: 10

Valor Proposto Unitário: R\$ 10.000

Valor Unitário do Item: R\$ 979,99

Código do CATMAT: 456193

Descrição do Item: BOMBA HIDRÁULICA, POTÊNCIA:1 CV, TENSÃO ALIMENTAÇÃO:220 V, TIPO MOTOR:TRIFÁSICO, APLICAÇÃO:SUBMERSA, DIÂMETRO:4 POL

Descrição Complementar:

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Modalidade da Compra: Pregão

Forma de Compra: SISRP

Marca: THEBE

Data do Resultado: 01/09/2020

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: ITACA LTDA

CNPJ/CPF: 24845457000165

Porte do Fornecedor: Pequena Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 160171 - 8 BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO

Órgão: COMANDO DO EXERCITO

Órgão Superior: MINISTERIO DEFESA

RESULTADO 40

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00026/2020

Número do Item: 00015

Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Aquisição de Material Permanente

Quantidade Ofertada: 6

Valor Proposto Unitário: R\$ 2.000

Valor Unitário do Item: R\$ 980

Código do CATMAT: 456193

Descrição do Item: BOMBA HIDRÁULICA, POTÊNCIA:1 CV, TENSÃO ALIMENTAÇÃO:220 V, TIPO MOTOR:TRIFÁSICO, APLICAÇÃO:SUBMERSA, DIÂMETRO:4 POL

Descrição Complementar:

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Modalidade da Compra: Pregão

Forma de Compra: SISPP

Marca: ELETROPLAS

Data do Resultado: 03/03/2021

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: CCK COMERCIAL LTDA

CNPJ/CPF: 22065938000122

Porte do Fornecedor: Pequena Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 925404 - SECRETARIA EXECUTIVA DO ESTADO DA FAZENDA PA

Órgão: ESTADO DO PARA

Órgão Superior: REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RESULTADO 41

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00113/2020

Número do Item: 00001

Objeto da Compra: Aquisição de Bomba Submersa 1/2 CV 220V Monofásica para Poço Artesiano.

Quantidade Ofertada: 1

Valor Proposto Unitário: -

Valor Unitário do Item: R\$ 986,69

Código do CATMAT: 405844

Descrição do Item: BOMBA HIDRÁULICA, POTÊNCIA:1,5 CV, TENSÃO ALIMENTAÇÃO:220 V, VAZÃO:10 M3/H, TIPO MOTOR:TRIFÁSICO, VELOCIDADE:1.750 RPM, FREQUÊNCIA:60 HZ, APLICAÇÃO:SUBMERSA

Descrição Complementar:

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Modalidade da Compra: Dispensa de Licitação

Forma de Compra: SISPP

Marca: SIMILAR

Data do Resultado: 02/09/2020

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: S.M GUIMARAES DISTRIBUIDORA IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA

CNPJ/CPF: 26889274000177

Porte do Fornecedor: Outros

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 160183 - 72 BATALHAO DE INFANTARIA MOTORIZADO

Órgão: COMANDO DO EXERCITO

Órgão Superior: MINISTERIO DEFESA

RESULTADO 42

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00012/2020

Número do Item: 00038

Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Pregão Eletrônico, para a aquisição de Insumos para perfuração e automação de poços semi artesanais, por menor preço por item, com o objetivo de tais insumos serem empregados na perfuração de poços atendendo assim, as necessidades de água potável para a tropa e para o trabalhos do parque de usina de asfalto e britador do Destacamento do 8º BEC, responsável pelas obras da BR 230/PA, na cidade de Novo Repartimento-PA.

Quantidade Ofertada: 10

Valor Proposto Unitário: R\$ 2.000

Valor Unitário do Item: R\$ 990,11

Código do CATMAT: 150182

Descrição do Item: BOMBA SUBMERSA PEÇAS E ACESSÓRIOS, BOMBA SUBMERSA PEÇAS E ACESSÓRIOS

Descrição Complementar:

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Modalidade da Compra: Pregão

Forma de Compra: SISRP

Marca: CONDUNORTE

Data do Resultado: 01/09/2020

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: MARIA CONSUELO SOARES DA MATA

CNPJ/CPF: 28697784000178

Porte do Fornecedor: Micro Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 160171 - 8 BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO

Órgão: COMANDO DO EXERCITO

Órgão Superior: MINISTERIO DEFESA

RESULTADO 43

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00003/2020

Número do Item: 00123

Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - O objeto da presente licitação é a escolha da proposta mais vantajosa para a aquisição de Material Permanente, (copa e cozinha industrial, mobiliário, eletrodomésticos, jardinagem, informática, elétricos, eletrônicos, áudio, vídeo, refrigeração, oficina, ferramentas e afins), para 2ª Bia AAAe e possíveis participantes, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Edital e seus anexos.

Quantidade Ofertada: 6

Valor Proposto Unitário: R\$ 1.018

Valor Unitário do Item: R\$ 1018

Código do CATMAT: 405844

Descrição do Item: BOMBA HIDRÁULICA, POTÊNCIA:1,5 CV, TENSÃO ALIMENTAÇÃO:220 V, VAZÃO:10 M3/H, TIPO MOTOR:TRIFÁSICO, VELOCIDADE:1.750 RPM, FREQUÊNCIA:60 HZ, APLICAÇÃO:SUBMERSA

Descrição Complementar:

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Modalidade da Compra: Pregão

Forma de Compra: SISRP

Marca: ELETROPLAS ESUBV-4/5

Data do Resultado: 24/09/2020

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: BIDDEN COMERCIAL LTDA.

CNPJ/CPF: 36181473000180

Porte do Fornecedor: Pequena Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 160434 - 2 BATERIA DE ARTILHARIA ANTIAEREA/RS

Órgão: COMANDO DO EXERCITO

Órgão Superior: MINISTERIO DEFESA

RESULTADO 44

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00056/2020

Número do Item: 00001

Objeto da Compra: Aquisição de bombas hidráulicas para instalação nos poços do Campus Fortaleza.

Quantidade Ofertada: 2

Valor Proposto Unitário: -

Valor Unitário do Item: R\$ 1043,96

Código do CATMAT: 456193

Descrição do Item: BOMBA HIDRÁULICA, POTÊNCIA:1 CV, TENSÃO ALIMENTAÇÃO:220 V, TIPO MOTOR:TRIFÁSICO, APLICAÇÃO:SUBMERSA, DIÂMETRO:4 POL

Descrição Complementar:

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Modalidade da Compra: Dispensa de Licitação

Forma de Compra: SISPP

Marca: THEBE

Data do Resultado: 01/12/2020

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: ACARVE COMERCIO E LICITACOES EIRELI

CNPJ/CPF: 35764167000103

Porte do Fornecedor: Pequena Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 158313 - INST.FED.DO CEARA/CAMPUS FORTALEZA

Órgão: INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARÁ

Órgão Superior: MINISTERIO DA EDUCACAO

RESULTADO 45

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00037/2020

Número do Item: 00002

Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Pregão Eletrônico, para a aquisição de Insumos para perfuração e automação de poços semi artesianos, por menor preço por item, com o objetivo de tais insumos serem empregados na perfuração de poços atendendo assim, as necessidades de água potável para a tropa do 8º Batalhão de Engenharia de Construção (8º BEC).

Quantidade Ofertada: 10

Valor Proposto Unitário: R\$ 1.330,12

Valor Unitário do Item: R\$ 1049,99

Código do CATMAT: 456193

Descrição do Item: BOMBA HIDRÁULICA, POTÊNCIA:1 CV, TENSÃO ALIMENTAÇÃO:220 V, TIPO MOTOR:TRIFÁSICO, APLICAÇÃO:SUBMERSA, DIÂMETRO:4 POL

Descrição Complementar:

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Modalidade da Compra: Pregão

Forma de Compra: SISRP

Marca: THEBE

Data do Resultado: 27/11/2020

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: CCK COMERCIAL LTDA

CNPJ/CPF: 22065938000122

Porte do Fornecedor: Pequena Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 160171 - 8 BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO

Órgão: COMANDO DO EXERCITO

Órgão Superior: MINISTERIO DEFESA

RESULTADO 46

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00010/2020

Número do Item: 00094

Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Registro de Preço para futura aquisição de material permanente.

Quantidade Ofertada: 3

Valor Proposto Unitário: R\$ 20.000

Valor Unitário do Item: R\$ 1068,13

Código do CATMAT: 405844

Descrição do Item: BOMBA HIDRÁULICA, POTÊNCIA:1,5 CV, TENSÃO ALIMENTAÇÃO:220 V, VAZÃO:10 M3/H, TIPO MOTOR:TRIFÁSICO, VELOCIDADE:1.750 RPM, FREQUÊNCIA:60 HZ, APLICAÇÃO:SUBMERSA

Descrição Complementar:

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Modalidade da Compra: Pregão

Forma de Compra: SISRP

Marca: THEBE

Data do Resultado: 29/12/2020

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: CCK COMERCIAL LTDA

CNPJ/CPF: 22065938000122

Porte do Fornecedor: Pequena Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 158273 - INST.FED.AMAZ./CAMPUS S.GABRIEL DA CACHOEIRA

Órgão: INST.FED.DE EDUC., CIENC E TEC.DO AMAZONAS

Órgão Superior: MINISTERIO DA EDUCACAO

RESULTADO 47

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00125/2020

Número do Item: 00002

Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Aquisição De Bombas Hidraulicas

Quantidade Ofertada: 6

Valor Proposto Unitário: R\$ 1.850

Valor Unitário do Item: R\$ 1150

Código do CATMAT: 456193

Descrição do Item: BOMBA HIDRÁULICA, POTÊNCIA:1 CV, TENSÃO ALIMENTAÇÃO:220 V, TIPO MOTOR:TRIFÁSICO, APLICAÇÃO:SUBMERSA, DIÂMETRO:4 POL

Descrição Complementar:

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Modalidade da Compra: Pregão

Forma de Compra: SISRP

Marca: EBARA

Data do Resultado: 22/01/2021

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: BH20 BOMBAS E SERVICOS COM. E REPRESENTACOES LTDA

CNPJ/CPF: 29513460000103

Porte do Fornecedor: Micro Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 982727 - PREF.MUN.DE CAMPO ALEGRE

Órgão: ESTADO DAS ALAGOAS

Órgão Superior: REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RESULTADO 48

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00004/2021

Número do Item: 00009

Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Aquisição de insumos para o pelotão de poços, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste instrumento:

Quantidade Ofertada: 75

Valor Proposto Unitário: R\$ 1.200

Valor Unitário do Item: R\$ 1160

Código do CATMAT: 405844

Descrição do Item: BOMBA HIDRÁULICA, POTÊNCIA:1,5 CV, TENSÃO ALIMENTAÇÃO:220 V, VAZÃO:10 M3/H, TIPO MOTOR:TRIFÁSICO, VELOCIDADE:1.750 RPM, FREQUÊNCIA:60 HZ, APLICAÇÃO:SUBMERSA

Descrição Complementar:

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Modalidade da Compra: Pregão

Forma de Compra: SISRP

Marca: EBARA

Data do Resultado: 17/05/2021

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: MARIA DE FATIMA DA SILVA NUNES

CNPJ/CPF: 02151940000107

Porte do Fornecedor: Pequena Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 160339 - 1 BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO

Órgão: COMANDO DO EXERCITO

Órgão Superior: MINISTERIO DEFESA

RESULTADO 49

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00013/2020

Número do Item: 00001

Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Aquisição de bomba d água, para atender às necessidades desta Secretaria de Assistência Social e Direitos Humanos.

Quantidade Ofertada: 6

Valor Proposto Unitário: R\$ 5.000

Valor Unitário do Item: R\$ 1165

Código do CATMAT: 456193

Descrição do Item: BOMBA HIDRÁULICA, POTÊNCIA:1 CV, TENSÃO ALIMENTAÇÃO:220 V, TIPO MOTOR:TRIFÁSICO, APLICAÇÃO:SUBMERSA, DIÂMETRO:4 POL

Descrição Complementar:

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Modalidade da Compra: Pregão

Forma de Compra: SISPP

Marca: ELETROPLAS ECS-100T

Data do Resultado: 09/02/2021

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: BIDDEN COMERCIAL LTDA.

CNPJ/CPF: 36181473000180

Porte do Fornecedor: Pequena Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 985899 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAO DA BARRA/RJ

Órgão: ESTADO DO RIO DE JANEIRO

Órgão Superior: REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RESULTADO 50

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00015/2020

Número do Item: 00002

Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Aquisição de Material para Melhoria de Base Móvel de Instrução em Campanha.

Quantidade Ofertada: 16

Valor Proposto Unitário: R\$ 2.549,78

Valor Unitário do Item: R\$ 1190

Código do CATMAT: 405844

Descrição do Item: BOMBA HIDRÁULICA, POTÊNCIA:1,5 CV, TENSÃO ALIMENTAÇÃO:220 V, VAZÃO:10 M3/H, TIPO MOTOR:TRIFÁSICO, VELOCIDADE:1.750 RPM, FREQUÊNCIA:60 HZ, APLICAÇÃO:SUBMERSA

Descrição Complementar:

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Modalidade da Compra: Pregão

Forma de Compra: SISRP

Marca: CLAW

Data do Resultado: 17/02/2021

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: CCK COMERCIAL LTDA

CNPJ/CPF: 22065938000122

Porte do Fornecedor: Pequena Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 160384 - 18 BATALHAO DE INFANTARIA MOTORIZADO/RS

Órgão: COMANDO DO EXERCITO

Órgão Superior: MINISTERIO DEFESA



MINISTÉRIO DA
ECONOMIA

MÉDIA	MEDIANA	MENOR
R\$ 1.747,75	R\$ 1.475,00	R\$ 868

Quantidade total de registros: 12

Registros apresentados: 1 a 12

FILTROS APLICADOS

Descrição Complementar UF Ano da Compra
25 of 502507 BA 2021, 2020

RESULTADO 1

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00052/2021

Número do Item: 00013

Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Registro de preços para futura e eventual aquisição de moto-bombas submersas destinadas ao município de Caetité-Ba.

Quantidade Ofertada: 1

Valor Proposto Unitário: R\$ 868

Valor Unitário do Item: R\$ 868

Código do CATMAT: 456174

Descrição do Item: BOMBA HIDRÁULICA, POTÊNCIA:0,75 CV, TENSÃO ALIMENTAÇÃO:220 V, TIPO MOTOR:TRIFÁSICO, APLICAÇÃO:SUBMERSA, DIÂMETRO:4 POL

Descrição Complementar:

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Modalidade da Compra: Pregão

Forma de Compra: SISRP

Marca: LEPONO

Data do Resultado: 09/06/2021

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: MINAS IRRIGACAO E BOMBAS LTDA

CNPJ/CPF: 05104977000172

Porte do Fornecedor: Pequena Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 983403 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CAETITE

Órgão: ESTADO DA BAHIA

Órgão Superior: REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RESULTADO 2

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00052/2021

Número do Item: 00014

Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Registro de preços para futura e eventual aquisição de moto-bombas submersas destinadas ao município de Caetité-Ba.

Quantidade Ofertada: 1

Valor Proposto Unitário: R\$ 869

Valor Unitário do Item: R\$ 869

Código do CATMAT: 456174

Descrição do Item: BOMBA HIDRÁULICA, POTÊNCIA:0,75 CV, TENSÃO ALIMENTAÇÃO:220 V, TIPO MOTOR:TRIFÁSICO, APLICAÇÃO:SUBMERSA, DIÂMETRO:4 POL

Descrição Complementar:

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Modalidade da Compra: Pregão

Forma de Compra: SISRP

Marca: THEBE

Data do Resultado: 09/06/2021

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: MINAS IRRIGACAO E BOMBAS LTDA

CNPJ/CPF: 05104977000172

Porte do Fornecedor: Pequena Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 983403 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CAETITE

Órgão: ESTADO DA BAHIA

Órgão Superior: REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RESULTADO 3

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00052/2021

Número do Item: 00002

Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Registro de preços para futura e eventual aquisição de moto-bombas submersas destinadas ao município de Caetité-Ba.

Quantidade Ofertada: 15

Valor Proposto Unitário: R\$ 3.000

Valor Unitário do Item: R\$ 1300

Código do CATMAT: 456174

Descrição do Item: BOMBA HIDRÁULICA, POTÊNCIA:0,75 CV, TENSÃO ALIMENTAÇÃO:220 V, TIPO MOTOR:TRIFÁSICO, APLICAÇÃO:SUBMERSA, DIÂMETRO:4 POL

Descrição Complementar:

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Modalidade da Compra: Pregão

Forma de Compra: SISRP

Marca: LEPONO

Data do Resultado: 09/06/2021

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: EDINEIDE DE F. VASQUES BRITO COMERCIO E SERVICOS

CNPJ/CPF: 31261184000177

Porte do Fornecedor: Micro Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 983403 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CAETITE

Órgão: ESTADO DA BAHIA

Órgão Superior: REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RESULTADO 4

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00052/2021

Número do Item: 00015

Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Registro de preços para futura e eventual aquisição de moto-bombas submersas destinadas ao município de Caetité-Ba.

Quantidade Ofertada: 1

Valor Proposto Unitário: R\$ 1.316

Valor Unitário do Item: R\$ 1316

Código do CATMAT: 456174

Descrição do Item: BOMBA HIDRÁULICA, POTÊNCIA:0,75 CV, TENSÃO ALIMENTAÇÃO:220 V, TIPO MOTOR:TRIFÁSICO, APLICAÇÃO:SUBMERSA, DIÂMETRO:4 POL

Descrição Complementar:

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Modalidade da Compra: Pregão

Forma de Compra: SISRP

Marca: THEBE

Data do Resultado: 09/06/2021

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: MINAS IRRIGACAO E BOMBAS LTDA

CNPJ/CPF: 05104977000172

Porte do Fornecedor: Pequena Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 983403 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CAETITE

Órgão: ESTADO DA BAHIA

Órgão Superior: REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RESULTADO 5

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00052/2021

Número do Item: 00004

Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Registro de preços para futura e eventual aquisição de moto-bombas submersas destinadas ao município de Caetité-Ba.

Quantidade Ofertada: 4

Valor Proposto Unitário: R\$ 1.910

Valor Unitário do Item: R\$ 1350

Código do CATMAT: 456174

Descrição do Item: BOMBA HIDRÁULICA, POTÊNCIA:0,75 CV, TENSÃO ALIMENTAÇÃO:220 V, TIPO MOTOR:TRIFÁSICO, APLICAÇÃO:SUBMERSA, DIÂMETRO:4 POL

Descrição Complementar:

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Modalidade da Compra: Pregão

Forma de Compra: SISRP

Marca: EBARA

Data do Resultado: 09/06/2021

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: MINAS IRRIGACAO E BOMBAS LTDA

CNPJ/CPF: 05104977000172

Porte do Fornecedor: Pequena Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 983403 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CAETITE

Órgão: ESTADO DA BAHIA

Órgão Superior: REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RESULTADO 6

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00052/2021

Número do Item: 00003

Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Registro de preços para futura e eventual aquisição de moto-bombas submersas destinadas ao município de Caetité-Ba.

Quantidade Ofertada: 4

Valor Proposto Unitário: R\$ 1.918

Valor Unitário do Item: R\$ 1450

Código do CATMAT: 456174

Descrição do Item: BOMBA HIDRÁULICA, POTÊNCIA:0,75 CV, TENSÃO ALIMENTAÇÃO:220 V, TIPO MOTOR:TRIFÁSICO, APLICAÇÃO:SUBMERSA, DIÂMETRO:4 POL

Descrição Complementar:

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Modalidade da Compra: Pregão

Forma de Compra: SISRP

Marca: EBARA

Data do Resultado: 09/06/2021

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: MINAS IRRIGACAO E BOMBAS LTDA

CNPJ/CPF: 05104977000172

Porte do Fornecedor: Pequena Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 983403 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CAETITE

Órgão: ESTADO DA BAHIA

Órgão Superior: REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RESULTADO 7

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00052/2021

Número do Item: 00001

Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Registro de preços para futura e eventual aquisição de moto-bombas submersas destinadas ao município de Caetité-Ba.

Quantidade Ofertada: 5

Valor Proposto Unitário: R\$ 1.500

Valor Unitário do Item: R\$ 1500

Código do CATMAT: 456174

Descrição do Item: BOMBA HIDRÁULICA, POTÊNCIA:0,75 CV, TENSÃO ALIMENTAÇÃO:220 V, TIPO MOTOR:TRIFÁSICO, APLICAÇÃO:SUBMERSA, DIÂMETRO:4 POL

Descrição Complementar:

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Modalidade da Compra: Pregão

Forma de Compra: SISRP

Marca: EBARA

Data do Resultado: 09/06/2021

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: ELETRONORTE IRRIGACAO LTDA

CNPJ/CPF: 01799657000123

Porte do Fornecedor: Pequena Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 983403 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CAETITE

Órgão: ESTADO DA BAHIA

Órgão Superior: REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RESULTADO 8

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00052/2021

Número do Item: 00006

Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Registro de preços para futura e eventual aquisição de moto-bombas submersas destinadas ao município de Caetité-Ba.

Quantidade Ofertada: 3

Valor Proposto Unitário: R\$ 2.515

Valor Unitário do Item: R\$ 2100

Código do CATMAT: 456174

Descrição do Item: BOMBA HIDRÁULICA, POTÊNCIA:0,75 CV, TENSÃO ALIMENTAÇÃO:220 V, TIPO MOTOR:TRIFÁSICO, APLICAÇÃO:SUBMERSA, DIÂMETRO:4 POL

Descrição Complementar:

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Modalidade da Compra: Pregão

Forma de Compra: SISRP

Marca: LEÃO

Data do Resultado: 09/06/2021

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: MINAS IRRIGACAO E BOMBAS LTDA

CNPJ/CPF: 05104977000172

Porte do Fornecedor: Pequena Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 983403 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CAETITE

Órgão: ESTADO DA BAHIA

Órgão Superior: REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RESULTADO 9

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00052/2021

Número do Item: 00005

Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Registro de preços para futura e eventual aquisição de moto-bombas submersas destinadas ao município de Caetité-Ba.

Quantidade Ofertada: 5

Valor Proposto Unitário: R\$ 2.180

Valor Unitário do Item: R\$ 2180

Código do CATMAT: 456174

Descrição do Item: BOMBA HIDRÁULICA, POTÊNCIA:0,75 CV, TENSÃO ALIMENTAÇÃO:220 V, TIPO MOTOR:TRIFÁSICO, APLICAÇÃO:SUBMERSA, DIÂMETRO:4 POL

Descrição Complementar:

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Modalidade da Compra: Pregão

Forma de Compra: SISRP

Marca: THEBE

Data do Resultado: 09/06/2021

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: JICMAQ MOTORES E BOMBAS LTDA

CNPJ/CPF: 02138273000122

Porte do Fornecedor: Pequena Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 983403 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CAETITE

Órgão: ESTADO DA BAHIA

Órgão Superior: REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RESULTADO 10

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00052/2021

Número do Item: 00008

Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Registro de preços para futura e eventual aquisição de moto-bombas submersas destinadas ao município de Caetité-Ba.

Quantidade Ofertada: 5

Valor Proposto Unitário: R\$ 3.399,4

Valor Unitário do Item: R\$ 2300

Código do CATMAT: 456174

Descrição do Item: BOMBA HIDRÁULICA, POTÊNCIA:0,75 CV, TENSÃO ALIMENTAÇÃO:220 V, TIPO MOTOR:TRIFÁSICO, APLICAÇÃO:SUBMERSA, DIÂMETRO:4 POL

Descrição Complementar:

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Modalidade da Compra: Pregão

Forma de Compra: SISRP

Marca: EBARA

Data do Resultado: 09/06/2021

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: MINAS IRRIGACAO E BOMBAS LTDA

CNPJ/CPF: 05104977000172

Porte do Fornecedor: Pequena Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 983403 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CAETITE

Órgão: ESTADO DA BAHIA

Órgão Superior: REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RESULTADO 11

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00052/2021

Número do Item: 00007

Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Registro de preços para futura e eventual aquisição de moto-bombas submersas destinadas ao município de Caetité-Ba.

Quantidade Ofertada: 8

Valor Proposto Unitário: R\$ 2.320

Valor Unitário do Item: R\$ 2320

Código do CATMAT: 456174

Descrição do Item: BOMBA HIDRÁULICA, POTÊNCIA:0,75 CV, TENSÃO ALIMENTAÇÃO:220 V, TIPO MOTOR:TRIFÁSICO, APLICAÇÃO:SUBMERSA, DIÂMETRO:4 POL

Descrição Complementar:

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Modalidade da Compra: Pregão

Forma de Compra: SISRP

Marca: EBARA

Data do Resultado: 09/06/2021

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: ELETRONORTE IRRIGACAO LTDA

CNPJ/CPF: 01799657000123

Porte do Fornecedor: Pequena Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 983403 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CAETITE

Órgão: ESTADO DA BAHIA

Órgão Superior: REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

RESULTADO 12

DADOS DA COMPRA

Identificação da Compra: 00052/2021

Número do Item: 00009

Objeto da Compra: Pregão Eletrônico - Registro de preços para futura e eventual aquisição de moto-bombas submersas destinadas ao município de Caetité-Ba.

Quantidade Ofertada: 3

Valor Proposto Unitário: R\$ 5.000

Valor Unitário do Item: R\$ 3420

Código do CATMAT: 456174

Descrição do Item: BOMBA HIDRÁULICA, POTÊNCIA:0,75 CV, TENSÃO ALIMENTAÇÃO:220 V, TIPO MOTOR:TRIFÁSICO, APLICAÇÃO:SUBMERSA, DIÂMETRO:4 POL

Descrição Complementar:

Unidade de Fornecimento: UNIDADE

Modalidade da Compra: Pregão

Forma de Compra: SISRP

Marca: LEPONO

Data do Resultado: 09/06/2021

DADOS DO FORNECEDOR

Nome do Fornecedor: EDINEIDE DE F. VASQUES BRITO COMERCIO E SERVICOS

CNPJ/CPF: 31261184000177

Porte do Fornecedor: Micro Empresa

DADOS DO ÓRGÃO

Número da UASG: 983403 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CAETITE

Órgão: ESTADO DA BAHIA

Órgão Superior: REPUBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

Relatório gerado dia: 01/10/2021 às 17:19
Fonte: paineldepocos.planejamento.gov.br



MÉDIA

R\$ 1.625,02

MEDIANA

R\$ 1.308,00

MENOR

R\$ 116,70

FILTROS APLICADOS

Descrição Complementar Ano da Compra

25 of 502507**2021, 2020**

Quantidade total de registros: 106

Registros apresentados: 1 a 50

Identificação da Compra	Número do Item	Modalidade	Código do CATMAT	Descrição do Item	Descrição Complementar	Unidade de Fornecimento	Quantidade Ofertada	Valor Unitário	Fornecedor	Órgão	UASG	Data da Compra
00005/2021	00027	Pregão	405844	BOMBA HIDRÁULICA		UNIDADE	4	R\$116,70	CCK COMERCIAL LTDA	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DO ESP.SANTO	158425 - IFES - CAMPUS DE ALEGRE	10/05/2021
00001/2021	00008	Pregão	405844	BOMBA HIDRÁULICA		UNIDADE	2	R\$288,85	PRISMA COMERCIO DE MATERIAIS DE CONSTRUCAO E OBRAS DE ENGENHARIA CIVIL EIRELI	ESTADO DA BAHIA	926302 - PROCURADORIA GERAL DE JUSTICA DA BAHIA	19/04/2021
00038/2020	00001	Dispensa de Licitação	466630	BOMBA HIDRÁULICA		UNIDADE	1	R\$305,77	AMCANAA EQUIPAMENTOS INDUSTRIAIS LTDA	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DO ESP.SANTO	158426 - IFES - CAMPUS SANTA TERESA	05/11/2020
00013/2021	00036	Pregão	456174	BOMBA HIDRÁULICA		UNIDADE	2	R\$342	BRASIDAS EIRELI	ESTADO DO RIO GRANDE DO NORTE	925543 - FUNDAÇÃO UNIVERSIDADE DO ESTADO DO RN	29/07/2021
00037/2020	00012	Pregão	405844	BOMBA HIDRÁULICA		UNIDADE	10	R\$345	BIDDEN COMERCIAL LTDA.	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO SUL DE MG	158304 - INST.SUL DE MG/CAMPUS MACHADO	09/03/2021

00017/2020	00006	Pregão	466630	BOMBA HIDRÁULICA		UNIDADE	1	R\$399	LUMEN COMERCIO E SERVICOS DE MOTORES ELETRICOS EIRELI	COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS	495400 - COMPANHIA DE PESQUISA DE RECURSOS MINERAIS	22/01/2021
00025/2021	00001	Dispensa de Licitação	405844	BOMBA HIDRÁULICA		UNIDADE	2	R\$590	VALADARES COMERCIAL LTDA	COMANDO DO EXERCITO	160547 - 22º BATALHÃO DE INFANTARIA	07/04/2021
00001/2021	00001	Pregão	466630	BOMBA HIDRÁULICA		UNIDADE	30	R\$689,75	CCK COMERCIAL LTDA	FUNDO NACIONAL DE SAÚDE	257028 - DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA MEDIO PURUS AM	26/01/2021
00127/2020	00001	Dispensa de Licitação	150672	BOMBA HIDRÁULICA		UNIDADE	1	R\$697,90	JONI ROBERTO ZIN	COMANDO DO EXERCITO	160183 - 72 BATALHAO DE INFANTARIA MOTORIZADO	24/09/2020
00001/2021	00002	Pregão	456193	BOMBA HIDRÁULICA		UNIDADE	10	R\$770	N. V. VERDE EIRELI	FUNDO NACIONAL DE SAÚDE	257028 - DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA MEDIO PURUS AM	26/01/2021
00024/2020	00001	Pregão	456193	BOMBA HIDRÁULICA		UNIDADE	7	R\$781,42	HITOCOM COMERCIO DE PRODUTOS INDUSTRIAIS, HIDRAULICOS E PNEUMATICOS EIRELI	UNIVERSIDADE TECNOLÓGICA FEDERAL DO PARANA	154358 - UTFPR - CAMPUS CURITIBA	02/10/2020
00001/2021	00056	Pregão	456175	BOMBA HIDRÁULICA		UNIDADE	52	R\$813,15	CCK COMERCIAL LTDA	COMANDO DA MARINHA	783800 - BASE NAVAL DE NATAL - RN	06/05/2021
00001/2021	00057	Pregão	456175	BOMBA HIDRÁULICA		UNIDADE	19	R\$813,15	CCK COMERCIAL LTDA	COMANDO DA MARINHA	783800 - BASE NAVAL DE NATAL - RN	06/05/2021
00004/2021	00016	Pregão	405844	BOMBA HIDRÁULICA		UNIDADE	75	R\$851,88	CCK COMERCIAL LTDA	COMANDO DO EXERCITO	160339 - 1 BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO	17/05/2021
00052/2021	00013	Pregão	456174	BOMBA HIDRÁULICA		UNIDADE	1	R\$868	MINAS IRRIGACAO E BOMBAS LTDA	ESTADO DA BAHIA	983403 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CAETITE	09/06/2021
00052/2021	00014	Pregão	456174	BOMBA HIDRÁULICA		UNIDADE	1	R\$869	MINAS IRRIGACAO E BOMBAS LTDA	ESTADO DA BAHIA	983403 - PREFEITURA MUNICIPAL DE CAETITE	09/06/2021
00001/2021	00001	Dispensa de Licitação	456193	BOMBA HIDRÁULICA		UNIDADE	1	R\$890	CASA DO RADIADOR FERRAMENTAS E - PARAFUSOS LTDA	MINISTERIO DA SAUDE	250027 - SUPERINTENDENCIA ESTADUAL DO MS/PB	26/03/2021
00007/2020	00197	Pregão	405844	BOMBA HIDRÁULICA		UNIDADE	30	R\$900	EDINEIDE DE F. VASQUES BRITO COMERCIO E SERVICOS	MINISTERIO DA SAUDE	257050 - DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA - VILHENA - RO	14/09/2020
00005/2021	00008	Pregão	466630	BOMBA HIDRÁULICA		UNIDADE	11	R\$940,90	PINHEIRO BRAGA EMPRESARIAL EIRELI	COMANDO DO EXERCITO	160157 - 9 BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO-MEX/MT	14/04/2021
00022/2020	00001	Pregão	150672	BOMBA HIDRÁULICA		UNIDADE	1	R\$955,28	ACARVE COMERCIO E LICITACOES EIRELI	ESTADO DO PARA	927453 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SANTAREM	01/12/2020
00004/2021	00007	Pregão	456193	BOMBA HIDRÁULICA		UNIDADE	75	R\$979,99	CCK COMERCIAL LTDA	COMANDO DO EXERCITO	160339 - 1 BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO	17/05/2021

00012/2020	00017	Pregão	456193	BOMBA HIDRÁULICA		UNIDADE	10	R\$979,99	ITACA LTDA	COMANDO DO EXERCITO	160171 - 8 BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO	01/09/2020
00026/2020	00015	Pregão	456193	BOMBA HIDRÁULICA		UNIDADE	6	R\$980	CCK COMERCIAL LTDA	ESTADO DO PARA	925404 - SECRETARIA EXECUTIVA DO ESTADO DA FAZENDA PA	03/03/2021
00001/2021	00001	Pregão	456175	BOMBA HIDRÁULICA		UNIDADE	3	R\$982,90	BIDDEN COMERCIAL LTDA.	FUNDO NACIONAL DE SAÚDE	257038 - DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA KAIAPO MT GROSSO	25/08/2021
00113/2020	00001	Dispensa de Licitação	405844	BOMBA HIDRÁULICA		UNIDADE	1	R\$986,69	S.M GUIMARAES DISTRIBUIDORA IMPORTADORA E EXPORTADORA LTDA	COMANDO DO EXERCITO	160183 - 72 BATALHAO DE INFANTARIA MOTORIZADO	02/09/2020
00003/2020	00123	Pregão	405844	BOMBA HIDRÁULICA		UNIDADE	6	R\$1018	BIDDEN COMERCIAL LTDA.	COMANDO DO EXERCITO	160434 - 2 BATERIA DE ARTILHARIA ANTIAEREA/RS	24/09/2020
00056/2020	00001	Dispensa de Licitação	456193	BOMBA HIDRÁULICA		UNIDADE	2	R\$1043,96	ACARVE COMERCIO E LICITACOES EIRELI	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARÁ	158313 - INST.FED.DO CEARA/CAMPUS FORTALEZA	01/12/2020
00037/2020	00002	Pregão	456193	BOMBA HIDRÁULICA		UNIDADE	10	R\$1049,99	CCK COMERCIAL LTDA	COMANDO DO EXERCITO	160171 - 8 BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO	27/11/2020
00025/2021	00001	Pregão	70610	CONJUNTO MOTOR BOMBA		UNIDADE	5	R\$1066,57	CCK COMERCIAL LTDA	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC. DE RONDONIA	158148 - INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DE RONDONIA	03/05/2021
00010/2020	00094	Pregão	405844	BOMBA HIDRÁULICA		UNIDADE	3	R\$1068,13	CCK COMERCIAL LTDA	INST.FED.DE EDUC., CIENC E TEC.DO AMAZONAS	158273 - INST.FED.AMAZ./CAMPUS S.GABRIEL DA CACHOEIRA	29/12/2020
00022/2020	00003	Pregão	150672	BOMBA HIDRÁULICA		UNIDADE	2	R\$1078,47	ACARVE COMERCIO E LICITACOES EIRELI	ESTADO DO PARA	927453 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SANTAREM	01/12/2020
00125/2020	00001	Pregão	456192	BOMBA HIDRÁULICA		UNIDADE	2	R\$1087	BH2O BOMBAS E SERVICOS COM. E REPRESENTACOES LTDA	ESTADO DAS ALAGOAS	982727 - PREF.MUN.DE CAMPO ALEGRE	22/01/2021
00038/2021	00001	Dispensa de Licitação	456175	BOMBA HIDRÁULICA		UNIDADE	2	R\$1089	CASA DAS FERRAMENTAS E MAQUINAS EIRELI	COMANDO DO EXERCITO	160129 - ESCOLA DE SARGENTOS DAS ARMAS	13/05/2021
00034/2021	00001	Pregão	456175	BOMBA HIDRÁULICA		UNIDADE	6	R\$1095,21	BRASIDAS EIRELI	ESTADO DO RIO DE JANEIRO	985905 - PREFEITURA MUN.DE SAO SEBASTIAO DO ALTO	07/07/2021
00019/2021	00004	Pregão	466630	BOMBA HIDRÁULICA		UNIDADE	13	R\$1100	JULYO COMERCIAL EIRELI	ESTADO DO AMAZONAS	980277 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SILVES/AM	14/07/2021
00001/2021	00130	Pregão	70610	CONJUNTO MOTOR		UNIDADE	25	R\$1100	HUGO CESAR PEREIRA PACHECO	MINISTERIO DA SAUDE	257040 - DISTRITO SANIT.ESP.INDÍGENA -	03/02/2021
				BOMBA							XAVANTE	

00056/2020	00002	Dispensa de Licitação	456175	BOMBA HIDRÁULICA		UNIDADE	4	R\$1111	ACARVE COMERCIO E LICITACOES EIRELI	INST.FED.DE EDUC.,CIENC.E TEC.DO CEARÁ	158313 - INST.FED.DO CEARA/CAMPUS FORTALEZA	01/12/2020
00001/2021	00095	Pregão	70610	CONJUNTO MOTOR BOMBA		UNIDADE	25	R\$1150	HUGO CESAR PEREIRA PACHECO	MINISTERIO DA SAUDE	257040 - DISTRITO SANIT.ESP.INDÍGENA - XAVANTE	03/02/2021
00125/2020	00002	Pregão	456193	BOMBA HIDRÁULICA		UNIDADE	6	R\$1150	BH2O BOMBAS E SERVICOS COM. E REPRESENTACOES LTDA	ESTADO DAS ALAGOAS	982727 - PREF.MUN.DE CAMPO ALEGRE	22/01/2021
00062/2020	00001	Dispensa de Licitação	150807	BOMBA CENTRÍFUGA		UNIDADE	2	R\$1150	JOSICTEC SERVICOS TECNICOS LTDA	UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO	153165 - UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DE PERNAMBUCO	20/10/2020
00001/2021	00002	Pregão	456174	BOMBA HIDRÁULICA		UNIDADE	3	R\$1157	BIDDEN COMERCIAL LTDA.	FUNDO NACIONAL DE SAÚDE	257038 - DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA KAIAPO MT GROSSO	25/08/2021
00004/2021	00009	Pregão	405844	BOMBA HIDRÁULICA		UNIDADE	75	R\$1160	MARIA DE FATIMA DA SILVA NUNES	COMANDO DO EXERCITO	160339 - 1 BATALHAO DE ENGENHARIA DE CONSTRUCAO	17/05/2021
00013/2020	00001	Pregão	456193	BOMBA HIDRÁULICA		UNIDADE	6	R\$1165	BIDDEN COMERCIAL LTDA.	ESTADO DO RIO DE JANEIRO	985899 - PREFEITURA MUNICIPAL DE SAO JOAO DA BARRA/RJ	09/02/2021
00038/2021	00002	Dispensa de Licitação	456174	BOMBA HIDRÁULICA		UNIDADE	1	R\$1167	CASA DAS FERRAMENTAS E MAQUINAS EIRELI	COMANDO DO EXERCITO	160129 - ESCOLA DE SARGENTOS DAS ARMAS	13/05/2021
00015/2020	00002	Pregão	405844	BOMBA HIDRÁULICA		UNIDADE	16	R\$1190	CCK COMERCIAL LTDA	COMANDO DO EXERCITO	160384 - 18 BATALHAO DE INFANTARIA MOTORIZADO/RS	17/02/2021
00001/2021	00004	Pregão	456193	BOMBA HIDRÁULICA		UNIDADE	2	R\$1196,62	CCK COMERCIAL LTDA	FUNDO NACIONAL DE SAÚDE	257038 - DISTRITO SANIT.ESP.INDIGENA KAIAPO MT GROSSO	25/08/2021
00001/2020	00008	Pregão	456193	BOMBA HIDRÁULICA		UNIDADE	15	R\$1199	ACARVE COMERCIO E LICITACOES EIRELI	ESTADO DO PIAUI	928190 - SERVIÇO AUTONOMO DE ÁGUA E ESGOTO DE OEIRAS	15/12/2020
00001/2021	00132	Pregão	70610	CONJUNTO MOTOR BOMBA		UNIDADE	25	R\$1218	HUGO CESAR PEREIRA PACHECO	MINISTERIO DA SAUDE	257040 - DISTRITO SANIT.ESP.INDÍGENA - XAVANTE	03/02/2021
00001/2021	00131	Pregão	70610	CONJUNTO MOTOR BOMBA		UNIDADE	10	R\$1218	HUGO CESAR PEREIRA PACHECO	MINISTERIO DA SAUDE	257040 - DISTRITO SANIT.ESP.INDÍGENA - XAVANTE	03/02/2021
00022/2020	00005	Pregão	150672	BOMBA HIDRÁULICA		UNIDADE	2	R\$1233,33	ACARVE COMERCIO E LICITACOES EIRELI	ESTADO DO PARA	927453 - SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO DE SANTAREM	01/12/2020



@originalenergiasolar



www.energiasolaroriginal.com.br

Orçamento Original Solar

Cliente: Codevasf

Data: 04/08/2021

COD	DESCRIÇÃO	QUANTIDADE	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
COT.01	Fornecimento de kit para bombeamento com suprimento por energia solar contendo: painel metálico, cabo de interligação CC painel solar - inversor, sensor de fluxo, inversor de frequência e bomba submersa conforme especificado para atendimento ao sistema GRID 1, capaz de alimentar motor de 0,75cv, 100mca / 2m3/h.	480	R\$ 6.234,25	R\$ 2.992.440,00
COT.02	Fornecimento de Estrutura metálica compatível com a quantidade de painéis do sistema GRID 1.	480	R\$ 1.789,26	R\$ 858.844,80
COT.03	Fornecimento de kit para bombeamento com suprimento por energia solar contendo: painel metálico, cabo de interligação CC painel solar - inversor, sensor de fluxo, inversor de frequência e bomba submersa conforme especificado para atendimento ao sistema GRID 2, capaz de alimentar motor de 5cv, 200mca / 4m3/h.	50	R\$ 18.454,77	R\$ 922.738,50
COT.04	Fornecimento e instalação de Estrutura metálica compatível com a quantidade de painéis do sistema GRID 2.	800	R\$ 3.321,32	R\$ 2.657.056,00
COT.05	Fornecimento de kit para bombeamento com suprimento por energia solar contendo: painel metálico, cabo de interligação CC painel solar - controlador de energia e bomba submersa conforme especificado para atendimento ao sistema GRID 3, capaz de alimentar motor de 0,75cv, 80mca / 0,3m3/h.	900	R\$ 3.665,60	R\$ 3.299.040,00
COT.06	Fornecimento de Estrutura metálica compatível com a quantidade de painéis do sistema GRID 3.	900	R\$ 647,12	R\$ 735.471,00
COT.07	Fornecimento de Painel solar conforme especificação.	4.680	R\$ 1.046,36	R\$ 4.896.964,80

- Fornecimento de equipamentos Homologados + Frete + Impostos:

DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE



Av. da Integração, 452 - Vila Eduardo - Petrolina - PE



(87) 3992-1494



contato@energiasolaroriginal.com





Segue abaixo cotação

Cliente: Codevasf

Data: 10/08/2021

- Fornecimento de equipamentos Homologados + Frete + Impostos:

COD	DESCRIÇÃO	VALOR UNITARIO	VALOR TOTAL
COT.01	Fornecimento de kit para bombeamento com suprimento por energia solar contendo: painel metálico, cabo de interligação CC painel solar - inversor, sensor de fluxo, inversor de frequência e bomba submersa conforme especificado para atendimento ao sistema GRID 1, capaz de alimentar motor de 0,75cv, 100mca / 2m3/h.	R\$ 6.271,56	R\$ 6.271,56
COT.02	Fornecimento de Estrutura metálica compatível com a quantidade de painéis do sistema GRID 1.	R\$ 1.789,26	R\$ 1.789,26
COT.03	Fornecimento de kit para bombeamento com suprimento por energia solar contendo: painel metálico, cabo de interligação CC painel solar - inversor, sensor de fluxo, inversor de frequência e bomba submersa conforme especificado para atendimento ao sistema GRID 2, capaz de alimentar motor de 5cv, 200mca / 4m3/h.	R\$ 15.337,67	R\$ 15.337,67
COT.04	Fornecimento e instalação de Estrutura metálica compatível com a quantidade de painéis do sistema GRID 2.	R\$ 3.934,52	R\$ 3.934,52
COT.05	Fornecimento de kit para bombeamento com suprimento por energia solar contendo: painel metálico, cabo de interligação CC painel solar - controlador de energia e bomba submersa conforme especificado para atendimento ao sistema GRID 3, capaz de alimentar motor de 0,75cv, 80mca / 0,3m3/h.	R\$ 3.790,00	R\$ 3.790,00
COT.06	Fornecimento de Estrutura metálica compatível com a quantidade de painéis do sistema GRID 3.	R\$ 647,12	R\$ 647,12
COT.07	Fornecimento de Pannel solar conforme especificação.	R\$ 1.046,36	R\$ 1.046,36

Grato

Bruno Videres Cordeliro

Eng.Civil



Petrolina, 06 de Agosto de 2021

CODEVASF
A/C: CODEVASF**PROPOSTA ORÇAMENTÁRIA**

Prezado senhor de acordo solicitado segue nosso orçamento para fornecer os materiais necessários referente a instalação elétrica de suprimento solar para poços artesanais conforme especificação da CODEVASF 3ª SR.

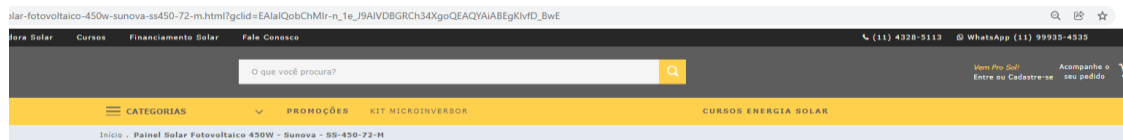
RESUMO DO ORÇAMENTO

ITEM	DESCRIÇÃO	UNID.	QUANT.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
1	Fornecimento de kit para bombeamento com suprimento por energia solar contendo: painel metálico, cabo de interligação CC painel solar -inversor, sensor de fluxo, inversor de frequência e bomba submersa conforme especificado para atendimento ao sistema GRID 1, capaz de alimentar motor de 0,75cv, 100mca / 2m3/h	UN	480	R\$ 7.798,35	R\$ 3.743.208,00
2	Fornecimento de Estrutura metálica compatível com a quantidade de painéis do sistema GRID 1	UN	480	R\$ 1.627,20	R\$ 781.056,00
3	Fornecimento de kit para bombeamento com suprimento por energia solar contendo: painel metálico, cabo de interligação CC painel solar -inversor, sensor de fluxo, inversor de frequência e bomba submersa conforme especificado para atendimento ao sistema GRID 2, capaz de alimentar motor de 5cv, 200mca / 4m3/h	UN	50	R\$ 15.329,67	R\$ 766.483,50
4	Fornecimento e instalação de Estrutura metálica compatível com a quantidade de painéis do sistema GRID 2	UN	800	R\$ 3.353,25	R\$ 2.682.600,00
5	Fornecimento de kit para bombeamento com suprimento por energia solar contendo: painel metálico, cabo de interligação CC painel solar - controlador de energia e bomba submersa conforme especificado para atendimento ao sistema GRID 3, capaz de alimentar motor de 0,75cv, 80mca / 0,3m3/h.	UN	900	R\$ 3.589,21	R\$ 3.230.289,00
6	Fornecimento de Estrutura metálica compatível com a quantidade de painéis do sistema GRID 3	UN	900	R\$ 817,19	R\$ 735.471,00
7	Fornecimento de Painel solar conforme especificação	UN	4.680	R\$ 1.029,50	R\$ 4.818.060,00
TOTAL				R\$	R\$ 16.757.167,50

Estão inclusos todos os impostos e frete para Petrolina/PE.

Jackson de Almeida Crisóstomo
Responsável TécnicoAv. Guararapes, 2839 | Centro | Sala 104
Cep: 56.302-000 | Petrolina-Pe | CNPJ 20.121.769/0001-75
Email: engenharia@steeleletrica.com.br
87 3024-4436 | 87 98838-0456 | 87 99627-0750

DESCRIÇÃO	Proposta			
	Original	Construtora MVC	STELL Engenharia	Média
Fornecimento de kit para bombeamento com suprimento por energia solar contendo: painel metálico, cabo de interligação CC painel solar - inversor, sensor de fluxo, inversor de frequência e bomba submersa conforme especificado para atendimento ao sistema GRID 1, capaz de alimentar motor de 0,75cv, 60mca / 2m3/h	6.234,25	6.271,56	7.798,35	6.768,05
Fornecimento de Estrutura metálica compatível com a quantidade de painéis do sistema GRID 1	1.789,26	1.789,26	1.627,20	1.735,24
Fornecimento de kit para bombeamento com suprimento por energia solar contendo: painel metálico, cabo de interligação CC painel solar - inversor, sensor de fluxo, inversor de frequência e bomba submersa conforme especificado para atendimento ao sistema GRID 2, capaz de alimentar motor de 5cv, 200mca / 4m3/h	18.454,77	15.337,67	15.329,67	16.374,04
Fornecimento e instalação de Estrutura metálica compatível com a quantidade de painéis do sistema GRID 2	3.321,32	3.934,52	3.353,25	3.536,36



Painel Solar Fotovoltaico 450W

- Sunova - SS-450-72-M

Cód: 10001833 [Informações sobre o produto](#)

Seja o primeiro a avaliar este produto [Comparar](#)

R\$ 1.599,00

R\$ 1.487,07 no PIX (7% de desconto)

R\$ 1.487,07 à vista no boleto (7% de desconto)

R\$ 1.519,05 à vista no cartão (5% de desconto)

ou R\$ 266,50 sem juros

Parcelado em até 12x [ver parcelas](#)

Compre 2 por R\$1.584,00 cada

e economize 1%

Compre 10 por R\$1.574,00 cada

e economize 2%

Compre 30 por R\$1.564,00 cada

e economize 3%

Quantidade:

1



COMPRAR

Envio imediato

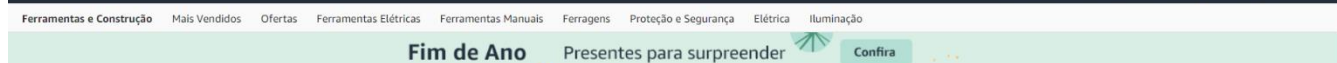
Calcular o frete e o prazo de entrega:

48901-041

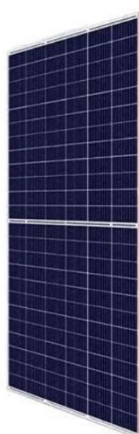
CALCULAR

Opção	Prazo*	Valor
Econômico 1	15 dias úteis	R\$101,19
Econômico 2	13 dias úteis	R\$121,62

* Atenção: O prazo começa a contar no próximo dia útil após a confirmação do pagamento.



Ferramentas e Materiais de Construção > Elétrica



Clique para visualizar

Módulo Pannel Placa Solar Fotovoltaica OSDA 450w Mono Half Cell

Marca: OSDA

Por: **R\$1.498,00**

Em até 10x R\$ 149,80 sem juros [Ver parcelas disponíveis](#)



Pagamentos e Proteção



Política de devolução



Garantia de A a Z

Queremos que você tenha segurança sempre que fizer uma compra no site da Amazon.com.br. Por isso, oferecemos garantia para quando você compra de outros vendedores em nosso site, cobrindo a condição do item comprado e sua entrega dentro do prazo estimado. Saiba mais.

R\$1.498,00

R\$ 87,15 de frete. Entrega: 27 de Dez - 4 de Jan

Este produto será entregue após o Natal.

[Selecione o endereço](#)

Em estoque.

Quantidade: 1

[Adicionar ao carrinho](#)

[Comprar agora](#)

[Transação segura](#)

Enviado por Nortesulshop

Vendido por Nortesulshop

[Adicionar à Lista](#)

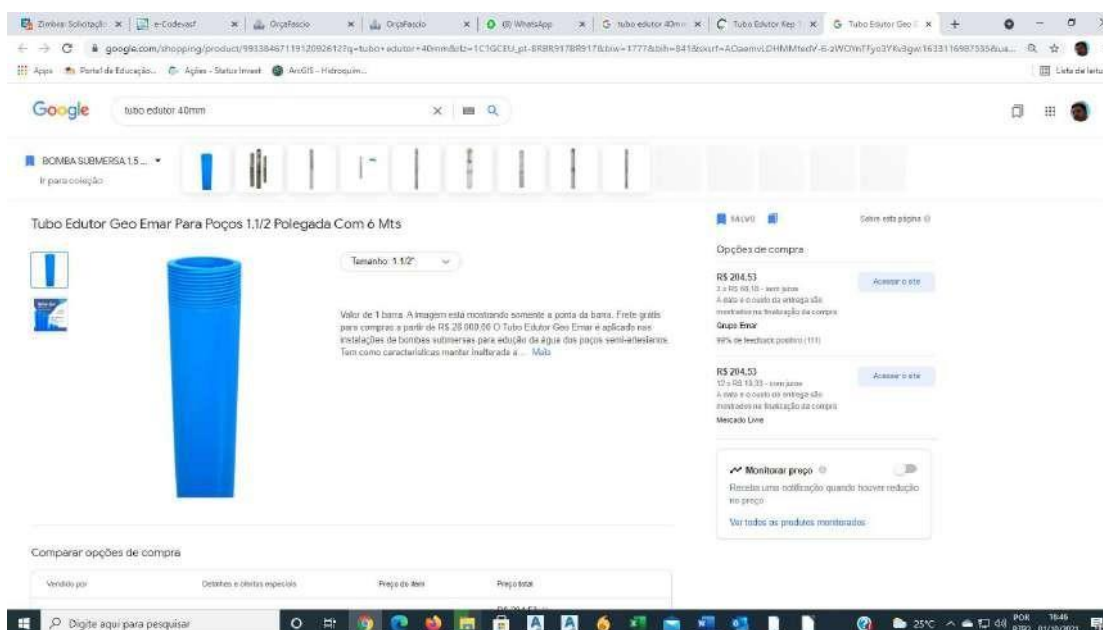
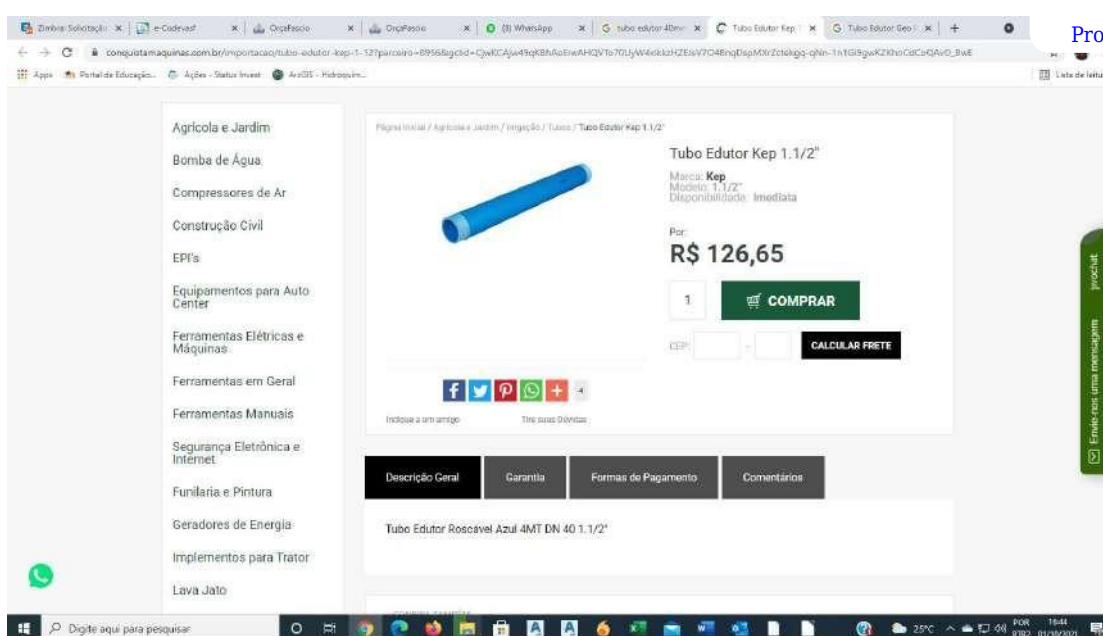
Compartilhar [Email](#) [Facebook](#) [Twitter](#) [Pinterest](#)

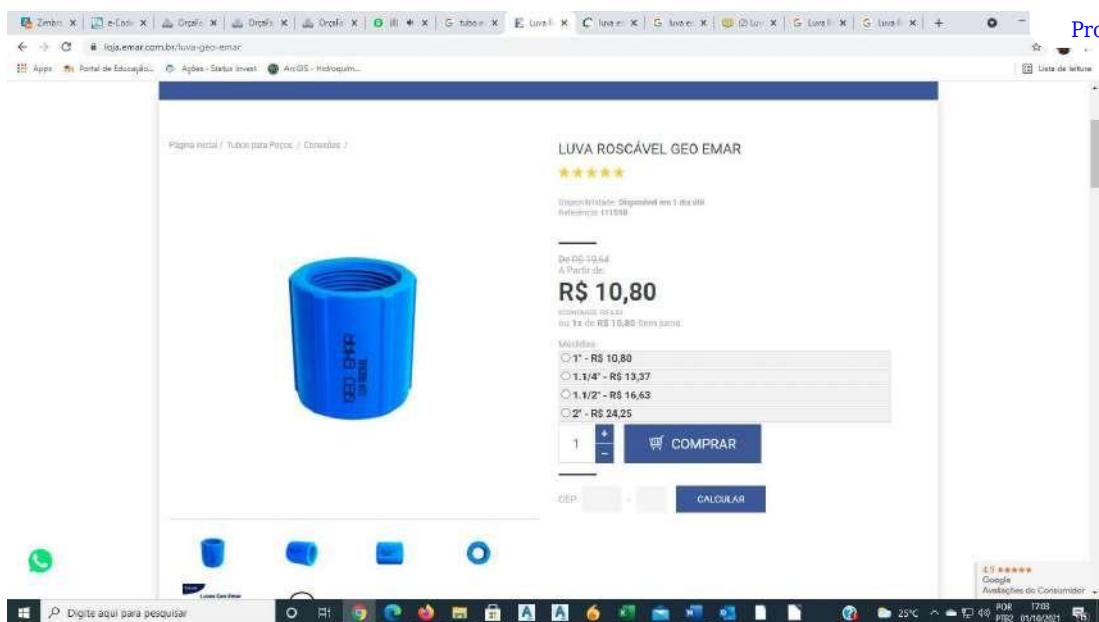


Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR

Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

DESCRIÇÃO	NeoSolar	Amazon	Submarino	Magalu	Média Cotações
Painel Solar Fotovoltaico 400W			R\$ 2.798,16	R\$ 1.311,91	R\$ 2.055,04
Painel Solar Fotovoltaico 450W	R\$ 1.700,19	R\$ 1.585,15			R\$ 1.642,67





A**A Companhia de Saneamento Ambiental do Maranhão – CAEMA**

ATT: COMISSÃO PERMANENTE DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 041/2020 - PRE/CAEMA
ABERTURA: às 9 horas do dia 17/11/2020

Item	Descrição	Und	Quant.	Preço Unitário	Preço Total	Marca
1	TUBO EDUTOR DE ALTA RESISTÊNCIAEM uPVC - CLASSE HEAVY (REFORÇADO) DE 1 1/2" X 3,05M, ESP = 8,2MM	un	100	190,00	19.000,00	C.R.I
2	TUBO EDUTOR DE ALTA RESISTÊNCIAEM uPVC - CLASSE HEAVY (REFORÇADO) DE 2" X 3,05M, ESP = 8,2MM	un	100	270,00	27.000,00	C.R.I
3	TUBO EDUTOR DE ALTA RESISTÊNCIAEM uPVC - CLASSE HEAVY (REFORÇADO) DE 2 1/2" X 3,05M, ESP = 8,2MM	un	240	416,66	99.998,40	C.R.I
4	TUBO EDUTOR DE ALTA RESISTÊNCIAEM uPVC - CLASSE HEAVY (REFORÇADO) DE 3" X 3,05M, ESP = 8,2MM	un	300	533,33	159.999,00	C.R.I
5	TUBO EDUTOR DE ALTA RESISTÊNCIA EM uPVC - CLASSE HEAVY (REFORÇADO) DE 4" X 3,05M, ESP = 10,0MM	un	200	675,00	135.000,00	C.R.I
TOTAL:					440.997,40	

(QUATROCENTOS E QUARENTA MIL, NOVECENTOS E NOVENTA E SETE REAIS E QUARENTA CENTAVOS)

VALIDADE DA PROPOSTA: 60 (SESSENTA) DIAS.

PAGAMENTO: 30 DIAS.

PRAZO DE ENTREGA: 30 DIAS, CONTADOS DO RECEBIMENTO DA ORDEM DE COMPRA.

LOCAL DE ENTREGA: ALMOXARIFADO DA CAEMA, LOCALIZADO NA AVENIDA DOS FRANCESES, S/Nº - BAIRRO SACAVERM, CEP 65020-560, SÃO LUIS-MA.

RIBEIRÃO DAS NEVES, 17 DE NOVEMBRO DE 2020.


Detrou Demolições de Construção e Geral e o
Com. de Materiais de Construção Eireli - EPP
CNPJ: 33.242.200/0001-00
Assinatura Autorizada para Fins de Licitação.

Detrou Demolições de Construção e Geral e o Comercio de Materiais de Construção Eireli

CNPJ: 33.242.200.0001-00 I.E: 003415755.00-56


Endereço: Av. Renato de Azeredo, 145, Distrito Industrial João de Almeida, Ribeirão das Neves/
MG – CEP: 33.880-302

email: detroidemolicoes@bol.com.br | contato: 31 3408.9000

Google Shopping

Pesquisar no Google Shopping


Seus itens salvos



quadro comando

Coleção


5 itens



Produtos de que eu gosto

Coleção


15 itens



BOMBAS ATÉ 3,5 CV

Coleção


4 itens



BOMBA SUBMERSA 1,5 CV

Coleção


13 itens



TUBOS E PEÇAS EDUTOR

Coleção


4 itens



Tracked products

Acompanhamento de preço


Nenhum item ainda



Lista de compras

Ver na Web


Selecione tudo



R\$ 895,00

Mercado Livre


Quadro De Comando De Bombas 1cv-...



R\$ 734,40

Mérito Comercial


Quadro de Comando Ms Partida Direta...



R\$ 998,90

Mercado Livre


Painel P/ Bomba Submersa Lukbox...



R\$ 490,00

Mercado Livre

Painel Comando Monofásico Até 1,5...



R\$ 550,00

Mercado Livre

Painel Bomba Submersa Trifásica...

Está procurando tudo o que você salvou no Google?

Visualização

https://shopping.google.com/lists/CAESFjNZOUIEVGVMUTFxZTVjZ1NicklfalEgAQ==?sa=X&ved=2ahUKEwj4vb6uvrHzAhXSj5EKHWYTAR8Q7v... 1/1

Documento assinado digitalmente. Para verificar as assinaturas, acesse https://ecodevasf.codevasf.gov.br?a=autenticidade e informe o e-DOC



TABELA I - 2021

DOS PROCESSOS JUDICIAIS EM GERAL

LEI ESTADUAL Nº 12.373/2011 - DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011, ALTERADA PELA LEI ESTADUAL Nº 14.025/2018, DE 06/12/2018 - ATUALIZADA PELO DECRETO JUDICIÁRIO Nº 918/2020, DE 17/12/2020 - VIGÊNCIA: 01/01/2021

I - Das causas em geral (vide notas I-2, I-5 e I-9)

VALOR DA CAUSA (R\$)				TAXAS A PAGAR (R\$)	CÓDIGO DO ATO
Até			1.000,00	97,44	32069
De	1.000,01	a	1.500,00	156,96	32077
De	1.500,01	a	2.500,00	270,66	32085
De	2.500,01	a	4.000,00	422,22	32090
De	4.000,01	a	6.000,00	627,92	32093
De	6.000,01	a	8.000,00	811,98	32100
De	8.000,01	a	11.000,00	974,36	32107
De	11.000,01	a	15.000,00	1.190,90	32110
De	15.000,01	a	19.000,00	1.407,42	32115
De	19.000,01	a	23.000,00	1.623,94	32120
De	23.000,01	a	28.000,00	1.840,48	32123
De	28.000,01	a	35.000,00	2.028,70	32127
De	35.000,01	a	45.000,00	2.445,38	32131
De	45.000,01	a	60.000,00	2.779,54	32136
De	60.000,01	a	70.000,00	3.266,74	32140
De	70.000,01	a	90.000,00	4.151,72	32148
De	90.000,01	a	120.000,00	5.044,88	32158
De	120.000,01	a	160.000,00	6.169,26	32162
De	160.000,01	a	210.000,00	6.861,18	32166
De	210.000,01	a	260.000,00	7.849,10	32170
De	260.000,01	a	350.000,00	10.082,02	32180
De	350.000,01	a	450.000,00	12.178,82	32185

Causas a partir de R\$ 450.000,01: Com taxa máxima de R\$ 12.178,82..... 32220

DOS DEMAIS ATOS OU FEITOS

ATOS	TAXAS A PAGAR (R\$)	CÓDIGO DO ATO
II - Ação penal (vide notas I-16 e I-22)	313,24	39012
III - Representação ou arguição de constitucionalidade - ação de constitucionalidade – uniformização de jurisprudência - suspensão de liminar - Suspensão de execução de sentença proferida em mandado de segurança - mandado de injunção	313,24	39030
IV - Exceção de impedimento e suspeição dos juízes, conflito de competência ou de jurisdição suscitados pela parte - desaforamento.	313,24	39032
V - Justificação para fins previdenciários	113,78	38016
VI - Carta precatória, de ordem e rogatória, incluído porte de retorno (vide	174,02	37010
VII - Litisconsórcio ativo ou passivo, por parte excedente (vide nota I-5)	27,30	49032
VIII - Ações relativas a protestos – interpelação – exibição judicial	313,24	39034
IX - Divorcio, separação e dissolução de união estável, sem bens ou direitos a partilhar - reconhecimento de união estável	313,24	39036
X - Ações relativas a guarda de menores - tutela e curatela - emancipação	203,04	39038
XI - Interdições - adoção de maiores – modificação do regime de bens	174,02	39040
XII - Apresentação e cumprimento de testamento	203,04	39042
XIII - Inventário ou arrolamento negativo - remoção de inventariante	203,04	39044
XIV - Prestação de contas (incidental)	313,24	39046
XV - Demais processos ou procedimentos sem valor declarado, inclusive	incide ntais e	de impugnações em geral (vide nota

I-25	313,24	36013
XVI - Desarquivamento de processos, inclusive eletrônicos, por processo	49,18	40045

e-DOC 28742885
Proc 59560.002016/2021-97-e

XVII - Restauração de autos	203,04	
XVIII - Avaliações e Cálculos Judiciais, por mandado	348,06	39050
XIX - Requisição de informações por meio eletrônico (BACENJUD, RENAJUD, INFOJUD, SERASAJUD e assemelhados), por cada consulta	17,40	91010
XX - Cópia digital de registros fonográficos e audiovisuais de audiência/sessão, por cópia (com o fornecimento da mídia ao TJ/BA)	34,78	91011
XXI - Digitalização de documento realizada no âmbito deste Poder Judiciário, por documento (dentre eles, a digitalização de petição, incluindo-se os documentos anexados a esta, endereçada a processo eletrônico por meio físico, i.e., papel)	9,26	91012
XXII - Transcrição de declaração registrada na gravação eletrônica de audiência/sessão - por declaração transcrita	34,78	91013
XXIII - Fornecimento de cópia em meio digital de documento e/ou processo, por cópia extraída (com o fornecimento da mídia ao TJ/BA)	11,60	91014
XXIV - Cópia física ou traslado de processo por solicitação das partes, por página, com a devida chancela da unidade	4,62	91015
XXV - Mandado de Segurança	313,24	40040
XXVI - Envio eletrônico de citações, intimações, ofícios e notificações.	4,62	91017

PREPARO DO RECURSO

XXVII - Recursos (excluídas despesas com porte e remessa e/ou retorno, quando cabíveis) - vide nota I-23
a) Apelação, recurso adesivo (vide nota I-11)

VALOR DA CONDENAÇÃO OU DA CAUSA(R\$)				TAXA A PAGAR (R\$)	CÓDIGO DO ATO
Até			1.000,00	48,70	40008
De	1.000,01	a	1.500,00	78,50	40014
De	1.500,01	a	2.500,00	135,32	40016
De	2.500,01	a	4.000,00	211,10	40017
De	4.000,01	a	6.000,00	313,96	40018
De	6.000,01	a	8.000,00	405,98	40019
De	8.000,01	a	11.000,00	487,18	40020
De	11.000,01	a	15.000,00	595,44	40021
De	15.000,01	a	19.000,00	703,70	40022
De	19.000,01	a	23.000,00	811,98	40023
De	23.000,01	a	28.000,00	920,24	40024
De	28.000,01	a	35.000,00	1.028,50	40025
De	35.000,01	a	45.000,00	1.245,02	40026
De	45.000,01	a	60.000,00	1.407,42	40027
De	60.000,01	a	70.000,00	1.678,08	40028
De	70.000,01	a	90.000,00	1.948,74	40030
De	90.000,01	a	120.000,00	2.327,66	40031
De	120.000,01	a	150.000,00	2.598,32	40033
De	150.000,01	a	216.000,00	2.923,10	40036
A partir de R\$ 216.000,01:Com taxa máxima de R\$ 2.923,10					40010
b) Agravo de Instrumento, Apelação Criminal e outros recursos não previstos nas demais letras deste item, no âmbito do TJBA (vide nota I-19)				313,24	40035
c) Recurso Inominado (Juizados Especiais) - (vide notas I-12 e I-14)				313,24	40032

DOS ATOS PRATICADOS POR OFICIAIS DE JUSTIÇA / AVALIADORES

ATOS	TAXA A PAGAR (R\$)	CÓDIGO DO ATO
XXVIII - Citação, intimação, notificação e entrega de ofício	117,56	41017
XXIX - Arresto, sequestro, despejo, arrolamento, levantamento, busca e apreensão, arrombamento, imissão na posse e outros atos não especificados, de seu ofício.	177,28	42013
XXX - Auto de Penhora (incluída a avaliação)	177,28	43010

CERTIDÕES

ATOS	TAXA A PAGAR (R\$)	CÓDIGO DO ATO
XXXI - Certidão judicial positiva ou negativa (vide nota I-24)	Gratuita	
XXXII - Certidão de objeto e pé, de prática jurídica e assemelhadas	17,72	47015

NOTAS EXPLICATIVAS DA TABELA I

I - COBRANÇA DE CUSTAS
1) O abandono ou desistência do feito e a transação que lhe ponham termo não implicarão na desoneração das custas devidas ou na restituição das já recolhidas, exceto no caso de desistência do feito, formal e tempestiva, na hipótese do indeferimento do benefício da Justiça Gratuita.
2) Estarão sujeitas à incidência das taxas previstas no item I da Tabela I as causas em geral, inclusive a arrematação, adjudicação, remissão, embargos à execução de título judicial e extrajudicial, à arrematação, à adjudicação e de terceiros, habilitação de créditos, habilitações em ações coletivas, consignação em pagamento e ações de alvarás.
3) As custas previstas no item XXVI abrangem qualquer meio eletrônico de comunicação, inclusive por voz ou texto.
4) Nos processos de execução de títulos judiciais e extrajudiciais as taxas devidas serão as iniciais, e as dos atos complementares, quando e se houver.
5) Nos processos em que ocorram litisconsórcios ativos ou passivos, as taxas previstas no item VII da Tabela I devem ser pagas concomitantemente às iniciais, inclusive no Mandado de Segurança.
6) Nos processos de competência da Fazenda Pública, o devedor arcará com o pagamento das custas, com base no valor atualizado do débito, sem prejuízo das demais taxas.
7) Nas tutelas provisórias de urgência, de natureza cautelar ou antecipatória de tutela; e de evidência, ambas de caráter antecedente, as taxas serão reduzidas à metade, suplementando-as na hipótese de conversão em ação principal.
8) As taxas sobre os depósitos judiciais de bens serão devidas uma única vez, sobre o somatório dos valores dos bens depositados.
9) Ter-se-á por base para a cobrança das taxas prevista no Item I da tabela I o valor atribuído à causa pela parte ou do ato, que não será inferior ao valor do pedido, da dívida ou da coisa, devendo ser suplementadas na hipótese de procedência de impugnação, exigência fiscal, erro na aplicação da tabela ou por determinação do Juízo do processo.
10) As taxas deverão ser pagas antecipadamente, salvo se o interessado for beneficiário da Justiça Gratuita ou se o Juízo deferir a postergação do pagamento, em se tratando de medida de natureza urgente e de se encontrar encerrado o expediente bancário.
11) O preparo do recurso será calculado sobre o valor da sentença se for líquida, ou, se ilíquida ou obrigação de fazer, sobre o valor da causa.
12) Nos Juizados Especiais, por ocasião da interposição de recurso, além daquelas inerentes a este, serão devidas taxas com base no valor da sentença condenatória líquida e mais as taxas dispensadas no primeiro grau de jurisdição, ressalvada a hipótese de Justiça Gratuita.
13) Nos Juizados Especiais não serão devidas as taxas dos embargos do executado ou da impugnação do cumprimento da sentença. Entretanto, julgados improcedentes ou parcialmente procedentes, caberá o recolhimento das taxas com base no item XV. Em se tratando de embargos à execução de título extrajudicial, as taxas deverão ser calculadas com base no item I.
14) Havendo interposição de recurso nominado em face de sentença que julgou os embargos do executado, além das taxas de que trata a nota I-13, serão devidas as relativas ao recurso à sentença que os julgou, excetuando-se as das causas em geral e demais taxas dispensadas no primeiro grau de jurisdição, caso já tenham sido recolhidas anteriormente, sob pena deserção.
15) Nos Juizados Especiais Cíveis, em caso de extinção do processo sem julgamento do mérito, pela ausência injustificada do autor a qualquer das audiências, o Juízo condenará este ao recolhimento das taxas dispensadas para o início da ação.
16) O ajuizamento de ações privadas nos Juizados Criminais dependem do pagamento prévio das taxas.
17) Estarão sujeitos às taxas, se for o caso, todos os processos ou procedimentos que pela sua autonomia ensejem decisão judicial.
18) As despesas com arrombamento ou remoção de bens correrão por conta do requerente, que deverá providenciá-las previamente.
19) No recurso de agravo de instrumento deverão também ser pagas as taxas referentes à entrega de ofícios.
20) Nas ações de separações e divórcios as taxas do item I da Tabela I serão calculadas sobre 50% (cinquenta por cento) do somatório dos bens e direitos arrolados.
21) A critério do Juízo as taxas poderão ser reduzidas e/ou pagas em parcelas iguais, mensais e sucessivas, bem como aproveitadas, desde que possuam valor igual ou superior ao devido erelacionadas a um mesmo processo, devidamente identificado na guia de recolhimento.
22) Não é exigível o pagamento prévio das taxas para os pedidos de relaxamento de prisão, revogação de prisão preventiva, de liberdade provisória, fiança e restituição de coisa apreendida. As taxas em ações penais públicas serão devidas pelo réu, apenas após o trânsito em julgado da sentença penal condenatória.
23) No recurso, quando da sua interposição sem o devido pagamento integral das taxas relativas a este, bem como ao porte de remessa e / ou retorno, se houver, este deve ser efetivado em dobro no prazo de 05 (cinco) dias, a partir da intimação. Será vedada a suplementação das taxas de recurso se não houver o pagamento em dobro da insuficiência de preparo. Estes procedimentos não se aplicam aos Juizados Especiais, os quais se sujeitarão ao quanto disposto no Art. 42, parágrafo 1º da Lei Nº 9.099/95.
24) As certidões judiciais são aquelas destinadas a identificar os termos circunstanciados, inquéritos ou processos em que a pessoa a respeito da qual é expedida figura no pólo passivo da relação processual originária.
25) A reconvenção terá as taxas cobradas com base no item XV.
II - ISENÇÕES E GRATUIDADES
1) Estão isentos de pagamento de taxas de prestação de serviços na área do Poder Judiciário a União, os Estados, o Distrito Federal, os Municípios e suas respectivas autarquias e fundações, assim como o Ministério Público e Defensorias Públicas, independentemente de autorização prévia, para a prática de atos ou feitos de suas autorias ou iniciativas.
2) As isenções previstas na nota II-1 não se estendem às entidades de direito privado e aos conselhos de fiscalização de classes profissionais, excetuando-se a Ordem dos Advogados do Brasil.
3) As demais isenções de taxas, previstas em Lei, somente poderão ser reconhecidas mediante autorização expressa e fundamentada do Juízo competente.
4) Não incidirão taxas sobre o <i>habeas corpus</i> e o <i>habeas data</i> , a ação popular, a ação civil pública, salvo comprovada a má fé, a jurisdição de menores, as ações de acidentes do trabalho, o agravo de instrumento contra despacho denegatório de seguimento de recursos extraordinário e especial, admissibilidade de Recursos especial e ordinário (STJ) e Recurso Extraordinário (STF), o embargo em ação monitória, o agravo regimental ou interno, o agravo retido, embargos de declaração, os pedidos de intervenção, as reclamações e ações diretas de inconstitucionalidade e as tutelas provisórias incidentais.
5) Não incidirão taxas sobre a fração ideal da parte meeira nos inventários e arrolamentos, inclusive nas sobrepartilhas.
6) Não serão cobradas taxas para a reconstituição ou retificação de processo ou ato cartorário em decorrência de erro funcional.
7) Considerar-se-á gratuito ou dispensado de preparo o ato ou feito assim previsto nas legislações federal ou deste Estado.
8) O benefício da Justiça Gratuita, quando deferido, deverá ser de forma expressa e fundamentada pelo Juízo nos autos do processo.
9) A Justiça Gratuita será concedida na forma da Lei Federal.
III - CARTAS PRECATÓRIAS, ROGATÓRIAS E DE ORDENS
1) As taxas e despesas relativas ao cumprimento de carta precatória, de ordem e rogatória serão pagas em favor do Juízo deprecado, sem prejuízo das taxas referentes aos atos pretendidos.
b) Na expedição de cartas precatória, rogatória ou de ordem a serem cumpridas em outro Estado ou País, serão devidas no Estado da Bahia as custas relativas ao porte de remessa, bem como o porte de retorno para outro Estado ou País, se for o caso.
IV - DESPESAS
1) Quaisquer despesas que venham ao processo por qualquer razão de procedimento, deverão ser recolhidas pelo interessado antes da sua efetivação.
V - SUPLEMENTAÇÃO DAS TAXAS
1) Quando majorado o valor da causa, a diferença devida a título das taxas deverá ser paga no prazo máximo definido pelo juízo competente, contado da intimação.
2) Havendo taxas remanescentes ao final do processo, estas serão cobradas pela tabela vigente à época do respectivo mérito responsável por sua finalização, inclusive as parcelas suplementares, com base no valor da condenação, se houver, ou valor da causa atualizado monetariamente antes da aplicação do item I da Tabela I. Quando pagas com atraso, serão devidos acréscimos moratórios e demais encargos na forma da lei.
3) Nas ações cautelares com valor da causa declarado, as taxas serão reduzidas à metade, suplementando-se estas na hipótese de conversão em ação principal.
4) As taxas devidas serão as vigentes na data da prática do ato, devendo ser suplementadas quando necessário.
VI - APROVEITAMENTO DAS TAXAS
1) Declinada a competência para outro órgão jurisdicional do Estado da Bahia, as taxas já pagas poderão ser aproveitadas. Se declinada a competência para órgão jurisdicional de outro Estado as taxas pagas não serão restituídas.
2) Não haverá aproveitamento das taxas pagas de unidades judiciárias de outros Estados, em razão de reconhecimento de incompetência do Juízo local.
VII - PROCEDIMENTOS CARTORÁRIOS
1) O recolhimento das taxas e despesas devidas pelos serviços judiciais far-se-á por meio de Documento de Arrecadação Judicial e Extrajudicial (DAJE), em agente arrecadador da rede credenciada.
2) Cada unidade cartorária deverá afixar as tabelas de taxas e de despesas da sua respectiva serventia em local visível ao público.
3) Nas comarcas cuja jurisdição trabalhista seja exercida pelo Juízo de Direito, na forma dos artigos 668 e 669 da Consolidação das Leis do Trabalho, as taxas incidentes sobre os feitos processados sob aquela jurisdição corresponderão a 3,5% (três e meio por cento) sobre o valor da condenação, ou, se ilíquida a sentença, sobre o valor fixado pelo Juízo para esta finalidade.
4) Ficará vedado fazer conclusão para sentença definitiva ou interlocutória e/ou decisão em autos sujeitos a taxas e despesas, sem a certificação do pagamento das taxas, salvo determinação superior expressa e fundamentada nas hipóteses elencadas na nota I-10.
5) Os autos findos não poderão ser arquivados sem que o Escrivão ou Diretor de Secretaria certifique se houve o pagamento das taxas e despesas devidas.
VIII - RESPONSABILIDADE SOLIDÁRIA OU POR SUBSTITUIÇÃO
1) Os titulares ou substitutos das secretarias de câmaras, varas e secretarias dos juizados especiais serão responsáveis solidariamente pelas taxas e demais despesas não recolhidas ou recolhidas a menor, na forma do Código Tributário do Estado da Bahia.



TABELA II - 2021

ATOS DOS TABELIÃES DE NOTAS

LEI ESTADUAL Nº 12.373/2011 - DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011, ALTERADA PELA LEI ESTADUAL Nº 14.025/2018, DE 06/12/2018 - ATUALIZADA PELO DECRETO JUDICIÁRIO Nº 918/2020, DE 17/12/2020 - VIGÊNCIA: 01/01/2021

I - Atos com Valor Econômico (vide nota I-2)

FAIXA DE VALORES (R\$)				VALOR A PAGAR (R\$)	CÓDIGO DO ATO
Até			1.600,00	247,88	01020
De	1.600,01	a	3.200,00	311,82	01030
De	3.200,01	a	8.000,00	375,72	01040
De	8.000,01	a	12.000,00	406,08	01049
De	12.000,01	a	16.000,00	436,98	01058
De	16.000,01	a	24.000,00	498,88	01066
De	24.000,01	a	32.000,00	562,38	01074
De	32.000,01	a	47.000,00	621,18	01082
De	47.000,01	a	63.000,00	684,54	01086
De	63.000,01	a	78.000,00	751,68	01090
De	78.000,01	a	118.000,00	800,58	01097
De	118.000,01	a	160.000,00	866,18	01104
De	160.000,01	a	235.000,00	1.402,20	01112
De	235.000,01	a	350.000,00	2.103,52	01120
De	350.000,01	a	530.000,00	3.159,30	01139
De	530.000,01	a	800.000,00	4.737,76	01147
De	800.000,01	a	1.200.000,00	7.105,48	01155
De	1.200.000,01	a	1.800.000,00	8.526,54	01163
De	1.800.000,01	a	2.700.000,00	11.084,74	01171
De	2.700.000,01	a	4.000.000,00	14.410,16	01180
A partir de	4.000.000,01			18.733,26	01198

DOS DEMAIS ATOS DOS TABELIÃES DE NOTAS

ATOS	VALOR A PAGAR (R\$)	CÓDIGO DO ATO
II - Atos sem valor econômico	166,14	02011
III - Testamento		
a) Testamento público ou aprovação de Testamento Cerrado	649,58	02020
b) Revogação de Testamento	166,15	02030
IV - Escritura de convenção de condomínio ou suas modificações:		
a) pela convenção	126,10	03018
b) por unidade autônoma	37,76	03026
V - Procuração e substabelecimento: (vide notas I-3 e I-18)		
a) Procuração simples ou substabelecimento	88,20	04014
a.1) Por outorgante a mais na procuração simples ou no substabelecimento	35,26	04022
b) Revogação ou Renúncia	88,20	04033
c) Procuração e substabelecimento para fins exclusivamente previdenciários	17,64	04049
VI - Certidão, traslado ou cópia de documentos arquivados		
a) Pela primeira página	37,76	05010
b) Por página adicional	8,70	05029
VII - Busca, incluída a certidão negativa (vide nota I-24)	17,40	05035
VIII - Reconhecimento de firma, letra ou sinal		
a) Documentos em geral	5,40	06017
b) Documento de transferência de veículo (DUT)	16,20	06020
IX - Autenticação de fotocópia de documento (por página de fotocópia)	5,40	06025
X - Pública forma, por página	62,90	06106
XI - Confeção e guarda do cartão de assinatura (vide nota I-23)	5,40	06203
XII - Ata notarial		
a) até 5 (cinco) páginas	352,94	06300
b) por página adicional	70,58	06301
XIII - Escrituras de divórcio, separação, dissolução de união estável e inventário sem partilha de bens e direitos. (vide notas I-14 e I-15)	247,88	06400
XIV - Escrituras de declaração de união estável e homoafetiva, de pacto antenupcial e contrato de namoro	247,88	06410

XV - Escritura de divisão ou estremação (vide nota I-21)

a) Pela instrumentalização principal

b) Por cada unidade a ser dividida ou estremada		
XVI - Apostilamento de Haia	227,34	06420
	75,78	06430
	88,20	40000

NOTAS EXPLICATIVAS DA TABELA II	
I – COBRANÇAS DE TAXAS	
1) Havendo no instrumento lavrado mais de um ato ou estipulação que, por sua autonomia, possa ser objeto de um instrumento específico, as taxas serão cobradas separadamente sobre cada um deles. Quando as taxas somadas ultrapassarem o limite máximo previsto para os atos com valor econômico, por escritura, as taxas excedentes terão redução de 50% (cinquenta por cento).	
2) Atos com valor econômico: as escrituras referentes à transmissão, a qualquer título, da posse ou da propriedade de bens ou direitos, ou domínio útil; a assunção de dívida; a hipoteca; a alienação fiduciária, a instituição voluntária de bem de família e demais negócios ou transações com declaração de valor.	
3) A procuração em causa própria será considerada ato com valor econômico.	
4) No preço da escritura, procuração ou subestabelecimento está incluído o primeiro traslado.	
5) Para os atos praticados fora do cartório, por solicitação da parte ou exigência legal, poderão ser cobradas despesas de diligência em valor máximo equivalente às taxas do item XXVIII da Tabela I.	
6) A escritura de confissão de dívida ou de abertura de crédito com ou sem garantias será considerada apenas um ato, devendo as taxas serem cobradas com base no valor da dívida ou do crédito, bem como em quaisquer outras constituições de garantias, independentemente do número de bens ou direitos onerados.	
7) Na hipótese de compra e venda com mútuo e garantia hipotecária ou alienação fiduciária, as taxas serão devidas sobre o valor da transação e sobre o valor da dívida, respectivamente.	
8) Sendo objeto da escritura de transmissão mais de uma unidade imobiliária, será considerado o valor de cada unidade em separado, para efeito de cobrança das taxas. Caso não estejam fixados os valores individuais dos imóveis, efetuar-se-á a divisão do valor total da avaliação destes pela sua quantidade, observado o limite previsto na nota I-1.	
9) As taxas serão calculadas com base nos seguintes parâmetros, prevalecendo o que for maior: a) preço ou valor econômico do negócio jurídico declarado pelas partes; b) para os atos de transmissão, valor lançado para o respectivo imposto da Fazenda Pública competente (Municipal ou Estadual) e, para os demais atos, o valor fiscal do último lançamento do IPTU para imóveis urbanos ou o valor da última avaliação do imóvel rural aceito pelo órgão federal competente; c) avaliação judicial, nos casos exigidos por lei.	
Transcorrido o exercício financeiro em que tenha havido a formalização do título, contrato ou negócio, ou do lançamento do imposto de transmissão, caberá a atualização dos valores para cálculo das taxas com base em índice estabelecido pela Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.	
10) Nas escrituras de permuta, cada permutante pagará as taxas sobre o valor do bem por ele adquirido.	
11) As taxas para lavratura de contratos de locação ou de rendimentos serão apuradas com base no somatório dos 12 (doze) primeiros meses ou pelo somatório do total de meses nos casos de contrato com prazo inferior a um ano.	
12) A reserva de usufruto será considerada ato sem valor econômico e a instituição, com valor econômico. A renúncia da reserva de usufruto será considerada ato sem valor econômico e a renúncia da instituição de usufruto com valor econômico, devendo ser apurada com base na nota III-7 desta Tabela. As demais hipóteses de extinção de usufruto serão consideradas atos sem valor econômico.	
13) A escritura de mandato deverá ser considerada ato sem valor econômico.	
14) As escrituras de divórcio, separação e dissolução de união estável em que houver partilha, as taxas serão calculadas com base em 50% do somatório dos bens e direitos, já incluídas as de eventuais excedentes de meação. Aplica-se a mesma regra às escrituras de partilha de bens e direitos decorrentes de divórcio, separação e dissolução de união estável já formalizados. Quando não houver qualquer partilha de bens e direitos as taxas serão calculadas com base no item XIII.	
15) O inventário com bens e direitos partilhados terá as taxas calculadas com base no somatório dos bens e direitos elencados, excluído os da parte meeira. Quando não houver bens e direitos a partilhar, as taxas serão calculadas com base no item XIII.	
16) As taxas das autenticações serão cobradas: a.por documento com frente e verso na mesma página: uma autenticação; b.por documento com frente e verso em páginas distintas: duas autenticações.	
17) As taxas devidas serão às vigentes na data da prática do ato, devendo ser suplementadas quando necessário.	
18) Nas procurações outorgadas pelo casal, cobrar-se-ão as mesmas taxas da procuração simples.	
19) A Ata Notarial relativa a usucapião será considerada ato com valor econômico, sendo as taxas calculadas sobre o valor do imóvel.	
20) O termo de mediação ou de conciliação, quando identificada a sua repercussão econômica, terá as taxas cobradas como ato com valor econômico, com base no Item I desta Tabela. Quando tal repercussão não puder ser identificada, as taxas serão sem valor econômico, cobradas com base no Item II desta Tabela, sem prejuízo das demais despesas.	
21) A escritura de divisão ou estremação, que resulte na extinção ou não do condomínio, será cobrada com base no item XV, sem prejuízo das taxas do item I no caso de excedente de quota-parte, transação, cessão ou doação.	
22) As escrituras ou contratos de retratificação com aumento de valor do seu objeto terão as taxas calculadas, tão somente, sobre o valor acrescido.	
23) Somente serão devidas taxas para confecção do primeiro cartão de assinatura ou nas situações jurídicas de alterações do nome das pessoas naturais.	
24) Sendo positiva a busca as taxas deverão ser suplementadas para o fornecimento da certidão pretendida. No caso de desinteresse da parte na emissão da certidão positiva deverá ser emitido termo de busca para fins de selagem.	
II - PROCEDIMENTOS CARTORÁRIOS	
1) O recolhimento das taxas devidas pelos serviços far-se-á pelo Contribuinte por meio de Documento de Arrecadação Judicial e Extrajudicial (DAJE), em agente arrecadador, da rede credenciada, exceto os de autenticação de fotocópias, reconhecimento de firmas, sinal público e confecção e guarda de cartão de assinatura, que serão recolhidas diretamente pelo cartório, em substituição ao contribuinte.	
2) O recolhimento das taxas será anterior à prática do ato cartorário.	
3) Cada unidade cartorária deverá afixar as tabelas das taxas e de despesas do seu respectivo ofício ou serventia em local visível ao público.	
4) Os valores expressos nas escrituras, contratos e títulos deverão estar em moeda corrente nacional. No caso de necessidade de conversão cambial, esta será realizada com base na cotação oficial da respectiva moeda, na data em que for requerida a prática do ato.	
III - ISENÇÕES, REDUÇÕES E GRATUIDADES	
1) A isenção dos atos relativos a autenticação de fotocópias e reconhecimento de firmas, independentemente de quem seja o interessado, apenas será concedida mediante autorização expressa do Juízo responsável, especificando-se a quantidade de atos e a identificação do interessado.	
2) Estão isentos de pagamento de custas, emolumentos e da taxa de fiscalização a União, o Estado, o Distrito Federal, o Município e suas respectivas autarquias e fundações, assim como o Ministério Público e Defensorias Públicas independentemente de autorização, exclusivo aos atos de seus interesses, devendo, contudo, recolher os valores relativos às despesas das diligências.	
3) As isenções previstas na nota explicativa III-2 não se estendem às entidades de direito privado e aos conselhos de fiscalização de classes profissionais, excetuando-se a Ordem dos Advogados do Brasil.	
4) Não serão cobradas taxas para reconstituição ou retificação de ato cartorário em decorrência de erro funcional.	
5) Os atos extrajudiciais decorrentes de mandados ou sentenças judiciais expedidos sob o manto da Justiça Gratuita estarão dispensados de taxas.	
6) As taxas do Item I serão cobradas com 50% (cinquenta por cento) de redução para lavratura das escrituras de compromisso e promessa de compra e venda ou de sua cessão, limitada ao valor mínimo previsto para primeira faixa do Item I desta Tabela.	
7) Serão devidas 50% das taxas do Item I desta Tabela na renúncia da instituição de usufruto, não inferiores ao previsto na primeira faixa do Item I.	
8) Será vedada a concessão de isenção, redução ou gratuidade de taxas não fundamentadas na legislação ou a título de justiça gratuita quando os atos não decorrerem de processo judicial ordinário, sob pena de responsabilização pessoal tributária da respectiva autoridade.	
9) As demais isenções de taxas somente poderão ser reconhecidas mediante autorização expressa do Juízo competente, observada a legislação pertinente.	
IV - RESPONSABILIDADE DO DELEGATÁRIO OU DO SUBSTITUO	
1) Os titulares de cartórios serão responsáveis solidariamente ou por substituição pelas taxas não recolhidas ou recolhidas a menor, na forma do Código Tributário do Estado da Bahia.	
2) A cobrança indevida ou excessiva de custas, taxas e emolumentos sujeitarão o infrator, sem prejuízo de outras sanções legais e disciplinares, à restituição em dobro dos emolumentos cobrados em excesso ou indevidamente, atualizados com base nos mesmos critérios aplicados aos créditos tributários do Estado.	



**TRIBUNAL
DE JUSTIÇA
DO ESTADO
DA BAHIA**

TABELA III - 2021 ATOS DOS OFICIAIS DE REGISTRO DE IMÓVEIS

LEI ESTADUAL Nº 12.373/2011 - DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011, ALTERADA PELA LEI ESTADUAL Nº 14.025/2018, DE 06/12/2018 - ATUALIZADA PELO DECRETO JUDICIÁRIO Nº 918/2020, DE 17/12/2020 - VIGÊNCIA: 01/01/2021

I-Registro (de qualquer contrato imobiliário ou atos decorrentes de mandados judiciais e de cédulas de crédito em geral, exceto de loteamento) e Averbação (de construção, reconstrução, ampliação, sub-rogação de dívidas e de créditos, cessão de crédito, aumento de empréstimo, retirratificação de cédulas de crédito em geral com concessão de crédito adicional, consolidação da propriedade fiduciária), com valor econômico.

FAIXA DE VALORES (R\$)			VALOR A PAGAR (R\$)	CÓDIGO DO ATO
Até		1.600,00	247,88	07015
De	1.600,01	a 3.200,00	311,82	07035
De	3.200,01	a 8.000,00	375,72	07048
De	8.000,01	a 12.000,00	406,08	07052
De	12.000,01	a 16.000,00	436,98	07056
De	16.000,01	a 24.000,00	498,88	07064
De	24.000,01	a 32.000,00	562,38	07072
De	32.000,01	a 47.000,00	621,18	07080
De	47.000,01	a 63.000,00	684,54	07089
De	63.000,01	a 78.000,00	751,68	07099
De	78.000,01	a 118.000,00	800,58	07100
De	118.000,01	a 160.000,00	866,18	07102
De	160.000,01	a 235.000,00	1.402,20	07110
De	235.000,01	a 350.000,00	2.103,52	07129
De	350.000,01	a 530.000,00	3.159,30	07137
De	530.000,01	a 800.000,00	4.737,76	07145
De	800.000,01	a 1.200.000,00	7.105,48	07153
De	1.200.000,01	a 1.800.000,00	8.526,54	07161
De	1.800.000,01	a 2.700.000,00	11.084,74	07170
De	2.700.000,01	a 4.000.000,00	14.410,16	07188
A partir de	4.000.000,01		18.733,26	07196

DOS DEMAIS ATOS DOS OFICIAIS DE REGISTRO DE IMÓVEIS

ATOS	VALOR A PAGAR (R\$)	CÓDIGO DO ATO
II - Registro sem valor econômico	126,10	08010
III - Averbação sem valor econômico	75,78	09016
IV - Registro de loteamento urbano ou rural, por gleba ou lote (inclusive notificações e excluídas as despesas de publicação)	25,16	10014
V - Desmembramento ou desdobro, por cada unidade que resultar (já incluída a baixa na matrícula originária)		
a) de imóvel urbano	75,78	10020
b) de imóvel rural	119,08	10030
VI - Registro "verbo ad verbum" sem valor econômico, por página	75,78	11010
VII - Certidões		
a) Certidão positiva de propriedade, com negativa ou positiva de ônus, por proprietário	88,36	13021
b) Certidão de inteiro teor de matrícula, com negativa ou positiva de ônus	88,36	13031
c) Certidão de cadeia sucessória, com negativa ou positiva de ônus, por imóvel, independente do número de matrículas anteriores, no âmbito da mesma Serventia	132,52	13035
d) Demais certidões, sob qualquer forma, com negativa ou positiva de ônus, ou cópia de documento arquivado	88,36	13037
VIII - Prenotação (vide nota I-24)	53,20	13040
IX - Busca, incluída a certidão negativa (vide nota I-19)	17,40	13041

X - Instituição de Condomínio, por unidade autônoma	46,40	13111
---	-------	-------

XI - Convenção de Condomínio, incluídas as averbações de notícia do registro

- Até 5 unidades	232,58	13120
- De 6 a 10 unidades	464,08	13122
- De 11 a 20 unidades	696,14	13124
- De 21 a 50 unidades	928,20	13126
- De 51 a 100 unidades	1.856,44	13128
Acima de 100 unidades	3.248,74	13130

XII - Notificação ou intimação extrajudicial, por pessoa e endereço, excluídas as despesas de tramitação de requerimento e de interposição de recursos	62,90	13200
--	-------	-------

XIII - Abertura de matrícula de loteamento e de loteamento de incorporação ou instituição de condomínio, loteamento, desmembramento e	17,40	13210
---	-------	-------

XIV - Averbação de georreferenciamento	232,04	13230
--	--------	-------

XV - Averbação de retificação de áreas	232,04	13232
--	--------	-------

XVI - Consulta eletrônica de matrícula pela Central de Registro de Imóveis	11,60	13235
--	-------	-------

XVII - Abertura de procedimento de usucapião administrativo, sem prejuízo de outros atos demandados e das taxas do registro	464,08	13240
---	--------	-------

NOTAS EXPLICATIVAS DA TABELA III

I – COBRANÇAS DE TAXAS

1) Considerar-se-á registro com valor econômico aquele referente a qualquer contrato imobiliário e as cédulas de crédito em geral, excetuando-se os loteamentos.

2) Havendo mais de um registro ou averbação no mesmo título apresentado, as taxas serão cobradas separadamente.

3) As taxas serão calculadas com base nos seguintes parâmetros, prevalecendo o que for maior:

- a) preço ou valor econômico do negócio jurídico declarado pelas partes;
- b) para os atos de transmissão, valor lançado para o respectivo imposto da Fazenda Pública competente (municipal ou Estadual) e, para os demais atos, o valor fiscal do último lançamento do IPTU para imóveis urbanos ou o valor da última avaliação do imóvel rural aceito pelo órgão federal competente;
- c) avaliação judicial, nos casos exigidos por lei.

Transcorrido o exercício financeiro em que tenha havido a formalização do título, contrato ou negócio, ou do lançamento do imposto de transmissão, caberá a atualização dos valores para cálculo das taxas com base em índice estabelecido pela Presidência do Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

4) Caso não estejam fixados os valores individuais nos negócios envolvendo mais de um imóvel, efetuar-se-á a divisão do valor total pelo número de imóveis transacionados.

5) Nos registros de imóveis oriundos de inventário, serão considerados para fins de cobrança das taxas o plano ideal de partilha, com base no valor de cada bem, excluída a parte meeira, quando houver.

6) Os mandados de penhora, arresto, sequestro e citações reais ou pessoais, reipersecutórias, relativos a imóveis, devem ter as taxas pagas antecipadamente com base no valor da causa, dividido pelo número total de imóveis onerados, limitado ao valor de cada imóvel.

7) As taxas sobre o registro de hipotecas e de alienações fiduciárias terão como base o valor da dívida, dividido pelo número total de imóveis dados em garantia, limitado ao valor de cada imóvel.

8) As cédulas de crédito com garantia e previsão legal de registro no Livro 3 (Registro Auxiliar) do cartório imobiliário da circunscrição de cada bem dado em garantia, terão as taxas cobradas como base no valor da cédula, dividido pelo número de cartórios envolvidos no negócio, sem prejuízo do registro da garantia no Livro 2 (Registro Geral).

9) A prorrogação de vencimento de cédulas de crédito deverá ser considerada averbação sem valor econômico, bem como a averbação de prorrogação da garantia real.

10) As averbações no Livro 3 (auxiliar) relativas à renegociação ou prorrogação de dívidas vinculadas a cédulas de crédito deverão ser consideradas sem valor econômico, salvo nos casos de concessão de novo crédito, sem prejuízo das taxas para o registro da garantia imobiliária, inclusive novo grau de hipoteca.

11) As averbações de retratificação de contratos com aumento de valor do seu objeto terão as taxas calculadas, tão somente, sobre o valor acrescido.

12) As taxas para o registro de contratos de locação de imóveis com cláusula de vigência, ou de arrendamento, serão apuradas com base no somatório dos alugueres ou rendimentos dos 12 (doze) primeiros meses ou do total de meses, nos casos de contrato com prazo inferior a um ano. A averbação apenas para fins de exercício do direito de preferência será considerada atos sem valor econômico.

13) A reserva de usufruto será considerada ato sem valor econômico, e a instituição, com valor econômico. A renúncia da reserva de usufruto será considerada ato sem valor econômico e a renúncia da instituição de usufruto com valor econômico, devendo ser apurada com base na nota III-10 desta Tabela. As demais hipóteses de extinção de usufruto serão consideradas atos sem valor econômico.

14) As taxas devidas serão as vigentes na data da prática do ato, devendo ser suplementadas quando necessário.

15) Havendo garantias a serem registradas no cartório imobiliário e no de títulos e documentos, as taxas serão cobradas com base no valor da dívida, dividido pelo número de registros necessários em todos os cartórios envolvidos.

16) A extinção de condomínio será considerada ato sem valor econômico, sem prejuízo das taxas do item I no caso de excedente de quota-parte, transação, cessão ou doação.

17) Serão consideradas ato com valor econômico as transmissões de propriedade imobiliária resultantes da fusão, cisão ou incorporação de sociedade em geral.

18) As taxas pendentes referentes ao registro de penhora, efetivada em execução fiscal, serão pagas quando da realização do registro da arrematação ou da adjudicação do imóvel, pelos valores vigentes à época do pagamento. Caso a Fazenda Pública não tenha sido vencida na execução fiscal, o devedor que deu causa à penhora deverá efetuar o pagamento das taxas pendentes quando for solicitado o cancelamento.

19) Sendo positiva a busca, as taxas deverão ser suplementadas para o fornecimento da certidão pretendida. No caso de desinteresse, a emissão da certidão positiva deverá ser emitido termo de busca para fins de selagem.

20) Não serão devidas taxas previstas no Item XIII desta Tabela quando a abertura da matrícula for realizada por força do primeiro registro do contrato de transmissão.

21) O termo de mediação ou de conciliação, quando identificada a sua repercussão econômica, terão as taxas cobradas como ato com valor econômico, com base no Item I desta Tabela. Quando tal repercussão não puder ser identificada, serão sem valor econômico, cobradas com base no Item II desta Tabela, sem prejuízo das demais despesas.

22) Na hipótese de portabilidade de crédito, a averbação será considerada como ato sem valor econômico.

23) As taxas para o registro das cédulas pignoratícias no Livro 3 (auxiliar) devem ser apuradas com base no valor da cédula, já incluídos os respectivos penhores.

24) O valor da prenotação será abatido das taxas dos atos a serem praticados. Se o título prenotado não puder ser registrado/averbado ou o apresentante desistir do serviço, o cartório fará jus à taxa de prenotação.

25) A substituição de garantia pignoratícia por outra da mesma natureza, o seu reforço, ou o seu cancelamento serão considerados averbações sem valor declarado, desde que não seja concedido um novo crédito. Havendo substituição ou reforço de garantia dessa cédula na forma hipotecária, as taxas de registro no Livro 2 serão cobradas pelo item I com 40% de desconto, desde que não seja concedido novo crédito. Uma vez havendo quebra de safra, o registro hipotecário previsto nesta nota será cobrado como ato sem valor econômico, desde que não seja concedido um novo crédito.

26) A imissão provisória na posse será cobrada como registro sem valor econômico e sua cessão com valor econômico.

27) As taxas para o registro dos contratos de arrendamento para fins de exploração de energia eólica, ou averbação de seus aditivos, serão cobrados sobre os valores remuneratórios líquidos e certos neles previstos quando do seu registro ou averbação.

28) As taxas para averbação de construção, reconstrução e ampliação serão calculadas com base no valor declarado ou no valor da obra ou da respectiva ampliação a ser averbada, conforme avaliação da Fazenda Municipal, prevalecendo o maior. As taxas não serão inferiores ao previsto na primeira faixa do item I.

29) Os registros que, por determinação legal, tiverem de ser realizados em comarcas ou circunscrições limítrofes, terão o valor do negócio dividido pelo número de cartórios envolvidos, para fins de cálculo das respectivas taxas.

30) A abertura de matrícula, a requerimento do interessado, decorrente de desmembramento territorial da circunscrição, sem que haja a prática de atos de registro ou averbação, bem como nos casos de georreferenciamento, será cobrada com base no item III desta Tabela.

II - PROCEDIMENTOS CARTORÁRIOS

1) O recolhimento das taxas devidas pelos serviços far-se-á pelo Contribuinte, por meio de Documento de Arrecadação Judicial e Extrajudicial (DAJE), em agente arrecadador da rede credenciada.

2) O recolhimento das taxas deverá ser anterior à prática do ato cartorário.

3) Cada unidade cartorária deverá afixar as tabelas de taxas e de despesas do seu respectivo ofício em local visível ao público.

4) Os valores expressos nas escrituras, contratos e títulos deverão estar em moeda corrente nacional. No caso de necessidade de conversão cambial, esta será realizada com base na cotação oficial da respectiva moeda, na data em que for requerida a prática do ato.

5) No registro de contratos de compra e venda, Cédulas de Produto Rural ou similares, com promessa ou garantia de entrega de produtos, a base de cálculo das taxas será obtida pela multiplicação da quantidade presente no título pelo valor monetário da unidade básica na data da prenotação, obtido por cotação oficial.

6) Considerar-se-á uma só unidade autônoma a unidade habitacional e a vaga de garagem a ela vinculada, desde que não seja atribuída a esta fração ideal específica de terreno e respectivo valor.

7) Serão cobradas taxas pelo registro individualizado de cada imóvel autônomo antes de realizada a fusão, na hipótese de imóveis contíguos.

III - ISENÇÕES, REDUÇÕES E GRATUIDADES

1) Estão isentos de pagamento de custas, emolumentos e da taxa de fiscalização a União, o Estado, o Distrito Federal, o Município e suas respectivas autarquias e fundações, assim como o Ministério Público e Defensorias Públicas, independentemente de autorização, exclusivo aos atos de seus interesses, devendo, contudo, recolher os valores relativos às despesas das diligências.

2) As isenções previstas na nota explicativa III -1 não se estendem às entidades de direito privado e aos conselhos de fiscalização de classes profissionais, excetuando-se a Ordem dos Advogados do Brasil.

3) Não serão cobradas taxas ao Contribuinte para reconstituição ou retificação de ato cartorário em decorrência de erro funcional.

4) Os atos extrajudiciais decorrentes de mandados ou sentenças judiciais expedidos sob o manto da Justiça Gratuita estarão dispensados de taxas.

5) As isenções, reduções e gratuidades pertinentes ao registro imobiliário previstas em Lei Federal, serão recepcionadas por esta Lei.

6) Não serão devidas taxas para retificações de numeração do imóvel no logradouro, de sua inscrição municipal e de mudança na nomenclatura do respectivo logradouro, quando baseadas em documentos oficiais que comprovem as alterações *ex officio* do órgão público competente.

7) As taxas para os registros das cédulas de crédito no Livro 3 serão reduzidas em 40% (quarenta por cento), não inferiores ao previsto na primeira faixa do item I. Esta redução também se aplica às averbações com valor econômico no Livro 3.

8) No registro “*verbo ad verbum*”, havendo valor econômico decorrente de negócio ou transação, as taxas serão reduzidas em 50% (cinquenta por cento), não inferiores ao previsto na primeira faixa do item I.

9) As taxas para o registro de compromisso ou promessa de compra e venda, bem como de sua cessão de direitos serão reduzidos em 50% (cinquenta por cento), não inferiores ao previsto na primeira faixa do Item I.

10) Serão devidas 50% (cinquenta por cento) das taxas do Item I desta Tabela na renúncia da instituição de usufruto, não inferiores ao previsto na primeira faixa do item I.

11) Será vedada a concessão de isenção, redução ou gratuidade de taxas não fundamentadas na legislação ou a título de assistência judiciária gratuita quando os atos não decorrerem de processo judicial ordinário, sob pena de responsabilização pessoal tributária da respectiva autoridade.

12) As demais isenções, reduções e gratuidades de taxas somente poderão ser reconhecidas mediante autorização expressa do Juízo competente, observada a legislação pertinente.

13) As taxas para averbação de georreferenciamento decorrentes de programas de interesse social de imóveis cujo somatório da área não exceda a quatro módulos fiscais serão reduzidas em 40% (quarenta por cento).

IV - RESPONSABILIDADE DO DELEGATÁRIO OU DO SUBSTITUTO

1) Os titulares de cartórios serão responsáveis solidariamente ou por substituição pelas taxas não recolhidas ou recolhidas a menor, na forma do Código Tributário do Estado da Bahia.

2) A cobrança indevida ou excessiva de custas, taxas e emolumentos sujeitarão o infrator, sem prejuízos de outras sanções legais e disciplinares, à restituição em dobro dos emolumentos cobrados em excesso ou indevidamente, atualizados com base nos mesmos critérios aplicáveis aos créditos tributários do Estado.



TABELA IV - 2021

ATOS DOS OFICIAIS DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS

LEI ESTADUAL Nº 12.373/2011 - DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011, ALTERADA PELA LEI ESTADUAL Nº 14.025/2018, DE 06/12/2018 - ATUALIZADA PELO DECRETO JUDICIÁRIO Nº 918/2020, DE 17/12/2020 - VIGÊNCIA: 01/01/2021

I - Registro Integral ou resumido de Contrato, Título ou Documento, inclusive Averbação, com valor econômico.

FAIXA DE VALORES (R\$)				VALOR A PAGAR (R\$)	CÓDIGO DO ATO
Até			3.200,00	247,88	17027
De	3.200,01	a	8.000,00	375,72	17043
De	8.000,01	a	12.000,00	406,08	17047
De	12.000,01	a	16.000,00	436,98	17051
De	16.000,01	a	24.000,00	498,88	17064
De	24.000,01	a	32.000,00	562,38	17078
De	32.000,01	a	47.000,00	621,18	17086
De	47.000,01	a	63.000,00	684,54	17090
De	63.000,01	a	78.000,00	751,68	17094
De	78.000,01	a	118.000,00	800,58	17100
De	118.000,01	a	160.000,00	866,18	17108
De	160.000,01	a	235.000,00	1.402,20	17116
De	235.000,01	a	350.000,00	2.103,52	17124
De	350.000,01	a	530.000,00	3.159,30	17132
De	530.000,01	a	800.000,00	4.737,76	17140
De	800.000,01	a	1.200.000,00	7.105,48	17159
De	1.200.000,01	a	1.800.000,00	8.526,54	17167
De	1.800.000,01	a	2.700.000,00	11.084,74	17175
De	2.700.000,01	a	4.000.000,00	14.410,16	17183
A partir de	4.000.000,01			18.744,08	17191

DOS DEMAIS ATOS DOS OFICIAIS DE REGISTRO DE TÍTULOS E DOCUMENTOS E CIVIL DAS PESSOAS JURÍDICAS		
ATOS	VALOR A PAGAR (R\$)	CÓDIGO DO ATO
II – Registro Integral ou resumido de Contrato, Título ou Documento, Inclusive Averbação, sem valor econômico ou declarado:		
a) Primeira página	62,90	18015
b) Página adicional	12,58	18023
III - Cancelamento de Averbação ou de Registro, de Títulos e Documentos	62,90	19011
IV - Inscrição de Pessoas Jurídicas, incluindo-se todos os atos do processo (registro e arquivamento) (vide nota I-6)	378,40	22010
V - Cancelamento de inscrição de Pessoas Jurídicas, incluída a certidão	176,45	22101
VI -Averbação à inscrição de Pessoa Jurídica	378,40	23027
VII - Notificação ou intimação extrajudicial, por pessoa e endereço, excluídas as despesas postais ou de deslocamento e incluídas averbação e certidão	62,90	23035
VIII - Certidão positiva, de inteiro teor ou cópia de documento arquivado:		
a) Primeira página	50,34	24015
b) Página adicional	12,58	24031
IX - Busca, incluída a certidão negativa (vide nota I-9)	17,40	24040
X - Averbações de livros fiscais ou contábeis, por livro, incluídos abertura e encerramento.	92,80	24050

NOTAS EXPLICATIVAS DA TABELA IV

I – COBRANÇAS DE TAXAS

- 1) Título ou documento com valor econômico será considerado aquele com valor declarado ou exigido por Lei.
- 2) O registro dos contratos de penhor, caução e parceria será feito com a declaração do valor da dívida, que será a base de referência das taxas devidas.
- 3) No registro de contratos de compra e venda, de prestação de serviços ou similares, com promessa ou garantia de entrega de produto ou serviço, a base de referência das taxas será obtida pela multiplicação da quantidade constante do título pelo valor monetário da unidade básica.
- 4) As taxas para o registro de contratos de locação ou de rendimentos serão apuradas com base no somatório dos 12 (doze) primeiros meses ou pelo somatório do total de meses nos casos de contrato com prazo inferior a um ano.
- 5) Não será considerado de valor econômico a simples comunicação ou demonstração de expressões monetárias.
- 6) As taxas referentes a inscrição de pessoas jurídicas compreendem o registro e o arquivamento da documentação, inclusive ata de fundação e estatuto ou contrato social.
- 7) As taxas devidas serão às vigentes na data da prática do ato, devendo ser suplementadas quando necessário.
- 8) Tratando-se de documentos apresentados em mais de duas vias, será cobrada taxa adicional com base na letra "a", do item VIII, desta tabela, por cada via adicional.
- 9) Sendo positiva a busca, as taxas deverão ser suplementadas para o fornecimento da certidão pretendida. No caso de desinteresse da parte na emissão da certidão positiva deverá ser emitido termo de busca para fins de selagem.
- 10) O termo de mediação ou de conciliação, quando identificada a sua repercussão econômica, terão as taxas cobradas como ato com valor econômico, com base no Item I desta Tabela. Quando tal repercussão não puder ser identificada, será considerado sem valor econômico, cobradas com taxas equivalentes ao Item II da Tabela II, sem prejuízo das demais despesas.
- 11) O registro do contrato de parceria agrícola terá as taxas cobradas com base na primeira faixa do item I desta Tabela.

II - PROCEDIMENTOS CARTORÁRIOS

- 1) O recolhimento das taxas devidas pelos serviços far-se-á pelo Contribuinte por meio de Documento de Arrecadação Judicial e Extrajudicial (DAJE), em agente arrecadador da rede credenciada.
- 2) O recolhimento das taxas será anterior à prática do ato cartorário.
- 3) Cada unidade cartorária deverá afixar as tabelas de taxas e de despesas do seu respectivo ofício em local visível ao público.
- 4) Os valores expressos nos títulos e documentos levados a registro deverão estar em moeda corrente nacional. Nos casos autorizados de títulos e documentos em moeda estrangeira, converter-se-á em moeda corrente nacional pela cotação na data da prenotação.
- 5) Havendo garantias a serem registradas em títulos e documentos e no cartório de imóveis, as taxas serão cobradas com base no valor da dívida, dividido pelo número de registros necessários em todos os cartórios envolvidos.

III – ISENÇÕES, REDUÇÕES E GRATUIDADES

- 1) Estão isentos do pagamento de custas, emolumentos e da taxa de fiscalização a União, o Estado, o Distrito Federal, o Município e suas respectivas autarquias e fundações, assim como o Ministério Público e Defensorias Públicas, independentemente de autorização, exclusivo aos atos de seus interesses, devendo, contudo, recolher os valores relativos às despesas das diligências.
- 2) As isenções previstas na nota explicativa III-1 não se estendem às entidades de direito privado e aos conselhos de fiscalização de classes profissionais, excetuando-se a Ordem dos Advogados do Brasil.
- 3) Não serão cobradas taxas para reconstituição ou retificação de ato cartorário em decorrência de erro funcional.
- 4) Os atos extrajudiciais decorrentes de mandados ou sentenças judiciais expedidos sob o manto da Justiça Gratuita estarão dispensados de taxas.
- 5) Será vedada a concessão de isenção, redução ou gratuidade de taxas não fundamentadas na legislação ou a título de Justiça Gratuita quando os atos não decorrerem de processo judicial ordinário, sob pena de responsabilização pessoal tributária da respectiva autoridade.
- 6) As demais isenções, reduções e gratuidades de taxas somente poderão ser reconhecidas mediante autorização expressa do Juízo competente, observada a legislação pertinente.
- 7) As taxas para o registro de alienação fiduciária de máquinas agrícolas serão reduzidas em 40% (quarenta por cento), não inferiores ao previsto na primeira faixa do item I. Esta redução também se aplica às eventuais averbações com valor econômico destas garantias.

IV - RESPONSABILIDADE DO DELEGATÁRIO OU DO SUBSTITUTO

- 1) Os titulares de cartórios serão responsáveis solidariamente ou por substituição pelas taxas não recolhidas ou recolhidas a menor, na forma do Código Tributário do Estado da Bahia.
- 2) A cobrança indevida ou excessiva de custas, taxas e emolumentos sujeitarão o infrator, sem prejuízos de outras sanções legais e disciplinares, à restituição em dobro dos emolumentos cobrados em excesso ou indevidamente, atualizados com base nos mesmos critérios aplicáveis aos créditos tributários do Estado.



**TRIBUNAL
DE JUSTIÇA
DO ESTADO
DA BAHIA**

TABELA V - 2021 ATOS DOS TABELIÃES DE PROTESTO DE TÍTULOS

LEI ESTADUAL Nº 12.373/2011 - DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011, ALTERADA PELA LEI ESTADUAL Nº 14.025/2018, DE 06/12/2018 - ATUALIZADA PELO DECRETO JUDICIÁRIO Nº 918/2020, DE 17/12/2020 - VIGÊNCIA: 01/01/2021

I - Apresentação de Títulos e Documentos de Dívidas para Protesto (As taxas serão acrescidas de despesas postais ou de deslocamento para a intimação e distribuição onde houver)

VALOR DO TÍTULO (R\$)				VALOR A PAGAR (R\$)	CÓDIGO DO ATO
Até			157,00	54,22	14052
De	157,01	a	315,00	63,74	14060
De	315,01	a	550,00	89,32	14079
De	550,01	a	785,00	101,16	14087
De	785,01	a	1.175,00	123,72	14095
De	1.175,01	a	1.570,00	150,56	14109
De	1.570,01	a	2.350,00	186,62	14117
De	2.350,01	a	3.920,00	247,88	14125
De	3.920,01	a	7.840,00	495,80	14133
De	7.840,01	a	15.670,00	583,88	14141
De	15.670,01	a	23.500,00	1.055,76	14150
De	23.500,01	a	35.250,00	1.578,20	14168
De	35.250,01	a	52.870,00	2.367,44	14176
De	52.870,01	a	79.300,00	3.551,24	14184
De	79.300,01	a	119.000,00	5.329,66	14192
De	119.000,01	a	178.000,00	6.396,36	14214
De	178.000,01	a	267.000,00	7.675,34	14222
De	267.000,01	a	400.000,00	9.210,46	14230
A partir de	400.000,01			11.052,59	14249

DOS DEMAIS ATOS DOS TABELIÃES DE PROTESTO DE TÍTULOS

ATOS	VALOR A PAGAR (R\$)	CÓDIGO DO ATO
II - Certidões, na forma de página, relatório, listagem, boletim ou assemelhados, por qualquer meio, convencional ou magnético, por registro, fornecidas às instituições de proteção ao crédito.	9,42	15016
III - Certidão, por nome (vide nota I-1)		
a) Pela primeira página	18,62	15040
b) Por página subsequente	4,10	15059
IV - Cancelamento de protesto, por título ou documento	10,18	15067
V - Retirada do protesto, por título ou documento	10,18	15075
VI - Sustação Judicial ou suspensão dos efeitos de protesto, por título ou documento	10,18	15079
VII - Ato de distribuição, por título ou documento (vide nota I-5)	9,44	15083

NOTAS EXPLICATIVAS DA TABELA V

I - COBRANÇA DE TAXAS

1) As taxas sobre certidões fornecidas por nome, excetuando-se aquelas às instituições de proteção ao crédito, serão cobradas na forma do item III desta tabela, por cartório, a critério do interessado.

2) A intimação, quando feita por edital, postagem ou outro meio, será disciplinada por norma do Tribunal de Justiça.

3) As taxas devidas serão as vigentes na data da prática do ato, devendo ser suplementadas quando necessário.

4) O termo de mediação ou de conciliação, quando identificada a sua repercussão econômica, terão as taxas cobradas como ato com valor econômico, com base no Item I da Tabela II. Quando tal repercurssão não puder ser identificada, serão sem valor econômico, cobradas com taxas equivalentes ao Item II da Tabela II, sem prejuízo das demais despesas.

5) As taxas de distribuição só serão devidas nas localidades dotadas de mais de uma serventia de protesto.

II - PROCEDIMENTOS CARTORÁRIOS

1) O recolhimento das taxas devidas pelos serviços far-se-á pelo Contribuinte por meio de Documento de Arrecadação Judicial e Extrajudicial (DAJE), em agente arrecadador da rede credenciada.

2) Cada unidade cartorária deverá afixar as tabelas de taxas e de despesas da respectiva serventia em local visível ao público.

3) As taxas de apresentação de dois ou mais títulos deverão ser calculadas individualmente e pagas por meio de um único DAJE, de código específico, para um mesmo interessado, por cada solicitação de serviço e cartório.

III - ISENÇÕES, REDUÇÕES E GRATUIDADES

1) Estão isentos de pagamento de taxas a União, o Estado, o Distrito Federal, o Município e suas respectivas autarquias e fundações, independentemente de autorização, sem prejuízo do pagamento das taxas pelo devedor, ressalvadas as despesas com intimação, exclusivo aos atos de seus interesses, devendo, contudo recolher os valores relativos às despesas das diligências.

2) As isenções previstas na nota explicativa III-1 não se estendem às entidades de direito privado e aos conselhos de fiscalização de classes profissionais, excetuando-se a Ordem dos Advogados do Brasil.

3) Não serão cobradas taxas para reconstituição ou retificação de ato cartorário em decorrência de erro funcional.

4) Será vedada a concessão de isenção, redução ou gratuidade de taxas não fundamentadas nesta Lei ou a título de Justiça Gratuita quando os atos não decorrerem de processo judicial ordinário, sob pena de responsabilização pessoal tributária da respectiva autoridade.

5) Na Justiça Gratuita, o apresentante estará isento de taxas, sem prejuízo de seu pagamento pelo devedor.

IV - RESPONSABILIDADE DO DELEGATÁRIO OU DO SUBSTITUTO

1) Os titulares de cartórios serão responsáveis solidariamente ou por substituição pelas taxas não recolhidas ou recolhidas a menor, na forma do Código Tributário do Estado da Bahia.

2) A cobrança indevida ou excessiva de custas, taxas e emolumentos sujeitarão o infrator, sem prejuízos de outras sanções legais e disciplinares, à restituição em dobro dos emolumentos cobrados em excesso ou indevidamente, atualizados com base nos mesmos critérios aplicáveis aos créditos tributários do Estado.



TABELA VI - 2021

ATOS DOS OFICIAIS DE REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS E DE INTERDIÇÕES E TUTELAS

LEI ESTADUAL Nº 12.373/2011 - DE 23 DE DEZEMBRO DE 2011, ALTERADA PELA LEI ESTADUAL Nº 14.025/2018, DE 06/12/2018 - ATUALIZADA PELO DECRETO JUDICIÁRIO Nº 918/2020, DE 17/12/2020 - VIGÊNCIA: 01/01/2021

ATOS	VALOR A PAGAR (R\$)	CÓDIGO DO ATO
I - Habilitação de casamento e de conversão da união estável em casamento, incluindo-se preparo de papéis, lavratura do assento e a editais e certidão do assento)	201,66	25011
II - Assento de casamento, a vista de certidão de habilitação de outro cartório	151,30	26042
III - Registro ou inscrição de casamento religioso com efeito civil ou de	75,78	27014
IV - Emancipação, interdição, ausência, aquisição definitiva de nacionalidade brasileira	75,78	27022
V - Transcrição de registros de nascimento, casamento ou óbito ocorridos	113,64	27030
VI - Retificação ou averbação de assento, por documento ou mandado apresentado	75,78	28010
VII - Publicação de editais de proclamas de outro cartório, incluída a fixação, o registro e o fornecimento da certidão respectiva, excluídas as	75,78	29017
VIII - Certidão em geral ou cópia de documento arquivado	32,66	30015
IX - Certidão em geral, com busca	50,24	30023
X - Certidão de inteiro teor	88,36	30031
XI - Busca, incluída a certidão negativa (vide notas I-2 e I-4)	17,40	30041
XII - Registro de Nascimento ou Óbito, incluída a 1ª Certidão (vide nota II-1)	Gratuito	

NOTAS EXPLICATIVAS DA TABELA VI

- ### I - COBRANÇA DE TAXAS
- 1) As taxas devidas serão às vigentes na data da prática do ato, devendo ser suplementadas quando necessário.
 - 2) As taxas para busca somente serão devidas quando o requerente não fornecer número do termo, livro e folha do ato.
 - 3) O termo de mediação ou de conciliação quando identificada a sua repercussão econômica terão as taxas cobradas como ato com valor econômico, com base no Item I da Tabela II. Quando tal repercussão não puder ser identificada, serão sem valor econômico, cobradas com taxas equivalentes ao Item II da Tabela II, sem prejuízo das demais despesas.
 - 4) Sendo positiva a busca, as taxas deverão ser complementadas para o fornecimento da certidão pretendida. No caso de desinteresse da parte na emissão da certidão positiva, deverá ser emitido termo de busca para fins de selagem.
 - 5) A diligência para a realização de casamento fora do Cartório equivalerá ao valor máximo de até 6 (seis) vezes às taxas do item "XXVIII" da Tabela I, não incluídas as despesas com deslocamento.
 - 6) Os atos praticados no Livro E, não expressamente previstos nesta Tabela, terão as taxas cobradas conforme o item IV.
- ### II - GRATUIDADES E ISENÇÕES
- 1) Os assentos de nascimento e óbito e as respectivas primeiras vias das certidões são gratuitos, devendo ser cobradas as demais vias.
 - 2) É gratuita a habilitação de casamento para os declaradamente incapazes de arcar com as taxas.
 - 3) Os atos extrajudiciais decorrentes de mandados ou sentenças judiciais expedidos sob o manto da Justiça Gratuita estarão dispensados de taxas.
 - 4) Será vedada a concessão de isenção, redução ou gratuidade de taxas não fundamentadas na Legislação ou a título de Justiça Gratuita quando os atos não decorrerem de processo judicial ordinário, sob pena de responsabilização pessoal tributária da respectiva autoridade.
 - 5) Não serão cobradas taxas para reconstituição ou retificação de ato cartorário em decorrência de erro funcional.
- ### III - PROCEDIMENTOS CARTORÁRIOS
- 1) O recolhimento das taxas devidas pelos serviços far-se-á pelo Contribuinte por meio de Documento de Arrecadação Judicial e Extrajudicial (DAJE), em agente arrecadador da rede credenciada.
 - 2) O recolhimento das taxas deverá ser anterior à prática do ato cartorário.
 - 3) Cada unidade cartorária deverá afixar as tabelas de taxas e de despesas do seu respectivo ofício em local visível ao público.
- ### IV - RESPONSABILIDADE DO DELEGATÁRIO OU DO SUBSTITUTO
- 1) Os titulares de cartórios serão responsáveis solidariamente ou por substituição pelas taxas não recolhidas ou recolhidas a menor, na forma do Código Tributário do Estado da Bahia.
 - 2) A cobrança indevida ou excessiva de custas, taxas e emolumentos sujeitarão o infrator, sem prejuízos de outras sanções legais e disciplinares, à restituição em dobro dos emolumentos cobrados em excesso ou indevidamente, atualizados com base nos mesmos critérios aplicáveis aos créditos tributários do Estado.



TABELA VII - 2021

TABELA DE DESPESAS PARA A ÁREA JUDICIAL /EXTRAJUDICIAL - DA POSTAGEM

DECRETO JUDICIÁRIO Nº 918/2020, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2020
VIGÊNCIA: 01/01/2021

I - Porte de Remessa e Retorno dos Autos - Interposição de Recurso em SECOMGE do Interior.

Até	FOLHAS/PESO		INTERIOR (R\$)	CÓDIGO DO ATO
		54 (0,3k)	34,36	90409
De 55	a	180 (1k)	34,50	90417
De 181	a	360 (2k)	34,64	90425
De 361	a	540 (3k)	34,78	90433
De 541	a	720 (4k)	34,92	90441
De 721	a	900 (5k)	35,08	90450
De 901	a	1080 (6k)	35,22	90468
De 1081	a	1260 (7k)	35,36	90476
De 1261	a	1440 (8k)	35,50	90484
De 1441	a	1620 (9k)	35,64	90492
De 1621	a	1800 (10k)	35,78	90500
De 1801	a	1980 (11k)	35,92	90508
De 1981	a	2160 (12k)	36,06	90516
De 2161	a	2340 (13k)	36,20	90524
De 2341	a	2520 (14k)	36,34	90532
De 2521	a	2700 (15k)	36,48	90540
De 2701	a	2880 (16k)	36,62	90548
De 2881	a	3060 (17k)	36,76	90556
De 3061	a	3240 (18k)	36,90	90564
De 3241	a	3420 (19k)	37,04	90572
De 3421	a	3600 (20k)	37,18	90580
De 3601	a	3780 (21k)	37,32	90588
De 3781	a	3960 (22k)	37,46	90596
De 3961	a	4140 (23k)	37,60	90604
De 4141	a	4320 (24k)	37,74	90612
De 4321	a	4500 (25k)	37,88	90620
De 4501	a	4680 (26k)	38,02	90628
De 4681	a	4860 (27k)	38,16	90636
De 5041	a	5220 (29k)	38,52	90697
Acima de (30k) cobrar o peso excedente somado ao peso máximo da tabela para cobrança.....				90719

DOS DEMAIS ATOS OU FEITOS		
ATOS	TAXAS A PAGAR R\$	CÓDIGO DO ATO
II - Sedex para Tabelionato de Protesto (Não Delegatário).	24,40	90751
III - Tarifa de Postagem - Via Postal (Não Delegatário)	14,78	90760
IV - Editais	35,80	90905
V - Cópias reprográficas simples de 1ª e 2ª Instâncias, por folha	0,58	90913
VI - Porte de Retorno - Agravo de Instrumento Retido (Interior)	17,18	90964
VII - Outros (Especificar - Quando autorizado pela COARC - 71.3372.1623)		90948

NOTAS

1. Os Recursos das Comarcas do Interior do Estado interpostos aos Tribunais STF e STJ a que se refere o Inciso I, não isentam o recorrente do pagamento das despesas de remessa dos autos ao SECOMGE da capital.

2. No item V os interessados na obtenção de cópias reprográficas de peças dos autos, livros, papeis e documentos, deverão requerê-las ao respectivo cartório ou unidade administrativa, não se admitindo o reconhecimento inferior a 10 cópias através do DAJE-Documento de Arrecadação Judicial e Extrajudicial.



TABELA VIII - 2021

**TABELA DE CESSÃO E PERMISSÃO DE USO
DE ESPAÇOS PÚBLICOS - 2021**

**DECRETO JUDICIÁRIO Nº 918/2020, DE 17 DE DEZEMBRO DE 2020
VIGÊNCIA: 01/01/2021**

COMARCA	LOCAL	TIPO	CAPACIDADE ESTIMADA	R\$ DIA	CÓDIGO DO ATO	R\$ HORA	CÓDIGO DO ATO
Salvador	FRB e anexos	Salão do Júri I	77	1.051,46	90016	131,44	90001
Salvador	FRB e anexos	Salão do Júri II	432	5.899,12	90017	737,38	90002
Salvador	FRB e anexos	Salão de Casamento	133	1.816,22	90018	227,03	90003
Salvador	Fórum Criminal	Auditório	78	1.065,20	90019	133,15	90004
Salvador	TJBA	Auditório	280	7.803,02	90020	975,38	90005
Salvador	TJBA	Sala de Sessão I	30	409,72	90021	51,22	90006
Salvador	TJBA	Sala de Sessão II	30	409,72	90022	51,22	90007
Salvador	TJBA	Sala de Sessão III	30	409,72	90023	51,22	90008
Salvador	TJBA	Sala de Sessão IV	30	409,72	90024	51,22	90009
Salvador	TJBA	Auditório do NCL I	30	409,72	90025	51,22	90010
Salvador	TJBA	Auditório do NCL II	30	409,72	90026	51,22	90011
Salvador	TJBA	Convívio	100	1.365,50	90027	170,69	90012
Demais	Entrância Final (exceto Salvador)	Salão do Júri	180	2.457,98	90028	307,25	90013
Demais	Entrância Intermediária	Salão do Júri	80	1.092,48	90029	136,56	90014
Demais	Entrância Inicial	Salão do Júri	50	682,75	90030	85,34	90015

Seus itens salvos



TUBOS E PEÇAS EDUTOR
Coleção3
itens



quadro comando
Coleção5
itens



Produtos de que eu gosto
Coleção
15 itens



BOMBAS ATÉ 3,5 CV
Coleção4
itens



BOMBA SUBMERSA 1,5 CV
Coleção
13 itens

Tracked products
Acompanhamento de preço
Nenhum item ainda

Lista de compras
Ver na Web

Está procurando tudo o que você salvou no Google?

Visualização

https://shopping.google.com/lists/CAESFnlOHl5b25OU0JLdWJrODFpMjlwVWcgAQ==?sa=X&ved=2ahUKEwjNwJ FvrHzAhVlqpEKHSzGDFMQ... 1/1

Documento assinado digitalmente. Para verificar as assinaturas, acesse https://ecodevasf.codevasf.gov.br?a=autenticidade e informe o e-DOC

ANEXO 1 - Planilha Orçamentária Demonstrativa de Cotação																
MAPA DE PREÇOS																
Item	Nº SINAPI / OUTROS	DISCRIMINAÇÃO	Unid	PAINEL DE PREÇOS paineldeprescos.planejamento.gov.br/relatorio-completo	BANCO DE PREÇOS https://www.bancodeprescos.com.br/PreçosPublicos/Pesquisa?IdLogPesquisa=2BeMA3UBZzrFMIIRH6SJ	SINAPI	ORSE	KENYA DO BRASIL	DAMCOM	YVEL	AMANCO	ISRATEC	PROJETAR	CARTÓRIO DA BAHIA	PREÇO MEDIANO (R\$)	
1		Catavento com torre de 10 mts com zincagem eletrolítica com bomba de 4", máquina com caixa de engrenagens em banho de óleo, roda com 3 mts de diâmetro com 19 pás galvanizadas, leme direcionador dos ventos com freio manual e automático. SEM TUBOS E ACESSÓRIOS	und.					16.800,00	10.250,00	10.000,00					10.250,00	
2		Registro em Cartório	und.											126,10	126,10	
3		Reconhecimento de firma em cartório	und.											5,40	5,40	
		INTERNET		COTAÇÃO 01	COTAÇÃO 02	COTAÇÃO 03	COTAÇÃO 04	COTAÇÃO 05	COTAÇÃO 06	COTAÇÃO 07	COTAÇÃO 08	COTAÇÃO 09	COTAÇÃO 10	COTAÇÃO 11	-	
4		Tubo Edutor 1 1/2"	m	39,71	54,18	22,72	31,66	34,09	63,33						36,90	
5		Quadro Comando para Bomba Submersa até 3,5 cv	UND	895,00	517,60	734,40	998,90								814,70	
6		Bomba Submersa até 3,5 CV	UND	Modelo 01 3.241,95	Modelo 02 3.391,47	Modelo 03 3.817,13	Modelo 04 2.500,00								3.316,71	
		PESQUISA INTERNET PAINEL DE PREÇOS													-	
				RESULTADO 01	RESULTADO 02	RESULTADO 03	RESULTADO 04	RESULTADO 05	RESULTADO 06							
7		Bomba Submersa 0,75 CV		868,00	869,00	1.300,00	1.316,00	1.350,00	1.450,00						1.308,00	
8		Bomba Submersa 1,0 CV		RESULTADO 49 1.165,00	RESULTADO 47 1.150,00	RESULTADO 45 1.043,39	RESULTADO 44 1.043,36	RESULTADO 40 990,00	RESULTADO 39 979,39						1.046,98	
9		Bomba Submersa 1,5 CV		RESULTADO 50 1.190,00	RESULTADO 48 1.160,00	RESULTADO 46 1.088,13	RESULTADO 43 1.018,00	RESULTADO 41 986,69	RESULTADO 34 900,00						1.043,07	
														MEDIA DAS TRES BOMBAS =>	1.132,68	
LEGENDA																



Ministério do Desenvolvimento Regional - MDR
Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba
6ª Superintendência Regional

Anexo VIII: Matriz de riscos

Ministério do Desenvolvimento Regional – MDR Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba				
MATRIZ DE RISCO				
ITEM	DESCRIÇÃO	MATERIALIZAÇÃO	MITIGAÇÃO	ALOCACÃO
1	Necessidade de fornecer equipamento, material ou máquina ofertada pela contratada na licitação com alteração de marca ou especificação	O equipamento, material ou máquina por algum motivo não poderá ser fornecido	Contratada deverá apresentar produto ou nova marca com especificações iguais ou superiores para aprovação pela fiscalização sem aumento dos custos	CONTRATADA
2	Alteração do prazo do fornecimento.	Necessidade de aprovação pela Codevasf da alteração de especificação ou marca do risco 1 solicitada pela contratada	O prazo será aditado a partir da data de aceitação da nova especificação e/ou marca apresentada pela Contratada e aprovada pela fiscalização da Codevasf. Prazo será acrescido dos dias entre o recebimento pela Contratada da Codevasf da Ordem de Fornecimento e pela omunicação à mesma da aprovação da nova especificação pela especificação pela fiscalização da Codevasf, limitado a 70% do prazo original	CODEVASF + CONTRATADA
3	Entrega em desacordo com as especificações do Edital	Não verificação pela contratada da especificação do equipamento descrita no Edital	Contratada deverá promover imediata correção, adequação ou substituição do fornecimento em compatibilidade com a especificação mínima do Edital.	CONTRATADA
4	Variação de preços de materiais e serviços	A variação de preços de materiais e serviços, que não forem tratados por reajuste, poderão impactar a execução dos serviços inviabilizando o prazo e o custo do contrato.	A CODEVASF deverá analisar os casos de variação de preços de materiais e serviços de modo a tratar este risco através de reajuste ou ainda de reequilíbrio econômico-financeiro.	CODEVASF
5	Variação cambial	A variação cambial poderá ensejar impacto econômico sobre o contrato.	A CONTRATADA poderá contratar instrumentos de hedge para melhor controle do risco cambial.	CODEVASF
6	Greve de empregados da CONTRATADA	Os prejuízos causados devido à greve tem impacto sobre o andamento dos serviços, prejudicando o prazo e os respectivos custos por paralização ou outros prejuízos decorrentes.	As partes convencionam que reajustes salariais, concedidos por meio de dissídios, acordos ou convenções coletivas de trabalho, não ensejarão a recomposição extraordinária do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, que será reestabelecido por meio dos reajustes anuais do contrato, na data-base contratual.	CONTRATADA
7	Caso fortuito ou Força maior	Os prejuízos causados por caso fortuito ou força maior poderão ter impacto sobre os custos ou prazos dos serviços.	Os eventos decorrentes de caso fortuito ou força maior poderão ensejar reequilíbrio econômico-financeiro do contrato.	CODEVASF
8	Alterações de legislações tributárias	As alterações de legislações tributária que alterem alíquotas ou bases de cálculo poderão ter impacto financeiro sobre o contrato.	Os impactos financeiros decorrentes de alterações de legislações tributária que alterem alíquotas ou bases de cálculo serão tratados mediante reequilíbrio financeiro-econômico do contrato.	CODEVASF
9	Atraso de pagamento da CODEVASF para a CONTRATADA	O atraso de pagamento poderá impactar no fluxo de caixa da CONTRATADA.	A CODEVASF deverá junto a ordem de serviço garantir a disponibilidade orçamentária necessária à conclusão dos serviços.	CODEVASF
10	Prejuízos causados por mal gerenciamento ou administração inadequada dos serviços.	Os prejuízos causados devido ao mal gerenciamento ou administração inadequada tem impacto sobre o andamento dos serviços, prejudicando o prazo e os respectivos custos por paralização ou outros prejuízos decorrentes.	A CODEVASF exige no procedimento licitatório garantia de execução no montante de 5% (cinco por cento) do valor atualizado do contrato. A CODEVASF dispõe no procedimento licitatório cláusulas contratuais prevendo aplicação de penalidades. A CODEVASF exige no procedimento licitatório comprovações para habilitação	CONTRATADA